



Beatriz Caitana da Silva

**A construção da (in) visibilidade da  
infância quilombola: o papel do Estado  
e do movimento social**

Coimbra

2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Beatriz Caitana da Silva

**A construção da (in)  
visibilidade da infância  
quilombola: o papel do  
Estado e do movimento social**

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação  
do Professor Doutor Pedro Hespanha, apresentada à  
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Setembro

2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



À todas as crianças quilombolas, protagonistas e construtoras do seu lugar no  
presente e no futuro  
À Dona Floripes e à minha família



## Agradecimentos

Ao término deste trabalho, depois de conhecer tantas pessoas e lugares, quero expressar minha gratidão com aqueles que contribuíram de diferentes formas nessa caminhada. Entendo que subjacente à uma dissertação de mestrado encontra-se elementos não somente de uma trajetória acadêmica, mas também de um percurso pessoal e profissional. Meus agradecimentos à **Fundação Ford**, que através do **Programa Internacional de Bolsas de Pós - Graduação (IFP)** ofereceu as condições necessárias para a transformação daquilo que era um sonho em realidade. Agradeço especialmente a equipe da Fundação Carlos Chagas por toda a atenção e acompanhamento.

Quero agradecer ao Professor Doutor Pedro Hespanha, por ter aceitado o desafio de orientar esta dissertação, pelo rigor acadêmico, pelas lições aprendidas e pelas inúmeras conversas tão inspiradoras e motivadoras. Agradeço aos professores do núcleo de Sociologia da FEUC pelos ensinamentos durante o mestrado. Agradeço a Professora Doutora Lilian Gomes que generosamente revisou criticamente este estudo, e compartilhou seus saberes sobre o tema. À professora Isabel, pela revisão textual e os ensinamentos em língua portuguesa.

Agradeço à Comunidade Quilombola Ivaporunduva, Estado de São Paulo; e a Comunidade Conceição das Crioulas, Estado de Pernambuco; verdadeiros co-autores desta pesquisa, pois são eles que configuram práticas culturais e uma riqueza de saberes. Na comunidade Ivaporunduva, agradeço ao mestre em Educação e jovem quilombola Elson Alves, que carinhosamente me acolheu em sua casa durante o trabalho de campo. Na comunidade Conceição das Crioulas, agradeço a mulher, guerreira e quilombola Aparecida Mendes e a jovem Edvânia que tão bem me receberam na comunidade, e em particular ao jovem professor Adalmir, grande articulador e protagonista. Agradeço à todas as mães, professores e líderes das comunidades que compartilharam suas reflexões críticas sobre o tema da pesquisa. E por fim, agradeço à CONAQ, que torna a organização das comunidades quilombolas um mecanismo de luta pelos direitos.

Durante a permanência em Brasília – DF, quero agradecer a mulher quilombola, sonhadora e guerreira Jô Brandão, que me acolheu em sua casa e é pra mim fonte de inspiração para este estudo. Agradeço aos gestores e funcionários da SEPPIR, SECAD e CONANDA que disponibilizaram materiais e concederam as entrevistas.

A minha eterna gratidão aos “Céus”, pela presença Dele em todos os momentos. Agradeço com toda a minha admiração, a quem eu carinhosamente chamo de “Dona Flor”, pelos laços maternos me ensinou que as dificuldades do lugar onde se vive e do pouco que se tem não são obstáculos para se alcançar o que se quer. Ao meu pai, onde quer que ele esteja, meus sinceros agradecimentos pelas boas lembranças. Aos meus amados irmãos e família, que mesmo distantes, acreditaram e deram sentido a essa jornada.

Agradeço ao IIDAC, instituição que materializou a minha relação com os quilombos, por todos os ensinamentos e sonhos partilhados. Ao Mário Volpi e à Helena Oliveira do UNICEF pela oportunidade de conhecer mais e melhor as comunidades quilombolas. Quero agradecer aos amigos no Paraná, por toda a generosidade e apoio no passado e no presente.

De modo especial agradeço aos colegas e amigos da Bolsa Ford, à todos os amigos de Coimbra pelo companheirismo e pelas conversas inspiradoras. E aos amigos no Brasil, meus agradecimentos especiais pelo apoio e contribuições na finalização deste estudo, e sobretudo pela presença “virtual” nessa caminhada.





## Índice

Resumo.....	17
Palavras – chave:.....	17
Introdução:.....	21
<b>Capítulo I- INFÂNCIA, CRIANÇA E SOCIEDADE .....</b>	<b>25</b>
1.1 As teorias sociais da infância.....	25
1.2. A (in) visibilidade sociológica da criança quilombola .....	31
1.3 Os direitos das crianças: fronteiras, conflitos e tensões .....	33
1.4 As formas de reprodução interpretativa das crianças negras: olhares transatlânticos ....	38
<b>Capítulo 2 – A VISIBILIDADE DA INFÂNCIA QUILOMBOLA.....</b>	<b>47</b>
2.1 Comunidades quilombolas: terra, território e movimento social .....	47
2.2 Políticas públicas: redistribuir e reconhecer .....	51
2.3 Ser criança negra e ser criança quilombola.....	55
2.5 O paradigma da invisibilidade:.....	58
<b>Capítulo 3 – O MODELO ANALÍTICO: ROTEIRO DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>63</b>
3.1 Antecedentes e parâmetros da pesquisa .....	63
3.1.1 O objeto da pesquisa .....	64
3.2 Os instrumentos utilizados .....	66
3.2.1 As entrevistas .....	66
3.2.2 As observações.....	67
3.3 A interpretação dos dados:.....	67
3.3.1 A validação dos dados .....	68
3.4 As comunidades participantes.....	68
<b>Capítulo 4 – DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>69</b>
4.1. Organização das categorias analíticas:.....	69
4.1.1 A criança quilombola na perspectiva das mães e líderes.....	70
4.1.2 A escola quilombola: um debate atual.....	82

4.1.3 O lugar das crianças na comunidade: o papel do movimento social .....	89
4.2 Análise dos dados:.....	98
Considerações finais:.....	109
Referências Bibliográficas: .....	113
Índice - Anexos.....	120

“... busca apaixonada ... norteada pela esperança secreta de descobrir além das misérias de hoje, além do auto desprezo, da resignação e da abjuração, alguma era muito e esplêndida cuja existência nos reabilita, quer em relação a nós mesmos, quer em relação aos outros” (Franz Fanon).



## **Lista de ilustrações**

### **Anexo – 19**

Gráfico A: Perfil da comunidade / Chamada Nutricional Quilombola

Gráfico B: Perfil da comunidade / Chamada Nutricional Quilombola

Gráfico C: Perfil da comunidade / Chamada Nutricional Quilombola

Gráfico D: Déficit nutricionais quilomboas e outras populações infantis / Chamada Nutricional Quilombola

Gráfico E: Cobertura dos serviços públicos / Chamada Nutricional Quilombola

Gráfico F: Frequência e percentuais do número de refeições/ Chamada Nutricional Quilombola

**Anexo – 20** Imagens do livro infantil: “Banzo, Tronco e Senzala” (1999)



## **Lista de abreviaturas**

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

ECA – Estatuto dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

EJA – Educação de Jovens e Adultos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PBQ – Programa Brasil Quilombola

SECAD – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SNDCA – Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher





## RESUMO

---

O trabalho retoma a trajetória das concepções sobre a infância nas teorias sociais, a partir de uma abordagem interdisciplinar no sentido de deslocar as fronteiras entre as diversas ciências humanas. A proposta é compreender a visibilidade da infância quilombola a partir do reconhecimento das singularidades identitárias nas políticas públicas. A análise recai sobre os factores internos de socialização das crianças e da relação da comunidade com o Estado na definição das políticas. O trabalho parte do pressuposto de um modelo de (in) visibilidade da criança quilombola baseado: na sociologia das ausências e a infância quilombola; nos direitos humanos e os limites no que concerne a diversidade cultural no mundo; na espacialização de políticas distributivas em vez de sinergias entre redistribuição e reconhecimento; e na homogeneização das comunidades e da criança quilombola. As crianças, também herdeiras de uma essência racial, são a expressão da manutenção e preservação dos territórios culturais dos quilombos.

**Palavras – chave:** infância quilombola, visibilidade, reconhecimento, identidade, Estado, movimento social.



## **ABSTRACT**

---

This dissertation readdresses the trajectory of childhood conceptions on social theories, starting with an interdisciplinary approach towards shifting the boundaries between the various human sciences. It proposes to understand the quilombola childhood visibility through the recognition of the identity singularities in public policies. The analysis focuses on the internal factors of socialization of children and the relation of communities with the State in policies definition. The dissertation assumes a model of (in) visibility of the quilombola child based on: the sociology of absences and the quilombola childhood; Human Rights and the limits of cultural diversity in the World; the spatial distribution of distributive policies instead of recognition; and in the homogenization of communities and the quilombola child. Children, as inheritors of a racial essence, are the expression of the maintenance and preservation of cultural quilombola territories.

**Keywords:** childhood quilombola, visibility, recognition, identity, State, social movements.



## Introdução:

A “diáspora negra” e as diferentes configurações identitárias dela resultantes, como os quilombos no Brasil, carecem de reflexões sobre a tendência de homogeneização de identidades amplamente heterogêneas, de não – reconhecimento de suas singularidades e de discriminação negativa configurada nas inúmeras formas de racismo e exclusão de comunidades negras que vivem no meio rural. O presente trabalho, propõe-se a este desafio e é apresentado exatamente no ano em que se comemora o 10º aniversário da Declaração de Durban contra o Racismo e a Xenofobia<sup>1</sup> e igualmente, se celebra o Ano dos Afro Descendentes<sup>2</sup> aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua 64ª reunião. Esta coincidência não é de todo um acaso, independente da avaliação sobre sua rigorosidade acadêmica ou científica; trata-se antes da confirmação da pertinência de estudos como este, em particular pelo seu propósito de investigação.

A dissertação de mestrado que aqui apresentamos está longe da neutralidade requerida de algumas ciências, tão pouco desprovida de julgamentos éticos, ideologias e vontade de mudança social num mundo cada vez mais desigual. Trata-se do início de um movimento em prol do despertar da consciência para o futuro da humanidade e para o presente das crianças. Um compromisso que nos impossibilita de não nos situarmos nesta pesquisa, no preciso sentido que Stuart Hall (1994) estabelece para o “eu” enunciado, e posicionado em um determinado contexto histórico e cultural que nos são específicos. Temos uma ligação com o passado, com a ancestralidade e com os valores culturais intrínseca no “DNA étnico racial”, político e identitário que transportamos.

Pela tendência atual de (in) visibilizar povos e raças e cristalizar identidades, aliada ao desenvolvimento dos estudos da criança como área científica, é que propomos investigar a infância quilombola, numa abordagem da construção da visibilidade das crianças quer seja nos espaços sociais de convivência, quer seja pelo Estado no âmbito das políticas públicas. Neste estudo, entendemos o conceito de

---

<sup>1</sup> *World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance, Durban, South Africa, from 31 August to 8 September 2001.*

<sup>2</sup> Com o título “*People of African Descent: Recognition, Justice and Development*”.

visibilidade não como uma dimensão visual, próxima dos sentidos e da percepção física, mas da interseção de dois domínios: a singularidade das identidades dos sujeitos investigados e o reconhecimento dessas singularidades nas estruturas de ação.

Nesta introdução, permita-se-nos despendar algum tempo, destacando as escolhas tomadas no desenvolvimento deste estudo. Cabe-nos esclarecer as estratégias adotadas, algumas previstas desde a concepção do projeto e outras que surgiram ao longo do trabalho de pesquisa no terreno. Este trabalho, ora pode parecer um debate demasiado amplo, ora um debate demasiado focalizado, precisamente porque escolhemos transitar nas duas esferas. Tomamos a opção de tratar não da invisibilidade, que consideramos ser o resultado dessa investigação, mas de como a visibilidade tem sido construída ou não. Isso nos dá uma posição intermédia, que transita entre as categorias da invisibilidade e visibilidade das crianças quilombolas, precisamente pela falta de dados científicos que possam com rigor justificar tanto uma quanto a outra categoria. Isto não significa neutralidade, muito pelo contrário, ao longo do trabalho não escondemos as perspectivas críticas inerentes a este estudo, assim como a posição que tomamos sobre o sujeito analisado.

Este estudo procura uma abordagem interdisciplinar, no intuito de deslocar as fronteiras entre as diversas ciências humanas e sociais como ação para uma melhor compreensão do universo infantil. E numa perspectiva 'pluridimensional e relacional', permitiu compreender a invisibilidade das crianças. Adotou-se como estratégia interlocuções da sociologia com a história social e a antropologia, a fim de operacionalizar alguns conceitos e abordagens analíticas propostos, e como afirma Florêncio (2007), deste modo alcançar uma maior e mais heurística diversidade de pontos de vistas.

Uma das primeiras noções sobre este estudo, recai sobre aquilo que ele não desenvolve. Por isso esta pesquisa, contrariando boa parte dos estudos contemporâneos mais recentes sobre infância, não é um estudo com crianças mas sobre elas, o que não nos faz indiferentes à necessidade de diálogo com as crianças e tão pouco insensíveis à importância destas como interlocutores. Mas aqui, por uma escolha metodológica e temporal, optamos nessa primeira fase por restringir nosso foco de atenção aos agentes e abordar a participação das crianças de modo simbólico,

e numa segunda fase, num projeto futuro de investigação, desenvolver uma pesquisa – ação com crianças.

Convém sublinhar que esta opção de método gera impactos no desenvolvimento da pesquisa que passa a adotar uma postura de observação de segunda ordem, como defendeu o antropólogo Clifford Geertz, somente “um nativo faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura” (Geertz, 2008: 11). Em outros momentos, este estudo assume uma perspectiva de observação de terceira ordem, pois toma os agentes como interlocutores das crianças, possuidores de informações privilegiadas.

Nosso foco recai sobre as crianças quilombolas, a partir dos fatores internos, referentes à família, e, em particular, sobre a primeira educação das crianças. Por isso optamos por entrevistar as mães e também os professores, por estes se vincularem às escolas e, portanto, participarem efetivamente das formas de interação social na comunidade e na socialização secundária das crianças. Como fator externo, tomamos o papel do Estado responsável pelo processo pelo qual a criança se torna cidadã plena, optando por isso por entrevistar os gestores públicos federais; e líderes do movimento social, que exercem o papel de interlocutores e intermediadores entre comunidade e Estado.

No primeiro capítulo, nossa atenção recai sobre as formas de reprodução interpretativa das crianças ou os modos de socialização da infância em sociedade, em particular nas sociedades rurais. Num primeiro momento, buscamos sintetizar as principais teorias da infância, que fornecem os aparatos teóricos necessários para a construção do conceito de reprodução interpretativa. Enfatizamos a invisibilidade sociológica das crianças quilombolas, devido aos poucos estudos dedicados a esta população. Numa análise descritiva, apresenta-se os direitos das crianças, com realce a falta de abordagens multiculturais no que concerne os direitos humanos. E, por fim, são retratadas as formas de socialização das crianças africanas e quilombolas.

No segundo capítulo, procuramos discutir a construção da visibilidade da infância partindo das definições conceptuais sobre a categoria social visibilidade, reconhecimento, identidade e singularidade, pois são estes os conceitos que fornecerão um suporte adequado para a proposta de reconhecimento nas políticas para a infância quilombola. Caracterizamos as comunidades quilombolas e o percurso

de construção dos direitos dessas comunidades e seu reconhecimento no ordenamento jurídico brasileiro. E por fim a partir da ideia de afirmação identitária das crianças quilombolas, finalizamos este capítulo com o paradigma da invisibilidade, baseado na invisibilidade das crianças na sociologia, na homogeneização das crianças e das comunidades e na falta de abordagens plurais em relação às políticas adotadas pelo Estado.

No terceiro capítulo são descritas as escolhas metodológicas bem como o percurso da pesquisa de campo. Finalizando no quarto capítulo a discussão dos resultados obtidos na recolha dos dados e tratamento do material pesquisado. A discussão dos resultados é dividida em categorias analíticas resultantes das entrevistas com os agentes internos e externos e verificada a sua adequação às hipóteses inicialmente formuladas.

A compreensão do lugar ocupado no presente encontra no passado uma fonte elucidativa. A história, ainda que não seja de todo o enquadramento teórico deste trabalho, é constantemente acionada para compreender a epistemologia quilombola. Definir o valor e o lugar das crianças quilombolas não poderia ser distinto deste pressuposto; por isso, a reconstrução da perspectiva do escravismo e do colonialismo à luz da infância que, em si mesma, já é uma categoria histórica e intercultural.

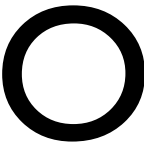
Os diferentes olhares sobre um mesmo sujeito pode configurar determinada complexidade. A criança quilombola, ora é criança negra, ora é criança quilombola, ou ainda, é criança. Uma abordagem universalista pode não focar algumas especificidades que o lugar, a condição étnica e a condição etária podem acarretar, e uma divisão muito acentuada, corre o risco de desconsiderar os diferentes processos de interação social em que as crianças quilombolas estão implicadas. Ao fazer essa distinção do lugar, da cor e da idade, não pretendemos deslocalizar a identidade quilombola, que, em nosso entendimento, é a matriz identitária dessas crianças, mas observar que, para além da identidade cultural, há outros factores *invisibilizantes*.



## Capítulo I- INFÂNCIA, CRIANÇA E SOCIEDADE

*“É como se as pessoas crescidas, ao pensar em suas origens, perdessem involuntariamente de vista o fato de elas mesmas, assim como todas as outras, terem vindo ao mundo como crianças pequenas. Vez por outra nos mitos científicos da origem, tal como nos religiosos, elas se sentem compelidas a imaginar: no começo, houve um único ser humano, que era um adulto” (Elias, 1993.)*

### I.1 As teorias sociais da infância

 presente capítulo parte da confluência de dois pressupostos iniciais: o primeiro de que a sociologia da infância tem-se ocupado cada vez mais, em criar aparatos teóricos - metodológicos que corroboram na consolidação da dimensão de sujeitos e de atores sociais no estatuto das crianças. O segundo de que a criança e a infância podem ser conceptualizados como constructos sociais com significados e valores variáveis ao longo do tempo (Ramirez, 1993), como o que se verifica na história social das crianças. A sucessiva exclusão das crianças dos espaços sociais de convivência e a incapacidade da sociedade ocidental de aceitar e tratar as crianças como pessoas e cidadãos de pleno direito evocam esta perspectiva social construcionista da infância (*idem*, 1993). Por outro lado, na pluralidade de modos culturais nos quais o desenvolvimento das crianças está diretamente interligado, existem outras formas que não se caracterizam pela exclusão das crianças da vida coletiva, radicadas no oriente e no hemisfério sul, e grupos étnicos minoritários na Europa (Reddy e Ratna, 2002 *apud* Sarmiento *et al* 2007), e ainda em comunidades tradicionais como os quilombos ou comunidades indígenas no Brasil.

A sociologia da infância ocupa-se, prioritariamente, em expandir e ampliar as análises, representações e teorias sobre as crianças, de modo a superar as perspectivas biológicas, em que a infância é reduzida a uma fase intermédia do ser humano, ou ainda, aquela perspectiva educacional em que a pedagogia e os cuidados de higiene e saúde ocupam a centralidade dos estudos sobre crianças.

Se as crianças estiveram ausentes dos estudos sociológicos e foram amplamente ignoradas, isso deve-se sobretudo à sua marginalização e posição subordinada nas sociedades e às concepções teóricas de infância e de socialização (Qvortrup, 1998), relacionadas com a sua condição de precariedade e dependência dos adultos para a sua

sobrevivência e integração social, pois são os adultos, à partida, os provedores da proteção legítima da criança. Deste modo, a condição social da criança está associada aos cuidados de proteção que precisa. Com efeito, esta relação de dependência também fez com que as crianças fossem impingidas para os limites das estruturas da sociedade, o que permitiu aos adultos refletirem sobre as crianças, seja por suas potencialidades como futuros adultos, seja pelos problemas sociais em que estão imbricadas. Deslocadas para as margens, as crianças assumem uma disposição passiva e periférica na sociedade, e por consequência nas ciências sociais.

A redescoberta das crianças como objeto de estudo na sociologia dá-se no momento em que "outras ideias estão sendo apresentadas, reconsiderando, desafiando, refinando e até transformando as abordagens tradicionais e teóricas sobre as crianças e a infância" (Corsaro, 2011:18) e são os estudos de Corsaro (2011) um importante contributo para as teorias sociais sobre a infância. A razão para esta redescoberta acontece a partir dos estudos sobre grupos subordinados, em particular, os estudos sobre mulheres, que evidenciam a ausência das crianças no campo das ciências sociais.

Barrie Thorne observa que, em algumas construções ideológicas "as mulheres estão estreita e irrefletidamente vinculadas às crianças; a feminilidade tem sido equiparada à maternidade numa mistura de identidade que simplesmente não ocorre para os homens e a paternidade" (Corsaro, 2011:18).

Assim, alguns dos estudos de crianças, incluindo este, enquadram-se numa temática mais vasta de análise sobre género, identidade e crianças. E esta é uma das razões pela qual este trabalho adotou como uma das linhas de pesquisa as mulheres e mães das crianças quilombolas, ao contextualizar a relação estreita entre mães e filhos.

A partir da entrada da perspectiva construtivista na sociologia, a infância também passou a ser vista como uma categoria da história e da sociedade que produz linguagem e cultura, um agente ativo que contribui para a produção das sociedades adultas. Alicerçada nas teorias de Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo e Vigostsky na descoberta da relação entre desenvolvimento intelectual e as interações sociais, culminou na compreensão de que o indivíduo é um ser ativo na sociedade e tudo o que nela acontece são fenómenos construídos socialmente. Por outro lado, de acordo com os estudos de Corsaro (*ibidem*), nas teorias tradicionais, a criança é vista como consumidora da cultura estabelecida por adultos.

Estes diferentes aspectos da socialização dos indivíduos são em grande medida a base da teoria sociológica para os estudos sobre a infância. Dela, como afirma Corsaro, originam dois modelos do processo de socialização, o *modelo determinista* e o *modelo construtivista*.

Acerca do modelo determinista, o autor afirma

[...] significa que ela [a criança] é tomada pela sociedade, ela é treinada para tornar-se, finalmente, um membro competente e contribuinte. Esse modelo de socialização é visto como determinista porque a criança desempenha um papel essencialmente passivo. [...] O modelo funcionalista, por um lado propunha a ordem e o equilíbrio na sociedade e destacava a importância de formar e preparar crianças para se enquadrarem e contribuírem com essa ordem. Os modelos de reprodução, por outro lado, enfocavam conflitos e desigualdades sociais e argumentavam que algumas crianças têm acesso diferenciado a certos tipos de treinamento e outros recursos sociais (Corsaro, 2011: 20).

Os processos de socialização concebem modos dinâmicos e interativos em que as crianças aprendem as relações na sociedade, que Bourdieu em sua vasta obra denominou como a percepção, a aquisição ou a construção do *habitus social*. Trata-se de um conceito, mas também de um “mecanismo de produção do mundo social” que exprime o resultado do processo subjetivo de interiorização das estruturas sociais, incorporação do social, e apreciação das práticas, “o modo como essas estruturas se imprimem em nossos corpos e nossas mentes, constituindo um sistema de disposições duráveis e transponíveis que irá orientar e fornecer os significados de nossas ações” (Belloni, 2009: 10).

Este sistema de disposições arrisca-se a associar a chamada socialização primária e as aprendizagens recebidas no seio da família que, segundo Bourdieu, estão enraizadas e poderão permanecer ao longo da vida do indivíduo com forte resistência a mudanças. São transponíveis, “pois vão fornecer os modos de perceber e de agir dos indivíduos em outras situações, por exemplo profissionais” (Belloni, 2009: 11). Portanto, o *habitus social*, enquanto “estruturas estruturantes” e a *reprodução cultural* têm um enorme peso no modo de socialização das crianças por meio de dispositivos como a família, a escola e numa perspectiva mais recente, os meios de comunicação. Tais dispositivos, levando-se em conta a obra de Bourdieu, podem ser situados no âmbito das teses da reprodução e da violência simbólica, pois tanto a escola quanto os meios de comunicação exercem uma força simbólica significativa na manutenção da

legitimidade das relações de força entre dominados e dominantes, ao reproduzirem as relações de força e cultura arraigadas na sociedade.

“A força simbólica dum instância pedagógica define-se pelo seu peso na estrutura das relações de força e relações simbólicas (exprimindo sempre as relações de força) que instauram entre as instâncias exercendo uma acção de violência simbólica, estrutura que exprime, por sua vez, as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas da formação social considerada. É pela mediação deste efeito de dominação pela AP [acção pedagógica] dominante que as diferentes AP que se exercem nos diferentes grupos ou classes colaboram objectiva e indirectamente na dominação das classes dominantes (e. g. inculcação pelas AP [acção pedagógica] dominadas de conhecimentos ou de modas das quais a AP dominante define o valor sobre o mercado económico ou simbólico)” (Bourdieu, 1978: 27).

Para Corsaro (2011) na participação dos indivíduos nos mundos sociais, permanece em ação uma tendência, também das crianças, em ocupar um lugar no mundo e manter sua identidade. O autor conclui que o conceito de *habitus* é o começo de um caminho que fornece um papel mais ativo para as crianças. Mas também, afirma que essa concepção de socialização “limita o envolvimento das crianças na participação e reprodução cultural, ignorando as contribuições para o refinamento e a mudança cultural”.

E, portanto, o *modelo construtivista* assenta numa perspectiva mais ativa da criança, levando em conta as suas próprias contribuições nas mudanças sociais

[...] talvez o melhor representante da abordagem construtivista seja o psicólogo suíço Jean Piaget. [...] A noção piagetiana [...] lembra que elas [as crianças] percebem e organizam seus mundos de maneira qualitativamente diferente dos adultos [...]. O ponto mais importante de seus estudos é a concepção de equilíbrio. [...] está preocupado com o processo de equilibração, ou as actividades reais que a criança desempenha para lidar com os problemas do mundo externo. [...] as crianças têm uma natureza inata para compensar as instruções ambientais, a natureza das compensações é dependente das *actividades infantis em seus mundos socioecológicos* (Corsaro, 2011: 23-24).

A visão sociocultural do desenvolvimento humano de Vygotsky destacou o papel ativo da criança no desenvolvimento humano e complementou o modelo construtivista da teoria sociológica sobre as crianças.

Não obstante, embora a sociologia da infância seja um campo de pesquisa recente, ela construiu novos caminhos para analisar as crianças, a partir do desenvolvimento de pesquisas sobre os saberes, as formas de interação e a socialização da infância. Ela também propôs que os estudos sobre crianças compreendam reflexões que transcendam os campos habituais de análise e olhem a

infância como um conceito que interage com diferentes áreas do conhecimento. Por isso, abordar o tema da infância permite várias entradas teóricas e analíticas, mas também históricas, na medida que o universo infantil constitui por excelência um campo multidisciplinar. E portanto, falar de crianças requer uma aproximação de questões de natureza econômica, social, psicológica, jurídica, pedagógica e histórico – cultural (Nunes, 2003) estabelecendo princípios que ultrapassem a condição passiva, para o estatuto de ator social das crianças.

A partir do enraizamento da criança como sujeito de direitos, a sociologia também consolidou enquadramentos conceituais importantes provindos de estudos antropológicos sobre a infância (Cohn 2003, Iturra 1990, Nunes 1999) que proporcionaram novas descobertas sobre o mundo das crianças. Na configuração da nova antropologia, que data o início da década de 60, torna-se claro que o conceito de criança pode ter diferentes formulações consoante os lugares e contextos culturais. Para Cohn (2003), o que é ser criança e quando acaba a infância podem ter maneiras muito diversas de serem definidas e é a antropologia da criança que melhor permite apreender essas diferenças. Por isso a antropologia, ao analisar os modos de vida das crianças a partir dos contextos sócio culturais e nesses contextos, apresenta-se como uma ciência capaz de compreender não a criança, mas as “infâncias”<sup>3</sup>.

Outra mudança significativa no campo da antropologia foi o modo como as crianças passaram a ser vistas, ultrapassando a condição de seres incompletos, para a condição de papel ativo definidores de sua própria personalidade<sup>4</sup>. Tais mudanças influenciaram os estudos antropológicos e a criança passou a ser concessionada como *ator social*, ou seja, aquele que tem um papel atuante na definição das relações sociais e incorporação de papéis e comportamentos (Cohn, 2003). Também passou a ser vista como *produtor cultural*, capaz de formular um sentido ao mundo. Associamos o conceito de produtor cultural, ao que Corsaro (2009) a define como o conceito de *reprodução interpretativa*, em que o termo reprodução “inclui a ideia de que as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudança culturais”. Assim, a criança passou a ser estudada a partir de sua

---

<sup>3</sup> Período socialmente construído em que a infância vive a sua vida (Corsaro, 2011).

<sup>4</sup> Isto significa que assim como a sociologia, também a antropologia buscou nas teorias de vertente psicológica e do desenvolvimento cognitivo alguns de seus pilares de análise.

*condição social*, utilizando um campo multidisciplinar e mais alargado de pesquisa (Cohn, 2003) e reflexão.

Quer seja a sociologia, quer seja a antropologia, ambas ofereceram contributos substanciais para os estudos sobre a infância e conseqüentemente para a mudança de paradigmas históricos desse grupo social, isto porque, dentre outros fatores, a “ideia de infância é uma ideia moderna”. Ou seja, em grande parte da história da humanidade, as concepções sobre a infância correspondiam marcadamente a inexistência do sentimento da infância, somados à existência de crimes como o infanticídio, a redução de seu estatuto a uma condição meramente biológica e o entendimento da criança como um brinquedo de distração e divertimento para os adultos.

A consciência social da existência da infância, segundo Ariès (1988)<sup>5</sup>, é algo que emergiu com o Renascimento, para se autonomizar a partir do século das luzes. Processo este, fruto de um longo e complexo percurso de produção das representações sobre as crianças e constituição de organizações sociais para a infância (Sarmiento, 2004)<sup>6</sup>.

Por fim, as teorias sociais, a abordagem construtivista e determinista sobre a socialização das crianças, focalizaram seus interesses de estudo em doutrinas individualistas, em que a infância interioriza os conhecimentos e o mundo social adquirido, sem considerar as interações coletivas entre pares e com os adultos. Por isso, Corsaro (2011) chama a atenção para o conceito de *reprodução interpretativa*, preocupado com a participação coletiva das crianças na sociedade. Este conceito inaugura uma nova sociologia, interessada em estudar os processos de interpretação e reprodução da participação das crianças e propõe a substituição do termo de socialização, enraizado numa ótica individualista, para a noção de reprodução interpretativa, fundamentada numa perspectiva coletiva, onde interpretativo corresponde “aos aspectos inovadores e criativos da participação infantil na sociedade” (Corsaro, 2011: 31).

---

<sup>5</sup> Cf. anexo 01, pág. 108: “O lugar da infância na organização social numa perspectiva histórica”.

<sup>6</sup> Para Sarmiento, foi na modernidade que se elaborou um conjunto de procedimentos configuradores da *administração simbólica da infância* que constrangiam a vida das crianças, tais como as obrigações de higiene, os lugares frequentados pelos *infantes* e a configuração de um *ofício da criança* que correspondia às atividades escolares.

## 1.2. A (in) visibilidade sociológica da criança quilombola

Aquando Boaventura de Sousa Santos (2006) empreendeu o longo percurso para a construção das bases teóricas centradas na sociologia das ausências e das emergências e na ecologia dos saberes, propunha também alcançar uma nova cultura política que ultrapassasse a racionalidade moderna ocidental, para uma racionalidade alternativa.

"Com esta, pretendo mostrar que muito do que não existe económica, social, política e culturalmente é activamente produzido como não existente através de um conjunto articulado de monoculturas de saberes, de tempos, de classificações sociais, de escalas e de produtividades" (Santos, 2006: 16).

Os sujeitos deste estudo têm sofrido de um longo processo de ocultação e, por isso, têm estado ausentes da reflexão da sociologia, no preciso sentido em que Boaventura de Sousa Santos fala de *sociologia das ausências*. No tocante às crianças quilombolas, há uma tripla dimensão da ausência, ou ainda, ausentes sob diferentes perspectivas. Por um lado, a criança é vista na sua identidade territorial e mesmo com a emancipação formal do domínio colonial, comunidades no Brasil, ainda se veem herdeiras de modelos de desigualdades advindas das formas colonialistas consolidadas. Por outro, a sua identidade étnico – racial, no sentido em que o preconceito racial na infância (Fazzi, 2004) é uma prática no comportamento quotidiano de crianças e adultos. E ainda, a entrada recente das crianças nos estudos científicos de cariz social. A conjugação dos diferentes elementos que compõem as dimensões do ser *criança quilombola*, *ser criança negra* e *ser criança* são fatores que integram um dos campos da atualidade e está subjacente ao longo deste estudo, denominado de *invisibilidade*.

De facto, a preocupação da sociologia, em aprofundar estudos sobre as crianças é recente e, segundo Qvortrup (1998), foi só a partir de meados dos anos 80 que se iniciaram estudos sociológicos de crianças. Embora exista um verdadeiro “boom”, como afirma o autor, de estudos reorientados para pesquisas sobre a infância, as crianças de comunidades tradicionais, em particular as crianças quilombolas, muito pouco foram contempladas em estudos sociológicos, cabendo-lhes algumas entradas como em estudos sobre nutrição e saúde, como na pesquisa sobre a situação nutricional como a realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social [MDS] (2006), ou estudos mais recentes sobre educação e identidade em Gomes (2005), Macêdo (2008), Munanga (2005) e Soares (2008).

A descoberta da criança é fruto não apenas do interesse recente da sociologia pela infância, mas provavelmente da focalização e da ideia de territorialização de pesquisas, por parte dos antropólogos através de investigações em contextos culturais específicos. Segundo a pesquisa não publicada realizada por Ayres e Souza (*no prelo*), os estudos realizados pelas universidades não investem em recortes específicos para a criança quilombola em seus projetos de investigação e, por isso, distanciou as crianças do universo das investigações nas ciências sociais.

Tomemos por base a definição de Geertz (2008) para cultura como um contexto, “algo dentro do qual eles [os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos] podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade”. Não pretendemos esgotar, muito menos fechar em si mesmas quaisquer definições acerca das ciências sociais, mas sobretudo pôr em causa a transversalidade do nosso sujeito e a tentativa de que um arranjo entre diferentes ciências é capaz de assegurar uma interpretação “densa” sobre este grupo social, e de criar formas inteligíveis de análise das crianças. E assim, alargar o discurso sobre o universo infantil quilombola.

Como afirma Qvortrup (*ibidem*), “os sociólogos apenas se voltarão de modo sério para o estudo sistemático da interacção entre [infância] e sociedade quando [a infância] for totalmente vista como um problema social ou como fonte prolífica de problemas sociais”. O facto é que as crianças dos quilombos já se encontram em situação de vulnerabilidade social como demonstram os resultados da Chamada Nutricional Quilombola (MDS, 2006), que aponta baixos níveis de desenvolvimento e crescimento das crianças, e um percentual de 57% das famílias entrevistadas inseridas na classe E, ou seja, sem acesso a instalações e equipamentos mínimos como “casas de banho”. Outra variável verificada na pesquisa aponta que 43,6% das mães de crianças quilombolas têm até quatro anos de escolaridade completos<sup>7</sup>.

Com efeito, as ciências sociais exerceram um importante papel na consolidação de um aparato teórico capaz de ultrapassar a dicotomia criança / objeto para uma noção da criança e sua infância como atores sociais e produtores de cultura. Contudo,

---

<sup>7</sup> A Chamada Nutricional Quilombola teve por objetivo avaliar a situação nutricional das crianças quilombolas menores de cinco anos vacinadas na segunda etapa da Campanha Nacional de Vacinação de 2006. Participaram da amostra 60 comunidades de 22 estados. Cf. (MDS, 2006). Outros dados estão sistematizados em gráficos e tabelas nos anexos deste trabalho.



as crianças quilombolas não têm recebido a ênfase necessária nos estudos realizados. Não apenas com recortes específicos a essa população, mas sobretudo, na construção de descrições densas e profundas. Assim como Santos (2006), também propomos “racionalidades alternativas” e um olhar para as crianças como uma oportunidade de valorização e preservação das comunidades e da cultura quilombola.

### **1.3 Os direitos das crianças: fronteiras, conflitos e tensões**

Para além das ciências sociais e das novas formas de reprodução interpretativa das crianças, não podemos desconsiderar outros aspectos que impulsionaram a emergência destas novas perspectivas, nomeadamente a história social, a emergência dos direitos humanos e o Estado - providência na proteção do bem - estar das crianças.

Buscar-se-á nesta secção intercalar alguns dos avanços a nível global dos direitos das crianças e, como estes, se configuraram ao nível dos Estados – nação e no cenário político social brasileiro.

A “Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança” (1924) foi o primeiro instrumento do direito internacional para a infância. Esta Declaração representa o resultado dos esforços empreendidos pelos ativistas europeus da época, mas também o início de um século marcado pela justiça numa esfera global e pela emergente necessidade de proteção aos direitos dos seres humanos. Tem-se a nível transnacional as primeiras ações coletivas públicas de proteção dos direitos humanos das crianças.

Este documento inaugura um novo ciclo, onde as crianças passam a ser vistas como sujeitos de direitos. Em termos de conteúdo, a Declaração acentua-se na premissa da *primazia na infância* e estabelece um conjunto de direitos das crianças. Nestes termos, a declaração traz novas dimensões, ultrapassando os direitos anteriores, centrados na sobrevivência das crianças a partir do atendimento às suas necessidades básicas de cuidados e proteção, para construir um documento revolucionário. A causa das crianças “conquistou a opinião pública e internacionalizou-se” (Fernandes, 2008: 38).

No Brasil, com o advento da Declaração Universal e sobretudo o processo político de “re - democratização” na década de 80, inauguraram-se novas formas de assistência à infância, expressas pelos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de

1988 e pela Lei Federal 8.069 - Estatuto dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (ECA). Tais formas insurgentes, nomeadas no âmbito do direito como a doutrina da proteção integral oriunda do direito internacional por meio da Declaração Universal, inauguram um reordenamento jurídico brasileiro no que se refere à concepção sobre a infância. A doutrina de proteção integral é regida por três diretrizes principais: (1) as crianças como cidadãos completos possuem os mesmos direitos dos adultos e direitos especiais em função da sua condição peculiar de desenvolvimento; (2) a assistência e as políticas sociais voltadas às crianças devem ser integrais abrangendo os aspectos físicos, mentais, sociais, culturais e espirituais e por fim, (3) é dever não só da família, mas igualmente do Estado e de toda a sociedade garantir, promover e proteger os direitos das crianças e dos adolescentes.

Não obstante, consolidado o conjunto de direitos preconizados pelos documentos internacionais, a aplicação dos direitos humanos a nível internacional assistiu ao aumento das tensões e contradições entre os Estados, cidadãos e os direitos humanos.

As instituições sociais tão necessárias aos cidadãos são também frágeis e precárias, existindo uma complexa interação entre a constituição das instituições, a efetividade da aplicação dos direitos e o poder político ou estatal, tanto a nível nacional como a nível global. As fronteiras, conflitos e tensões na modernidade ocidental, dentre outros factores, em muito relacionam-se com a crise dos conceitos de soberania e justiça internacional. O conceito de soberania, propriedade essencial do Estado Moderno, surge no final do século XVI com o intuito de caracterizar de forma plena e absoluta o poder estatal enquanto sujeito político único<sup>8</sup>. Nestes termos, tem-se a primeira fronteira entre a soberania do Estado – nação, e o facto de estar inserido numa comunidade internacional, tendo obrigações externas que são regulamentadas a partir de um conjunto de instrumentos normativos do direito internacional que fragiliza a autoridade suprema exercida pelos Estados – nação.

---

<sup>8</sup> Para Bobbio *et al* (1994), o conceito de Soberania pode ser concebido de maneira ampla ou de maneira estrita. Em sentido lato, indica o Poder de mando de última instância, numa Sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas, nas quais não se encontra este Poder supremo. O conceito de Soberania está intimamente ligado ao poder político, e trata-se da racionalização jurídica deste poder, passando do poder de facto para o poder de direito.

Os organismos e instituições internacionais, cada vez mais, colocam-se numa verdadeira encruzilhada de “crises” que, não sendo económicas, tornam-se ainda mais desafiadoras e não são apenas no âmbito das mudanças paradigmáticas dos conceitos de soberania e justiça internacional. Isto porque há outra razão para o enfraquecimento dos organismos internacionais e dos direitos humanos no nível global: os modelos de negociação adotados pelos organismos e a crise atual que informam o paradigma da modernidade ocidental. Boaventura de Sousa Santos (1997) identifica como críticas as tensões dialéticas que se apresentam entre regulação social e emancipação social, Estado e a sociedade civil, e entre o Estado – nação e a globalização.

O capitalismo também trouxe consequências drásticas sobre o tecido social, em particular o descumprimento do conjunto de princípios e valores que regem os direitos humanos. Por isso, a busca frenética pela acumulação de lucro abre espaço e cria condições para relações permissivas entre os acordos internacionais e a soberania dos Estados, de modo a privilegiar, sobretudo, o mercado.

Para Boaventura de Sousa Santos (1997) as três tensões dialéticas que envolvem os direitos humanos impede-os de se tornarem numa linguagem quotidiana de dignidade em todo o mundo. A primeira tensão acontece entre a regulação social e emancipação social, o que caracteriza na modernidade ocidental, a tensão na prática dos direitos humanos. A crise da regulação social (crise do Estado regulador e do Estado – Providência) e a crise da emancipação social (crise da revolução social e do socialismo) alimentam-se mutuamente e aprisionam os direitos humanos entre essas duas crises, que em simultâneo deseja ultrapassá-las (*ibidem*).

No cômputo geral, o progresso na efetividade dos direitos humanos tem implicações diretas no que signifique os direitos das crianças. E aqui poder-se-ia estabelecer uma relação paradoxal, porque, à medida que os direitos humanos avançam e são efetivamente garantidos, beneficia os sistemas de apoio e as redes de proteção social das crianças, não suficientemente para oferecer às crianças as condições necessárias para uma condição de emancipação social. Para Fernandes (2008), a questão da emancipação social da infância, de uma forma global, é uma questão ainda sem espaço no debate global.

A segunda tensão ocorre entre o Estado e a Sociedade Civil. Segundo Santos (1997) o Estado apresenta-se como *minimalista*, mas é potencialmente *maximalista*, pois a sociedade civil enquanto “o outro Estado se auto-reproduz através das leis e regulações que dimanam do Estado e para as quais não parece haver limites”<sup>9</sup>.

Para Fernandes (2008) os direitos civis e políticos de última geração são, no caso das crianças, os que estão ainda em fase de afirmação e que se querem expressar numa tensão que recupera a sua expressão máxima nas relações hierárquicas e de poder entre o grupo social dos adultos e o grupo social das crianças e menos nas relações destas com o Estado.

A terceira tensão identificada por Santos (1997) refere-se à tensão entre o Estado-nação e o que o autor designou por Globalização<sup>10</sup>. Os aspectos imbricados nesta terceira tensão foram anteriormente mencionados nesta secção, quando se abordaram as questões da crise do conceito de soberania. Cada vez mais os estudos sociológicos e das ciências políticas tendem a associar às teorias democráticas mais contemporâneas, um aspecto de justiça a nível global. Segundo o autor, numa análise inicial, assiste-se ao reconhecimento de uma política mundial de direitos humanos. Contudo, a tensão retoma a discussão do papel dos Estados-nação e o facto de que a luta por esses direitos aconteça a nível nacional, apesar da capacidade dos movimentos de contestação e do activismo global em articular formas transnacionais de lutas que ultrapassam os espaços territoriais nacionais.

Por outro lado, os direitos humanos retomam aspectos culturais e sua efetividade a nível global encontra fronteiras e limites no que concerne à diversidade cultural no mundo. Para Santos (1997) a questão central é como os direitos humanos podem ser uma política simultaneamente cultural e global?

---

<sup>9</sup> Nestes termos, os direitos humanos de primeira geração, compostos pelos direitos civis e políticos, foram propostos como forma de contestação do Estado, visto como o principal violador destes direitos, enquanto os direitos humanos ditos de segunda e terceira geração, que concernem aos direitos económicos, sociais e culturais, entendem o Estado como o principal agente de garantia destes direitos. É evidente que aqui se consolida tensão, contradição e uma bivalência num Estado que é violador e ao mesmo tempo regulador dos direitos sociais e humanos (Santos, 1997).

<sup>10</sup> O surgimento de instâncias de governação e emancipação ditas no nível global, tem-se a chamada Sociedade Civil Global (Ballestrin, 2009), os movimentos sociais globais, o associativismo transnacional (Portes, 2003), a regulação global e equidade global, são espaços marcados por objectivos domésticos e locais, combinados a lutas de contestação a nível global. O associativismo global, vem sendo intensificado pela chamada globalização, ampliando a capacidade transnacional da sociedade civil e a conexão global entre mercados, estados e sociedade.

No caso das crianças, o movimento global de luta pelos direitos da infância inaugura o que Tomás *et al.* (2004) denomina por *cosmopolitismo infantil*. Esse movimento considera a necessidade premente de se repensar as formas de globalização predominantes e impulsionar uma luta contra – hegemônica voltada aos direitos da infância. A questão é saber como um cosmopolitismo infantil pode centrar-se no debate sobre os efeitos e implicações decorrentes da globalização na vida das crianças? E considerar se poderia inserir as crianças nas discussões e buscar soluções para os limites culturais na aplicação dos direitos humanos?

No caso da Convenção dos Direitos das Crianças<sup>11</sup>, ainda que a sua natureza seja universal, os contextos sociais que impulsionaram a redação da declaração, foram, nomeadamente, ocidentais, o que enfraquece a legitimidade destes direitos em outras realidades culturais. Do ponto de vista das ciências sociais, a própria concepção das crianças altera em diferentes culturas. O que é ser criança nos povos *indígenas Ticuna* da Amazônia pode não ter o mesmo significado nas comunidades das *quebradeiras* de coco babaçu (quilombolas) no Maranhão (Brasil), o que reforça o distanciamento na aplicação de direitos conducentes ao desenvolvimento pleno das crianças. Os diferentes indicadores sociais e os relatórios internacionais como do UNICEF (2009), apontam a ausência de instrumentos de regulação dos direitos humanos das crianças em alguns países e a escassez de políticas que contemplem a diferença nos processos de defesa e garantia dos direitos.

O enfraquecimento da responsabilização por parte do estado, a falta de um olhar para as crianças como detentoras de direitos e não objeto de “caridade”, e uma crescente desarticulação das políticas da infância e daquelas voltadas para as famílias e as mulheres, são alguns dos elementos que em muito têm potencializado a violação dos direitos humanos das crianças e das crianças quilombolas.

Como resposta a falta de abordagens plurais e diversificadas no âmbito das políticas, uma alternativa seria que a Convenção dos Direitos das Crianças, seja refletida à luz das deliberações da Convenção 169 da Organização Internacional do

---

<sup>11</sup> O próprio conceito de direitos das crianças é um conceito ambíguo e altamente contestado (Nelken, 1998). Desta complexidade de tensões e ambiguidades, nascem na pós – modernidade, contra correntes protagonizadas por diferentes críticos, que surgem no intuito de questionar a ideia de se atribuir a infância direitos específicos. Estas correntes contestam a legitimidade das crianças como detentoras de direitos, e questionam a intervenção do estado nas relações parentais.

Trabalho (OIT)<sup>12</sup>, que também reconhece a autonomia, o controle e a propriedade de terra dos povos indígenas e tribais.

#### **1.4 As formas de reprodução interpretativa das crianças negras: olhares transatlânticos**

*“Se lermos o Aké de Soyinka, uma autobiografia de sua infância na Nigéria colonial do pré – guerra – ou as narrativas mais explicitamente ficcionalizadas de seu conterrâneo Chinua Achebe -, seremos vigorosamente informados das maneiras como até as crianças, arrancadas da cultura tradicional de seus pais e avós e colocadas nas escolas coloniais, estava, ainda assim, plenamente imersas numa experiência primária de suas próprias tradições” (Appiah, 1997: 25).*

A “diáspora negra” (Gilroy, 1999) importou para as terras brasileiras, mais do que os estimados quatro milhões de escravizados: ela compôs uma dinâmica demográfica que reproduziu no continente americano as matrizes culturais da população africana. Assim o conceito de diáspora é entendido como um conceito de espacialização de uma herança cultural com “referência a uma população e suas matrizes culturais e tecnológicas” (Anjos, 2009). Dessa forma, os estudos sobre a população africana, tornam-se fundamentais para compreender as populações de ascendência africana e sua relação de apropriação, releitura e adaptação das matrizes culturais dos territórios de referência.

Em função do nosso sujeito de investigação, é imperioso pensar se seria possível que crianças oriundas de contextos culturais, étnicos e geográficos tão diversos, como é o caso das crianças negras que vivem nas comunidades de quilombos no Brasil, e as crianças negras que vivem nas comunidades rurais em África, compartilhem modos de vida que possam fornecer elementos para pensar numa infância que se desloca em termos de espaço e tempo e mantêm traços culturais semelhantes ainda hoje.

Quais são as dimensões culturais que as aproxima e as distancia? Seriam as crianças interlocutoras privilegiadas na compreensão mais alargada sobre aspectos da vida em sociedades rurais e comunidades tradicionais tanto no Brasil, como em África? Poder-se-ia evidenciar serem essas crianças, ambas herdeiras dos efeitos do colonialismo que em termos da história da colonização e do tráfico de escravizados,

<sup>12</sup> Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tripais, adotada em Genebra, em 27 de Junho de 1989,

criou no Brasil relações intrínsecas e extrínsecas entre povos de uma mesma ascendência? Não pretendemos aqui responder diretamente às questões colocadas, mas deixar que a partir da descrição das práticas culturais nos sócio espaços das comunidades possamos ensaiar possíveis interpretações e preposições a essas questões.

Com efeito, iniciamos uma pesquisa dinâmica e sistemática, na tentativa de localizar estudos que oferecessem insumos científicos qualificados e suficientes sobre o as crianças em países do continente africano. Este esforço debalde e tão pouco, devido ao tempo disponível para sua execução, obteve sucesso. Num segundo momento, pensamos em alargar nossos critérios de busca e identificar elementos voltados para a infância, em estudos sobre a família e as comunidades rurais de África. Foi quando identificamos alguns estudos que poderiam corroborar com nossa proposta de análise.

Observa-se que os inúmeros estudos sobre a infância em África, quase todos quando tomam a criança africana como objeto de investigação, estão voltados para a criança e sua condição nutricional, a criança em situação de trabalho, a criança e a pobreza, enfim, pesquisas sobre crianças em situações particularmente difíceis. De igual modo, nos estudos sobre infância quilombola no Brasil, a larga maioria está mais centrada em análises sobre a situação das crianças na educação, saúde e trabalho, havendo uma escassez de estudos comprometidos em explorar a realidade social de uma infância heterogênea e culturalmente peculiar.

A seguir, tomemos por base três conceitos fundamentais, transversais a todo o conteúdo desta secção para a compreensão da infância negra. O primeiro conceito de *africanidade*, cunhado pela política educacional anti-racista no Brasil, a *africanidade* ventila o reconhecimento da identidade da população negra e retoma o deslocamento da relação a origem africana. É definido como o “reconhecimento tanto do lugar histórico, sociopolítico e lúdico – cultural, onde tudo se liga a tudo”.

O segundo conceito evocado é a definição de *oralidade*, como forma de transmissão dos saberes em várias sociedades, “aparentemente posto em segundo plano na modernidade. [...] meio de transmissão do conhecimento de coletividades tradicionais, [...] pode ocorrer vinculada a expressões visuais, corporais, artísticas e músicas e, inclusive, escritas” (Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade [SECAD], 2010a).

E por fim, o conceito de *territorialidade*, “que se dá através da força vital, da energia concentrada em tal espaço, sem fronteiras rígidas. [...] espaço de práticas culturais nas quais se criam mecanismos identitários de representação” a partir da memória coletiva e das suas singularidades culturais (SECAD, 2010a).

A articulação desses conceitos compõe uma matriz de heterogeneidades presentes nas comunidades e refletidas nas identidades das crianças. As categorias rural e urbano, e a dicotomia rural/urbano propõem variações e mudanças sobre as noções do que é cidade e do que é campo e no uso de seus próprios conceitos. As principais teses clássicas das ciências sociais remontam direta ou indiretamente aos clássicos da sociologia e assinalam o carácter relacional e dialético entre urbano e rural (Hespanha, 1996). O que nos faz perceber é que há diferentes relações estabelecidas nas sociedades rurais, que somadas à presença simultânea de arranjos heterogêneos, fortalecem uma ruralidade de diferentes níveis.

“Universos mistos, ou mestiços de imbricação entre o urbano e o rural, como no caso das cidades de Tete e Matola, em Moçambique, uma vez que se parte do pressuposto que não existe estanquicidade entre o urbano e o rural, muito pelo contrário, pois as fronteiras são porosas e mutuamente inter – relacionais” (Florêncio *et al* 2008: 8).

Um dos pressupostos para esta breve reflexão sobre as crianças diz respeito às diferentes realidades presentes quer seja no continente africano, quer seja nas comunidades quilombolas, seja na qualidade de objetos empíricos ou construções analíticas. Ambos são universos marcadamente plurais tanto nos processos internos de organização social das comunidades, quanto na relação dessas comunidades com o meio externo.

Pensar nas crianças negras deste ou do outro lado do Atlântico, compreende um olhar sobre os diversos contextos culturais e económicos que envolvem os continentes. Por essa razão tomou-se como ponto de partida três dimensões em certa medida, profundamente enraizadas nas estruturas sociais de ambas as comunidades: o lugar onde vivem as crianças, em face ao conceito terra – território das comunidades rurais; as famílias e as redes de apoio, com ênfase no papel das mulheres na reprodução social; e por fim o valor da oralidade nessas sociedades rurais. Como base,



além da pesquisa bibliográfica, utilizamos fragmentos da entrevista com Fernando Florêncio<sup>13</sup>, um antropólogo dedicado aos estudos das comunidades rurais em África.

O antropólogo Fernando Florêncio afirma que no continente africano, os países em contextos de pós - guerra (pela independência ou na sequência da independência colonial) se diferenciam dos países que não sofreram tal situação. Tendo em vista, que a guerra gerou impactos devastadores, sobretudo nas regiões rurais dos territórios nacionais. O entrevistado afirma, *“se for um contexto de guerra recente, como por exemplo o contexto angolano, digamos que o factor desestruturante no seio das famílias rurais é enormíssimo”*.<sup>14</sup>

Uma das consequências dessa rutura nas famílias, sobretudo para as crianças é o abandono. Segundo Florêncio

*“[...] muitas das vezes em termos de processo de fuga a coisa (des) rompeu-se. Há obviamente nalgumas das cidades como Luanda, Lubango, por exemplo, e não só, Benguela, imensas crianças abandonadas digamos assim. [...] o processo de reunificação das famílias em muitos sítios ainda está em curso”*. Florêncio, Fernando (2011) Coimbra: 07 de Junho.

O processo de reunificação familiar levou muitos anos, principalmente em Moçambique e Angola<sup>15</sup>. Nos contextos não afetados pela guerra, as estruturas familiares e as condições de vida são muito mais estáveis. As estruturas familiares são muito variáveis, com formações híbridas e heterogéneas.

No caso das famílias das comunidades quilombolas, ainda que estejam situadas em contextos que desconhecem de todo situações de “guerra”, as famílias e as crianças são confrontadas com aspectos de uma guerra simbólica, caracterizada pelos conflitos fundiários rurais no Brasil, quase sempre violentos. Trata-se de território que contraria interesses imobiliários de instituições financeiras, grandes empresas, latifundiários e especuladores de terra.

<sup>13</sup> Fernando Florêncio é antropólogo Social e professor auxiliar no Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra. Tem-se dedicado a pesquisas em comunidades rurais e sobre o político em África, nomeadamente a partir de estudos de caso em Angola e Moçambique.

<sup>14</sup> Segundo Fernando Florêncio, não existe uma variedade de estudos sobre isso, por isso é difícil percebermos o impacto das guerras nas famílias e nas crianças. Sabe-se de antemão, a partir dos factos sociais, que as famílias sofriam processos de ruptura acentuados, as mulheres muitas vezes fugiam com as crianças e ainda hoje inúmeras famílias encontram-se refugiadas, distantes de seu lugar de origem.

<sup>15</sup> Embora a guerra implique consequências devastadoras nos países, há que destacar que as crianças que vivem em situação de abandono não são somente as “filhas da guerra”, mas também “filhas do hiv/aids”, como expressa Fernando Florêncio.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, *remanescentes de quilombos*, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2010).

Portanto, a primeira dimensão que se toma em consideração para uma aproximação entre crianças negras em África e no Brasil é o lugar onde elas vivem e, no caso das crianças quilombolas, é a causa e efeito das disputas mais veementes no meio agrário<sup>16</sup>.

Importa ressaltar a centralidade que a dimensão sócio espacial e a noção de território ocupam nas sociabilidades, nas formas de organização da produção das crianças. O território ocupa um campo de valor identitário muito significativo para as comunidades: “a revalorização do espaço na pós - modernidade reforça a expressão espacial, tanto material quanto simbólica” (Hespanha, 1996).

Ou seja, o modo de vida das comunidades rurais estabelece formas relacionais com a terra, construídas consoante a relação coletiva no território, como fundamentado no conceito “terra – território” (Gusmão 1999). Um conceito que expressa as relações vividas num determinado espaço, e a partilha da memória e herança cultural das comunidades. Essa relação da terra com o território é dinâmica e marca profundamente as identidades dessas comunidades.

Em determinadas regiões do continente africano, as comunidades no meio rural são afetadas pela falta de terras produtivas, devido ao sistema de produção e cultivo da terra utilizados. Empregam em sua grande maioria o sistema de pousio em substituição ao sistema rotativo. No caso das famílias quilombolas, a disputa de terras com os grandes latifundiários, os processos estatais de reconhecimento e titulação das terras, reduzem a extensão das terras destinadas ao cultivo.

Nos quilombos, quanto à distribuição das moradias no território, não há um modelo de organização, pois, por um lado, mantém-se o modelo mais tradicional de habitat disperso em função do modo de produção agrícola e racionalização do uso do solo e por outro, há comunidades onde as casas estão aglomeradas mais próximas da

---

<sup>16</sup> Os conflitos normalmente têm um grau de violência muito próximos, independente da UF [unidade federativa] onde estes se dão. Portanto, percebe-se que o uso de violência para a resolução de conflitos agrários é algo que não é próprio de uma região em particular, e sim uma característica geral do problema no país. Verificamos uma situação preocupante em alguns estados no que diz respeito à violência contra a vida. (CNJ, 2010: 14).

Igreja, da praça, do telefone público, da escola. Em alguns casos, as famílias organizam-se em vilas em que cada família tem seu terreno para o cultivo podendo ser próximo ou distante da residência.

Em África, com a pressão demográfica, a diminuição da extensão das terras para o cultivo obrigou muitos membros das famílias a migrarem para o meio urbano ou semi urbano em alguns casos. Isto significa, como afirma Hespanha (1996), que existe uma progressiva interpenetração do rural e do urbano à luz dos processos sociais que operam à escala da sociedade global.<sup>17</sup>

Em relação ao quotidiano das comunidades, tanto em África quanto nos quilombos, as mulheres desempenham um papel fundamental na reprodução social. Com efeito, as mulheres cumprem funções características tanto na reprodução, quanto na produção das famílias. Ao nível da produção em Cabo Verde, por exemplo, são elas que asseguram o sustento da família, pois elas plantam e nesse contexto há uma divisão sexual do trabalho (Couto, 2010) muito acentuada. Elas também colhem, cozinham e tratam dos filhos. Enquanto as mulheres plantam, os homens são os responsáveis pela preparação da terra para o cultivo.

*“Na divisão sexual do trabalho das sementeiras [em Cabo Verde], os homens abrem covas (covacho) com uma enxada de bico e as mulheres lançam nas covas grãos de milho e diversos feijões. [...] relação milho / feijão e na relação homem / mulher é a metáfora indicada por vários elementos de ordem simbólica [...] diz-se assim que o milho é o homem e que os feijões de corda são a mulher [...] O único feijão que escapa a esta classificação é o bongolom pelo facto de ser rastejante. O bongolom dito assim ser criança é de resto semeado essencialmente pelas crianças” (Couto, 2010: 251)*

Existem elementos de natureza não simbólica que configuram a divisão sexual do trabalho, como é o caso do escoamento dos produtos. As mulheres são responsáveis pela gestão dos recursos financeiros e a venda dos produtos no meio externo, isso devido à sua capacidade de integrar relações de solidariedade e de confiança intra - género (Couto, 2010). Cabe ainda às mulheres, a tarefa de compra ou troca dos produtos não produzidos pela família e, portanto, são elas as responsáveis em gerir toda a produção alimentar do agregado doméstico.

Às mulheres quilombolas, além da gestão diária da produção alimentar da família, em muitas das comunidades quilombolas, coube-lhes o papel de fundadoras

---

<sup>17</sup> “Assim, torna-se possível aceitar a coexistência articulada e duradoura de elementos de ruralidade e de urbanidade numa formação social dominada por uma lógica urbanocêntrica, como aparentemente acontece nas sociedades capitalistas” (Hespanha, 1996).

dessas comunidades, a partir da organização social dessas mulheres negras, que buscaram na relação com o passado e o trabalho no presente, os mecanismos necessários para a construção de espaços coletivos para o plantio e o cuidado dos filhos e da família.

“ [...] Como espaço físico e social marcado pela origem comum e estreito parentesco, encontra-se estruturado enquanto localidade e em particular, uma localidade de pretos. Vovó Antonica, Vovó Luisa e Tia Marcelina “conformaram” a existência do grupo e do lugar. Delas originou-se a rede de obrigações e deveres entre parentes que resulta na solidariedade e reciprocidade de grupo” (Gusmão, 1994).

As famílias que vivem nas comunidades rurais em África, do mesmo modo, mantêm sistemas de entreaajuda muito semelhantes aos adotados nas comunidades quilombolas, preponderando, estruturas de solidariedade mecânica, em que se predomina formas de consciência coletiva e partilha de valores, crenças e sentimentos, como Durkheim expressou em sua obra sobre a divisão do trabalho social. Isto acontece, não apenas pelas características éticas e morais das comunidades, mas sobretudo pela necessidade de organização da produção.

Consoante as estruturas das famílias, os núcleos familiares em países da África, como Cabo Verde, estão muito dispersos, em decorrência da aproximação do meio urbano com as sociedades rurais, sendo comum encontrar membros de uma mesma família vivendo em localidades diferentes, nomeadamente nas áreas urbanas mais próximas. Assim, a organização social dos núcleos familiares é cada vez mais diversa e, no caso da realidade rural em Cabo Verde, é influenciada pelos fenómenos da emigração e pela matrifocalidade (Couto, 2010), um mundo rural feminino, marcado pela dicotomia homem/mulher e a proeminente divisão sexual do trabalho.

“[...] essa ideia que nós temos de um papel secundário da mulher, e até de um papel que era escravizada pelo homem, na maior parte dos casos é mais aparente do que real, porque as sociedades tem mecanismos às vezes internos, às vezes informais de reverter essa situação, [...]” Florêncio, Fernando (2011) Coimbra: 07 de Junho.

Outra característica predominante é a oralidade, a tradição oral, o dom da palavra como mecanismo de transmissão da memória coletiva e consciência social dessas comunidades. Em África, segundo Florêncio, as comunidades mantêm a tradição de estruturas coletivas de discussão. As mulheres participam dos conselhos das comunidades e podem falar, apesar de tais estruturas serem ocupadas geralmente por mulheres mais velhas.

A palavra, também é a forma pela qual as crianças apreendem os saberes e conhecimentos das comunidades, pois o falar é “forma de agir” a expressão daquilo que se apreendeu, ouviu, vivenciou. Nas comunidades quilombolas, a tradição oral também é representada pela organização política da comunidade, nomeadamente através das associações comunitárias, ou ainda pelos cultos religiosos, que preservam aspectos do dom da palavra.

Os mais velhos representam a sabedoria, e no interior das comunidades são eles que remetem a tradição, fundamentados na oralidade histórica e na relação com os ancestrais. Igualmente, são os reprodutores e detentores de saberes práticos e históricos transmitidos para os mais novos e para as crianças, essenciais para aprendizagem cultural compartilhada em comunidade. O poder é dado aos mais velhos, sejam os mais velhos homens ou mais velhos mulheres.

As crianças, em ambas as comunidades, exercem desde cedo, entre quatro e seis anos, atividades domésticas como o cuidado dos irmãos mais novos. Ajudam a plantar e a colher e em alguns casos das sociedades rurais em África, os meninos tentam apanhar pequenos animais roedores. Na infância, também há uma divisão sexual do trabalho, em que cabe às meninas, a limpeza da casa, e o cuidado com o fogo e acompanham as mães na venda dos produtos no mercado.

Nos quilombos, o trabalho na roça é bastante presente, sendo compreendido pelas famílias como forma de aprendizagem (educação familiar), onde se reproduz a maior parte do conhecimento e do saber. É um processo de aprendizagem que de modo singular, socializa e integra as crianças no processo produtivo da comunidade.<sup>18</sup>

Portanto, a histórica invisibilidade da infância reproduz-se inclusive na ausência de estudos sobre a infância negra que superem as problemáticas sociais de violação dos direitos e retratem outros olhares sobre a infância. Por isso, a necessidade de refletir sobre a família e as crianças, as mulheres e as crianças e a tradição oral nas comunidades, consistiu um caminho pertinente dadas as circunstâncias da pesquisa. De facto, os olhares transatlânticos cruzam-se, e apesar de contextos marcadamente heterogêneos, em diferentes aspectos refletem semelhanças significativas entre esses dois universos territoriais, ligados pelo passado e presente. Como por exemplo, nas

---

<sup>18</sup> O trabalho infantil integra as categorias de análise da segunda parte desta pesquisa.

brincadeiras das crianças quilombolas, trazidas do continente africano ocidental e preservadas ao longo do tempo<sup>19</sup>.

Diante das descrições desenvolvidas, arrisca-se concluir que os modos de vida e a inclusão da criança na organização do tecido social das sociedades rurais no Brasil e em determinados países em África deslocam-se na história, na oralidade e na tradição e tecem as reproduções culturais das “infâncias” negras. Ao retomar a discussão sobre a tradição oral, pode-se reafirmar que os saberes transmitidos pelos mais velhos, enquadram-se como os “redutos onde a ancestralidade sopra, através das mais diversas narrativas, os caminhos por onde buscar os meios de manter-se, portar-se e situar-se diante do mundo” (SECAD, 2010a). A voz expressa os modos de ser, fazer e estar nessas comunidades rurais e é por ela que as crianças poderão situar-se no mundo em estreita e harmónica relação com os diferentes elementos que compõem sua precisa e preciosa herança cultural identitária.

---

<sup>19</sup> Yoté: é um jogo muito popular em países da África ocidental, ajuda no desenvolvimento do raciocínio e sentidos de observação e está muito ligado às tradições. As táticas são transmitidas entre gerações, cabendo aos mais velhos ensinar as regras do jogo às crianças. Em alguns grupos infantis, as crianças utilizam peças como cocos, sementes, hastes de madeira, pedras e traçam o tabuleiro ou buracos no chão. (SECAD, 2010b).

## Capítulo 2 – A VISIBILIDADE DA INFÂNCIA QUILOMBOLA

*“Assim, o meu sonho lá na minha comunidade hoje que, assim, falta uma escola melhorada, uma escola que trate da cultura quilombola, isso não tem lá, porque a escola só dá o nível padrão e atende de 1ª a 4ª, e a escola é uma escola pólo. Então, é isso que eu sonho” (adolescente quilombola, Encontro Prepcom / Quilombinho 2008 / Carta / Quilombinho<sup>20</sup>).*

### 2.1 Comunidades quilombolas: terra, território e movimento social

Uma concepção mais alargada sobre as comunidades quilombolas requer a retomada, ainda que *en passant*, da literatura histórica e contemporânea, sobre os temas do colonialismo e escravismo, elementos que alteraram profundamente as relações raciais no tecido social do Brasil e são indissociáveis da cultura negra (Gilroy 1999, Hasenbalg 2005). Igualmente marcaram como experiência crucial na história do negro/a o racismo,<sup>21</sup> e a demarcação da relação de poder pelo domínio colonial.

O autor Anthony Marx (1998 como citado em Gomes, 2009) afirma que o colonialismo utilizou (1) da tradição religiosa católica, (2) da escravidão e (3) da miscigenação para desenvolver uma forma de dominação nacional e uma unidade territorial. Um modelo de dominação que encontrou no escravismo a sua forma concreta de modelar a cultura local, alterar as relações étnico – raciais, silenciar e subalternizar as práticas sociais, nomeadamente, os modelos de organização social dos grupos subordinados.

Uma das formas, pela qual a colonialidade se manifesta na história do negro, pode ser percebida já na primeira definição que a Metrópole elabora sobre quilombos, depois da consulta do Conselho Ultramarino, datada de 02 de Dezembro de 1740, em que define quilombos como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco,

<sup>20</sup> Ver anexo 18.

<sup>21</sup> A cerca do conceito de racismo, Appiah (1997), distingue entre as palavras racismo e racialismo. Racialismo, como doutrina de que existem características hereditárias, [...]. Para o autor, o racialismo em si, não é uma doutrina perigosa, por outro lado o racismo sim, e é subdividido em racismo extrínseco e intrínseco. Os racistas extrínsecos fazem distinções morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes. E o racismo intrínseco, são pessoas que estabelecem diferenças morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que cada raça tem um status moral diferente, independentemente das características partilhadas por seus membros (Appiah, 1997: 33-35).

em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”<sup>22</sup>.

Esses arranjos, em diversas partes da América, em particular no Brasil, espalharam-se no território na tentativa de reconfigurar outros lugares e espaços sociais de resistência e liberdade. Representa o protesto do negro escravizado às condições cruéis, opressoras e desumanas a que estava sujeito. Todavia, não foram as únicas formas de resistência, pois segundo Patterson (como citado em Halsenbarg, 2005), havia duas formas básicas de resistência à escravidão e a luta pelos direitos costumeiros: uma passiva, como a recusa ao trabalho ou ineficiência; e a outra mais violenta, como a fuga ou suicídio.

Segundo Gomes (2009), pode-se afirmar que durante o período de escravidão (1530 – 1888), o Estado direcionou a legislação para a aplicação de medidas coercivas de combate à expansão dos territórios quilombolas. Contudo, com a Abolição da Escravatura e Proclamação da República os quilombos desaparecem do cenário nacional, retornando como tema do Estado, somente na Constituição da República de 1988.

A categoria raça tomada no século XIX, então, converte-se numa fonte de opressão e discriminação como justificção para relações desiguais e hegemônicas entre os povos. A raça enquanto conceito sócio - histórico converte-se numa *identidade legitimadora*, em que na identidade negra a escravidão é naturalizada com base na história, no colonialismo e, sobretudo, na articulação da linguagem religiosa (Fredrickson, 2002).

No Brasil, as desigualdades raciais são revigoradas com a emergência do conceito de tropicalismo ou luso tropicalismo proposto por escritores modernistas brasileiros e portugueses, mas em particular Gilberto Freyre<sup>23</sup>, que tentaram criar um

---

<sup>22</sup> No final do século XVI tem-se os primeiros registros de levantes no quilombo de Palmares, a República de Palmares (Freitas, 1973) ou Angolajanga, o mais importante quilombo na história da resistência ao sistema escravista. “Quilombos”, “terras de preto”, “mocambos”, referem-se ao mesmo território e patrimônio histórico da cultura negra.

<sup>23</sup> Em torno de um novo conceito de tropicalismo, Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, participou de uma conferência na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, em 24 de Janeiro de 1952. Seu discurso, dentre outros assuntos, estava comprometido com dois objetivos principais: enaltecer a “esplêndida” unidade de cultura predominantemente latina e lusitana, sobre o espaço tão vasto, física e socialmente amplo da América; e vangloriar a função dos bacharéis em direito formados em Coimbra que heroicamente, segundo Freyre, unificaram a sociedade e cultura de povos tão novos e indecisos.



imaginário de harmonia entre raças e camuflar as relações desiguais entre negros e brancos. Embora em muitos estudos (Henriques, 2001, Halsenbarg, 2005) prevaleça a tese de que o pertencimento racial tem importância na estruturação das desigualdades sociais e económicas, e no vigor de uma hierarquia racial.

O estudo realizado por Henriques (2001) revela as injustiças distributivas no Brasil resultantes de acentuadas desigualdades raciais. Em 1999, os negros representavam 45%, mas correspondiam a 64% da população pobre, e na medida que se aumentava as taxas de escolaridade de negros e brancos, constatava-se a estabilidade do diferencial de escolaridade entre negros e brancos ao longo das gerações. Assim, as formas subtis de discriminação racial usuais demarcaram sobre a representação dos negros na pobreza (Henriques, 2001).

As comunidades quilombolas para além das desigualdades raciais enfrentam os desafios de seu isolamento geográfico e conseqüentemente a morosidade no acesso às políticas públicas. Somente a Constituição Federal de 88 inverte os valores atribuídos aos quilombos, como na legislação colonial, passando da categoria de quilombos como crime, para o reconhecimento de sua identidade e a urgente necessidade de reparação às violações sofridas (Almeida, 2002), a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), aliado aos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 (Brasil). Constituíram o marco jurídico regulatório das comunidades de negros em meio rural, ao afirmar que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombolos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos” (ADCT, 1998).

Posteriormente a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>24</sup>, em particular o decreto 4.887/2003 assinala a entrada definitiva desse grupo, por anos invisibilizados perante o Estado, e reafirma a identidade coletiva negada e desconhecida pelo poder público. O decreto regulamenta os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, mas sobretudo é o mais importante marco legal

---

<sup>24</sup> A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adoptada em Genebra, em 27 de Junho de 1989, foi promulgada pelo pela presidência da República do Brasil somente em 2004.

obtido pelos quilombos, pois trata do reconhecimento do direito a auto – atribuição. É quando o Estado passa a reparar os danos históricos causados a população quilombola.

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico – raciais, segundo critérios de auto – atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Art. 2º Lei Federal nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003).

Os estudos culturais (Hall, 1993), pós-coloniais (Fraser, 2002, Quijano, 2002, Santos, 2006,) contribuem nas reflexões mais recentes sobre quilombos, pois retomam o fenómeno do poder nas relações e para Quijano (2002) a colonialidade do poder dá conta de um dos conceitos base do atual padrão de poder baseado na ideia de raça, vista a partir de três elementos co-presentes: o conflito, a dominação e a exploração. Esses elementos permeiam todo o processo histórico colonial, incluindo as relações raciais na chamada “pós- emancipação”.

Mais recentemente, a organização desses quilombos em movimentos associativos marca a forma mais atual de luta dessa população, permitindo a sobrevivência de centenas de comunidades até hoje. Uma luta de contestação das formas de exploração e a dominação dos seus territórios, pelo reconhecimento de seus direitos. Embora tenham ações conjuntas e pontos de conexão com o movimento ruralista ou as ações sindicais, o movimento quilombola de comunidades tradicionais distingue-se ao se estruturar segundo critérios organizativos diversos, apoiados nos princípios de sua identidade coletiva, com raízes locais profundas (Almeida, 2008: 96). No início do século XXI, com as consequências dos processos de redemocratização do país, o movimento passou por transformações carregadas, superando a condição de isolados negros para agentes de transformação social, reflexo de uma existência coletiva e uma maior incidência política.

Um dos factores simbólicos somados nestas mobilizações diz respeito aos signos de reconhecimento e aos seus valores, que passam a identificar as diferentes identidades coletivas e seus respectivos movimentos (Almeida, 2008). O direito à terra e a relação do ser humano com o seu território identificam os membros e proporcionam uma espécie de unidade na luta quilombola. A relação de parentesco, determinada pela linha materna, constitui a unidade social fundamental nos quilombos (Moura, 1993). E são esses os símbolos e significados da construção da marca

identitária do movimento que constituem como um dos factores de mobilização de novos agentes, gerando um sentimento de pertença a determinado grupo (Almeida, 2008).

Com efeito, nasce o que poder-se-ia classificar como o mecanismo organizativo para a sustentação do movimento social quilombola em nível nacional, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), numa lógica de estrutura articulada em coletivos sociais (associações regionais e locais) numa vertente representativa e na busca pela incidência política junto à esfera governamental. A CONAQ atualmente é a principal estrutura democraticamente representativa do movimento social quilombola.

Com o avanço de alguns dos direitos das comunidades, o movimento social direcionou sua ação coletiva pela regularização fundiária, condicionada a preservação dos costumes, da cultura e da tradição entre as gerações das populações quilombolas e o combate a toda e qualquer discriminação racial e intolerância religiosa. A “garantia dos direitos da infância” aparece no site da coordenação<sup>25</sup> no conjunto dos objetivos da CONAQ, como “a necessidade de zelar pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes como continuadoras da cultura e tradição quilombola”.

## **2.2 Políticas públicas: redistribuir e reconhecer**

A territorialidade quilombola, como já mencionado, constrói-se no campo identitário, cuja organização social, política, económica e cultural se estabelece na relação com o território. Tais relações são respaldadas por um conjunto de leis jurídico – normativa, que se espacializam no território como políticas públicas de regularização fundiária, saúde, educação, soberania alimentar e renda mínima, como é percebido no Programa Brasil Quilombola (PBQ) implementado desde o ano de 2003. Não obstante, ainda vigoram, no âmbito da espacialização das políticas para quilombolas, processos burocráticos capazes de excluir comunidades do acesso às políticas públicas e focalizar, de maneira unilateral, um debate que deveria envolver uma pluralidade de temáticas. Tais processos não contribuem na redução da situação

---

<sup>25</sup> Consulta em 10 de Julho de 2011 em: <http://www.conaq.org.br/>

de vulnerabilidade social da população de remanescentes de quilombos e enfraquecem sua autonomia, saberes e tradição.

Um dos entraves por um lado, ou critério por outro, para o acesso às políticas públicas do Estado é a regularização fundiária, o que possivelmente será a maior tensão entre o movimento quilombola e o aparato burocrático do governo. A certificação das terras (Decreto Lei 4.887) não representa apenas o direito à terra, mas o direito a ter direitos, e poder deles usufruir. Ou seja, a certificação das terras é critério para aceder às diferentes políticas sociais do Estado.

Nesta secção não pretendemos traçar um caminho analítico sobre as políticas, menos ainda, aprofundar a concetualização do conjunto de políticas públicas específica para quilombos, mas sim, trataremos de sintetizar as políticas governamentais no âmbito federal, voltadas para as comunidades de quilombos tomadas em seu conjunto. Optamos por esboçar as políticas de regularização fundiária, por ser o ponto de partida para o acesso às demais políticas. Agora as políticas de educação e de redução do trabalho infantil, por serem categorias de análise e estarem diretamente vinculadas à infância quilombola, serão tratadas no capítulo quatro desta dissertação.

Do ponto de vista do público beneficiado pelas políticas, encontramos um dos primeiros problemas e entraves no tocante à regularização fundiária, que diz respeito as estimativas numéricas do público a ser atingido. Estudos académicos, como o do geógrafo Anjos (2009), que utiliza técnicas de geoprocessamento e cartografia, apontam para a existência de 3.320 comunidades, mas estima-se a existência de mais de 5.000 em todo o território nacional. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) identificou recentemente 3.524 comunidades que corresponderia a um universo de 352 mil famílias, numa razão de pouco mais de 80 famílias por comunidade, como afirma Arruti (2009). O órgão federal responsável pela certificação das comunidades, a Fundação Cultural Palmares, até 2011 certificou 1.711<sup>26</sup>. A imprecisão nos dados estatísticos sobre as comunidades e a localização exata de seus territórios dificulta a definição do público-objetivo das políticas públicas.

É impossível no momento estabelecer qualquer média nacional para a relação do número de famílias por comunidade, mas pelo que é possível apreender das comunidades mais conhecidas, oitenta é um número exagerado, que acaba elevando excessivamente a expectativa do número de

<sup>26</sup> Informação actualizada em 07 de Junho de 2011 às 17:03hrs na plataforma eletrónica: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=88](http://www.palmares.gov.br/?page_id=88)

famílias quilombolas a serem atingidas por políticas públicas (Arruti, 2009: 77).

A questão é que da mesma forma que não há rigor na elaboração dos dados sobre essa população, também não parece haver perspectivas de mudança, já que o governo federal até então, não empreendeu esforços para este fim. Uma das necessidades mais estruturantes em relação às políticas públicas, seria ultrapassar as simples estimativas de correlação entre número de famílias e número de comunidades, que são imensamente díspares entre as regiões, para estabelecer formas adequadas de controlo social sobre os registos das famílias quilombolas, em particular os dados sobre as crianças, e melhorar a aplicação das políticas públicas considerando as variações nas estruturas sociais das famílias e das comunidades (Arruti, 2009).

O modo pelo qual o governo federal percebe as políticas para quilombos surge da estratégia de consolidar Acções Estruturantes nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, a partir de dois programas principais: o Programa Brasil Quilombola e a Agenda Social Quilombola. Estes programas reúnem em uma mesma estrutura organizativa projetos de vinte e três ministérios. O governo adotou um modelo descentralizado, contrariando a tendência do governo anterior de centralizar num único órgão de governo o tema dos quilombos (Arruti, 2009), como é o caso atual das políticas voltadas para a população indígena. No contexto desse arranjo institucional, o tema dos quilombos é incorporado no conjunto de prioridades dos ministérios, sob a coordenação da SEPPIR, na tentativa de consolidar um modelo orgânico de ação.

Até 2003, segundo Arruti (*ibidem*), a larga maioria das políticas públicas para quilombo encontrava limites e fronteiras numa possível espacialização das políticas influenciadas pelo monopólio da cultura no conjunto das políticas para quilombos. Com as alterações no marco jurídico das comunidades quilombolas (Artigo 68º do ADCT e do Decreto 4.887/2003), inaugura-se um marco na história dos quilombos, e a questão da regularização fundiária ganha destaque no conjunto das ações governamentais num modelo de espacialização das políticas. Porém, na execução

orçamentária do PBQ, o número de comunidades regularizadas está muito aquém do previsto<sup>27</sup>.

No tocante às políticas públicas, a sua natureza está muito fundamentada no

“reconhecimento dos quilombos como um segmento da sociedade nacional, tende a se limitar à constatação de que mesmo entre os pobres e miseráveis do país há uma camada ainda mais desprivilegiada, excluída até mesmo das políticas públicas destinadas à atenuação da pobreza, do isolamento e da segregação (Arruti, 2009: 83).

As políticas adotadas podem ser classificadas em políticas de *reconhecimento* dos elementos identitários das comunidades, são políticas criadas especificamente para os quilombos a fim de atender às suas especificidades culturais e geográficas; e políticas sociais em que se criam cotas especiais para as comunidades a fim de assegurar o seu acesso às políticas (Arruti, 2009). As políticas deveriam implicar uma investigação das singularidades e suas implicações na extensão das políticas universais e na construção de políticas verdadeiramente efetivas. As chamadas políticas de *redistribuição*, empreendem esforços na reserva de cotas para quilombolas, utilizam mecanismos de discriminação positiva, propõem, um tratamento diferenciado, porém sem considerar os elementos históricos - culturais e as dinâmicas sociais das comunidades.

No âmbito dos estudos pós - coloniais, Nancy Fraser (2002) considera o risco na atualidade da centralidade em políticas culturais. A autora propõe, que a justiça social como base para a emancipação deve basear-se na combinação entre redistribuição e reconhecimento. Propõe uma concepção que promova a interação entre as diferenças e estabeleça sinergias com a redistribuição.

A falta de pesquisas analíticas limita uma posição mais conclusiva, e dificulta avaliar a ressonância dessas políticas no terreno, bem como a gestão e a adequação dessas respostas às problemáticas sociais das comunidades. Tentar-se-á analisar no

---

<sup>27</sup> Em relação ao número de comunidades com suas terras devidamente regularizadas tem uma redução de 400% em relação a titulação das terras quilombolas no governo anterior. Atualmente entre 1995 e 2003, existem 106 títulos emitidos, regularizando pouco mais de 955 mil hectares em benefício de 97 territórios e 173 comunidades. Entretanto, entre 2003 e 2009 foram abertos 948 processos, e neste período foram expedidos somente 60 títulos. Fonte: versão eletrônica do Jornal Correio Brasiliense de 25/01/2010, consultado em 02/02/2010 às 10:45hrs. Segundo a organização não governamental Comissão Pró – Índio de São Paulo, existem 958 comunidades com processos abertos no INCRA, sendo destas 728 estão com o processo formalizado, 120 com o RTDI (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) em elaboração e 19 com RTDI publicado. Consulta realizada em 01/07/2010 às 15:48hrs. Em <http://www.cpis.org.br/>.

capítulo final, a percepção das comunidades sobre algumas políticas voltadas para a infância e como elas relacionam a dimensão do reconhecimento das diferenças e as facilidades de uma política meramente distributiva, considerando nesta análise, o modo como os gestores conhecem e reconhecem a criança quilombola.

### **2.3 Ser criança negra e ser criança quilombola**

“[...] eu comecei a observar que o impacto do racismo no universo das crianças, ele é muito forte, porque ela é originada, de uma ausência de criação no seu território [...]” (Entrevista J. B. Brasília, Fevereiro de 2011).

Ao pensar uma pesquisa sobre crianças quilombolas, é indissociável o tema do racismo na infância. Para responder à questão da igualdade ou diferença entre crianças negras que vivem em contextos espaciais distintos, é preciso levar em conta, o contexto territorial em que vivem essas crianças, quer seja no meio urbano, quer seja no meio rural.

Existe uma fronteira invisível entre crianças negras e crianças quilombolas, associada às concepções que a comunidade tem sobre as relações sociais das crianças nos quilombos e o imaginário construído sobre as crianças do meio urbano. Uma fronteira que em determinadas circunstâncias também é tênue, precisamente quando as crianças quilombolas são inseridas no bojo das crianças negras, sem qualquer distinção.

Há quem cruze as fronteiras para fortalecer as identidades de um lado ou do outro, sem descaracterizá-las. A isso, parafraseamos o que Boaventura de Sousa Santos afirma que é preciso reivindicar: a igualdade, toda vez que a desigualdade inferioriza, e a diferença, toda vez que a igualdade descaracteriza.

Os quilombos definem sua identidade, exatamente no momento do reconhecimento de suas formas particulares de uso e relação com a terra - território. Seria incongruente observar a identidade negra das crianças quilombolas diferente dessa lógica, já que a família, as relações de parentesco e a oralidade, marcam profundamente a trajetória de vida das crianças. Esses elementos compõem processos sociais encontrados na terra e no território quilombola. Assim, a legitimidade da identidade da criança quilombola carrega os parâmetros de sociabilidade, as formas de reprodução social constituída e a sua interação com o meio em que vive.

Vários são os estudos sobre o racismo na infância (Porter, 1973, Katz, 1982, Ramsey, 1987 *apud* Fazzi, 2004 ) e, todos eles se comprometem no estudo sobre a convivência com a diversidade e as manifestações resultantes desse “convívio”. Alguns autores estão mais preocupados com os mecanismos de aquisição de atitudes racistas (Porter, 1973), outros com o paradoxo entre atitudes preconceituosas e comportamento não-preconceituoso (Katz, 1982) mas, em geral, parte significativa desses estudos compartilha o axioma de que ninguém nasce preconceituoso, mas torna-se. Na sociedade urbana, a criança negra, mas também a criança quilombola, convive com o fenómeno do racismo, manifestado em formas intrínsecas e extrínsecas. E, no caso da criança quilombola, ela sofre de um duplo racismo: ser criança negra e ser criança quilombola.

Embora os mecanismos de transmissão de atitudes sejam similares para todas as crianças, o ambiente sociológico e psicológico e o pertencimento racial afetam a extensão dos sentimentos e a relação a eles. Assim, a transmissão de preconceito não é automática, e a existência de crianças mais ou menos preconceituosas ou não preconceituosas é possível (Fazzi, 2004: 90).

Numa outra ótica, cumpre-nos esclarecer que, em função da formação cultural brasileira, podemos reproduzir consciente ou inconscientemente as formas subtis de preconceitos que permeiam a nossa sociedade, muito em função do modelo histórico do colonialismo e do eurocentrismo de educação, do qual somos produtos (Munanga, 2005).

No caso das crianças, é fácil objetivar as consequências do racismo no desenvolvimento e socialização de meninos e meninas. Por exemplo, um ambiente que concentra uma diversidade cultural extensa, como é o caso das escolas, somado à falta de habilidade dos professores para gerir situações de discriminação e material didático pouco eficiente nas questões raciais, resultam em baixos índices de aprendizagem e aproveitamento dos alunos em função do enfraquecimento de sua auto-estima, e não reconhecimento de sua identidade no meio escolar, como afirma Munanga (2005), em sua obra sobre o racismo na escola.

Observemos o que Bourdieu em *A Reprodução* já afirmara sobre a violência simbólica que retomamos na primeira parte deste trabalho. De facto, a escola, ao assumir o papel de socialização secundária das crianças, reproduz formas simbólicas de



racismo, quer seja entre professores e alunos, alunos e alunos, funcionários e alunos, quer seja nos materiais didáticos utilizados.

O arranjo entre violência e simbolismo é um quadro de análise na aplicação aos estereótipos construídos no material didático das escolas brasileiras<sup>28</sup>. A partir dos esforços governamentais como a criação da SECAD, vislumbram-se mudanças, mas o material escolar no Brasil ainda expressa uma ideologia de branqueamento, alimentada pela relação de inferioridade e superioridade com base nas raças. Portanto a cor, passa a ter um significado simbólico a ela associada.

#### Acerca dos livros e nas histórias infantis

A cor negra aparece com muita frequência associada a personagens maus: “o negro associado à sujeira, à tragédia, à maldade, à cor simbólica, impregna o texto com bastante frequência” (Rosemberg, 1985:84).

Como referido anteriormente, as crianças quilombolas integram o grupo de crianças negras que convivem com o racismo e entendemos que nesta análise convém não desassociarmos essa questão. Mas, será que as comunidades reproduzem formas de racismo com o meio externo? Que entendimento as mães das crianças têm sobre as crianças negras de contextos diferentes?

O que nos chamou a atenção foi que, quando perguntamos às mães das crianças quilombolas, sobre as percepções que elas têm do que é ser criança negra e ser criança negra no meio rural ou urbano, identificamos a presença de categorias sobre a criança do meio urbano associada a melhores “oportunidades”, mais “inteligente”, menos “flexível”, e a criança do meio rural que, embora esteja mais preparada para viver em determinadas circunstâncias de escassez de recursos económicos, precisa esforçar-se e dedicar-se para chegar a ter condições/capacidades cognitivas semelhantes como daquelas que vivem em meio urbano.

“Eu acho que hoje se as crianças for inteligente, interessada, a diferença é pouca (Entrevista M. O. Comunidade Conceição, Fevereiro de 2011). “A gente quer que eles estude com o que está nos livros, mas a gente quer que eles estude a nossa história, os nossos ancestrais, a gente quer passar isso tudo pra eles. Pra que no futuro eles saibam de onde veio as suas raízes. [...] Ah com certeza não [...] na cidade você tem muitas oportunidades. Os pais podem colocar as crianças em vários tipos de curso” (Entrevista E. P. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011)

<sup>28</sup> Cf. Silva (2005). As ilustrações do livro: “Banzo, Tronco e Senzala”, 1999 estão disponíveis no anexo 19 deste trabalho.

Ao reproduzir as falas das mães das crianças quilombolas, traz-nos à tona, uma outra vertente da diferença entre crianças negras do meio urbano e do meio rural, que diz respeito ao preconceito ou desvalorização do meio rural. É inconsciente das entrevistadas, mas está subjacente e é uma das interpretações possíveis que fazemos, quando as mães associam o meio urbano ao lugar onde “*as pessoas são inteligentes, tem mais oportunidades, e os pais podem pagar cursos aos seus filhos*”.

A assimilação que as mães fazem vincula-se à associação feita durante muito tempo das sociedades rurais ao que é atrasado, ao que é difícil o acesso, no geral assimiladas ao sistema feudal e a pré - modernidade, embora muito do pensamento sociológico tenha apresentado mudanças a partir dos novos estudos sobre ruralidade.

Com efeito, as mães percebem a importância das crianças estudarem a história dos quilombos, os antepassados, e a transmissão dos saberes. Ou seja, compreendem a identidade da criança quilombola como específica e determinada por sua relação com o espaço social em que vivem e o fortalecimento de sua pertença étnico – racial.

## **2.5 O paradigma da invisibilidade:**

Nesta última parte de reflexões antes mesmo de apresentarmos os resultados da pesquisa de campo, propõe-se sintetizar as reflexões anteriormente apresentadas, através da sistematização de um modelo de invisibilidade vinculado: (1) à sociologia das ausências e a infância quilombola; (2) aos direitos humanos e os limites no que concerne a diversidade cultural no mundo; (3) à espacialização de políticas distributivas em vez da interação entre políticas de reconhecimento e de distribuição; (4) à homogeneização das comunidades e das crianças negras. Nossa hipótese é que a descrição analítica anterior pode ser causa e/ou efeito da invisibilidade da infância quilombola.

Neste estudo, entendemos o conceito de visibilidade não como uma dimensão visual, próxima dos sentidos e do domínio da percepção física, mas da interseção de dois domínios: a singularidade das identidades dos sujeitos investigados e o reconhecimento dessas singularidades nas estruturas de ação. Ao verificarmos as identidades presentes nas comunidades, percebemos que para além do reconhecimento, é necessário compreender os elementos constatados nessas identidades (diferenças), em que os sujeitos tornam-se invisíveis, exatamente no

momento em que nas percepções que construímos sobre o outro, essas singularidades são ocultadas.

A construção da visibilidade da infância é o factor escolhido nesta investigação, visto que a categoria da visibilidade é um campo de estudo local, que permite criar conexões com o campo mais macro da análise aqui proposta. Ao considerarmos a visibilidade como uma metáfora do conhecimento, e não uma simples imagem, mas um processo real em si mesmo (Brighenti, 2007), arriscamos afirmar que o conhecimento sobre o outro é capaz de produzir percepções com base nas tais singularidades das identidades, como por exemplo, o desconhecimento das singularidades na infância quilombola que orienta um sistema conceitual sobre identidades negras a fim de incorporar no mesmo grupo social todas as crianças negras. Assim, entender a visibilidade das crianças quilombolas é o caminho para a compreensão das representações e relações sociais criadas no interior das comunidades, em que o sujeito criança pode existir sob concepções distintas e isto impactar na definição das crianças quilombolas nas políticas públicas do Estado. Ao passo que a visibilidade também propõe desconstruir estereótipos enraizados na sociedade e *resignificar* o lugar das crianças quilombolas.

Existem diferentes perspectivas no campo da visibilidade e, ao ser aplicado no contexto da infância quilombola, sugerimos ênfase na interseccionalidade com outros conceitos como singularidade, diferença e reconhecimento.

Delimitamos os agentes, os quais imaginamos que as crianças de quilombos foram ou são invisibilizadas: perante o estado na escassez de políticas públicas para as crianças quilombolas, nas comunidades a partir da secundarização das crianças na agenda política do movimento e nas percepções construídas pela comunidade.

A primeira justificação para esta hipótese é a ausência de estudos sobre as crianças negras quilombolas, muito em função da recente entrada da sociologia nos estudos sobre a infância e da própria condição periférica das crianças de quilombos em estudos sociológicos, aliada à homogeneização de identidades híbridas e diversas.

Os instrumentos internacionais e nacionais de proteção da infância também incorporaram em seu processo, distanciamento entre a garantia legal e os entraves para sua aplicação e a ausência de reconhecimento de determinados grupos sociais. Falta uma abordagem baseada nos direitos humanos, com respeito à pluralidade e

diversidade, não discriminação e participação social, capaz de eliminar o paradigma da invisibilidade das crianças e impedir que se tornem reféns de sua própria realidade social.

A abordagem adotada pelo Estado no que se refere às políticas públicas é outro factor hipoteticamente determinante. Ora, a origem das políticas específicas para crianças, a partir dos instrumentos internacionais dos direitos humanos das crianças, mostram-se incapazes de alcançar especificidades culturais e dialogarem com as formas globalizantes no mundo. Assim, as políticas implementadas pelo estado brasileiro vigoram numa dualidade às vezes de reconhecimento, às vezes de redistribuição. A larga maioria, resulta de pequenas cotas criadas no âmbito dos programas ministeriais, havendo lugar à aplicação de políticas de redistribuição, ao invés da complementaridade e sinergia entre as políticas de reconhecimento e de redistribuição.

Essa redistribuição acontece muito em função do quarto factor que aqui apresentamos que é a homogeneização das crianças negras e a homogeneização dos territórios quilombolas. Falta uma abordagem que considere a diversidade racial na população negra, algo em “que define o negro não como um sujeito genérico, mas sim o negro de uma comunidade ou grupo que ocupa um determinado território, uma terra que lhe pertence” (Gusmão, 1999:145).

No debate mais atual sobre reconhecimento, observa-se o alargamento de conceitos como multiculturalismo, diversidade, cidadania plural, imbricados numa luta por justiça social que, como afirma Santos (2003a), procuram jogar no campo das tensões entre diferença e igualdade, no limiar de uma justiça de reconhecimento das diferenças e ou da redistribuição pela igualdade. Para Hegel o conhecimento é também, e no fundo, o reconhecimento do particular no geral ou universal. Deste modo, o conhecimento passa a integrar o conjunto de categorias do reconhecimento, numa dialética de *conhecer para reconhecer e reconhecer para libertar*.

A homogeneização dos territórios engessa as políticas por não conhecerem a localização exata dos quilombos, incorporam as comunidades no conjunto de comunidades rurais, não articulam levantamentos a fim de identificar elementos culturais e corresponder esses elementos aos tipos de políticas a serem implementadas.

Portanto, a construção da visibilidade das crianças de quilombos passa pela necessidade de ter em consideração a relação existente entre solidariedade, respeito e identidades quer seja nas comunidades, quer seja na relação das comunidades com o Estado. Mas também, refere-se a necessidade de se desconstruir os modelos predominantes que historicamente caracterizaram-se, sobretudo, pela imposição e violência simbólica sobre grupos subordinados, em particular, o caso dos negros no Brasil.



## Capítulo 3 – O MODELO ANALÍTICO: ROTEIRO DA INVESTIGAÇÃO

### 3.1 Antecedentes e parâmetros da pesquisa

Neste trabalho<sup>29</sup> propomos, assim como afirma Maroy *et al.* (1997) gerar um esquema de inteligibilidade de um campo empírico concreto. A escassez de estudos anteriores levou-nos a concluir ainda na fase inicial do trabalho de pesquisa, que, efetivamente, a pesquisa exploratória afigurava-se como a melhor opção para o alcance dos objetivos propostos.

Dadas as circunstâncias de que não foram identificados estudos que permitissem aproximar e confrontar o objeto desta investigação com outras hipóteses verificadas anteriormente, tomou-se o estudo de caso como técnica mais adequada ao objeto desta pesquisa, pois “permite que o investigador se concentre numa instância ou situação específica e identifique ou tente identificar os vários processos interativos em ação” (Bell, 1999: 10).

Em relação às posturas teóricas subjacentes a esta investigação, tem-se uma abordagem direta aos pontos de vista subjetivos dos entrevistados, com base na perspectiva do *interacionismo* simbólico e da fenomenologia que buscam no sentido da linguagem, o significado subjetivo atribuído pelos indivíduos ao ambiente e às atividades (Flick, 2009). Numa postura de interação, o ângulo dos sujeitos estudados é o mesmo em que o investigador passa a compreender o mundo (Flick, 2009) e, portanto, a compreensão quer seja objetiva, quer seja subjetiva da infância quilombola, perpassa pela interação dos quilombolas com o contexto cultural em que vivem e dos pesquisadores em compreender esta relação. Tanto a experiência de pesquisa nas comunidades, quanto a experiência de pesquisa nos departamentos ministeriais, revelou factos sociais que serão analisados à luz das hipóteses e do objeto aqui definidos.

---

<sup>29</sup> Optamos por escrever o presente trabalho de acordo com as regras estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) em vigor desde 2009.

Dentre as perspectivas sociológicas mais recentes, é o *interacionismo* simbólico que valoriza o significado subjetivo atribuído pelos indivíduos às atividades e ao ambiente. Deste modo, optamos por realizar a pesquisa empírica nas comunidades quilombolas e, assim, perceber as relações e interações sociais presentes no cotidiano da vida das crianças.

Ainda, buscamos alguns pressupostos da etnometodologia que influenciaram o trabalho no terreno, nomeadamente o facto de que as contribuições da interação são moldadas pelo contexto, mas também transformadoras deste contexto (Heritage, 1985, *apud* Flick 2009). Assim sendo, e por condução da etnometodologia, analisou-se a rotina da vida das crianças a partir de entrevistas com mães, professores e lideranças, e observações nas comunidades.

### **3.1.1 O objeto da pesquisa**

Pretendeu-se investigar a construção da visibilidade das crianças quilombolas, a partir da análise sobre: as políticas adotadas pelo Estado, as demandas colocadas pelo movimento social quilombola relativamente à infância e o lugar da criança nas comunidades.

Buscamos identificar viezes que ofereçam referência a uma maior visibilidade a este grupo social, bem como o desenvolvimento de políticas públicas específicas para estes estratos e uma noção mais rigorosa acerca das crianças quilombolas.

Para tanto, nossa investigação envolveu um conjunto de agentes que influenciam a vida das crianças nas comunidades sob distintas perspectivas:

- (a) A comunidade, a partir da família, nomeadamente das mães,
- (b) A escola, a partir dos professores,
- (c) O movimento social / comunidade, a partir das lideranças,
- (d) O Estado, a partir dos departamentos de governo imbricados em políticas públicas para quilombos,

Como hipóteses a serem verificadas temos:

- I. Existe negligência por parte do Estado no que se refere a aplicação de políticas públicas que atendem às necessidades específicas da criança quilombola;



2. A definição de políticas públicas tem em conta o conhecimento das condições de vida das crianças e adolescentes;
3. A participação das mulheres como líderes do movimento social é reduzida;
4. A reduzida participação das mulheres como líderes do movimento social contribui para a ausência de políticas para a infância quilombola;
5. A existência de percepções distintas entre o que é ser "criança negra do meio urbano" e "criança negra do meio rural";
6. As mães de crianças e adolescentes quilombolas utilizam lógicas de socialização distintas das usadas pelas mães de meio urbano (baseadas no sucesso profissional).

A abordagem conceitual e teórica parte da literatura sobre quilombos e sua relação com as políticas sociais, fazem um recorte da infância quilombola das comunidades brasileiras. Esta investigação concentra-se na articulação de uma dupla dimensão, sociológica e antropológica, onde se propõe uma antropologia social que busca aproximar o sujeito criança, visibilidade, identidade, território e territorialidade.

### **3.1.1.1 Factores para a escolha do objeto empírico:**

#### *A escolha das comunidades quilombolas*

A opção metodológica pelas comunidades quilombolas do estado de São Paulo e Pernambuco, comunidade Ivaporunduva e comunidade Conceição das Crioulas, respetivamente, recaiu sobre duas questões fundamentais: a primeira mais substantiva pelo facto de que tais comunidades possuem números populacionais e localizações geográficas distintas, o que permitiu compreender o universo das comunidades do modo mais abrangente possível; a segunda, de cariz operacional, pela proximidade com as associações quilombolas presentes nestas comunidades, onde a entrevistadora conhecia no campo profissional membros das associações, o que permitiu a entrada nas comunidades e a comunicação na fase de preparação, embora houvesse alguns constrangimentos na fase inicial do trabalho de campo<sup>30</sup>.

#### *A opção pelas crianças quilombolas:*

As crianças representam não somente o futuro das comunidades, mas sobretudo, as mudanças sociais necessárias para o seu desenvolvimento no presente. A significação das crianças no campo social por tratar-se de um tema atual e relevante, e

---

<sup>30</sup> Ver anotações e descritivo do diário de campo nos anexos desta pesquisa.

as desigualdades sociais nos quilombos. Outro factor para a escolha das crianças quilombolas como objeto é a escassez de pesquisas anteriores sobre este tema, igualmente torna esta investigação significativa no âmbito da academia. O cenário político do atual governo brasileiro, não somente é adequado para o desenvolvimento de investigações desta envergadura, como também tendo priorizado o desenvolvimento sustentável das comunidades analisadas nesta pesquisa.

## **3.2 Os instrumentos utilizados**

Como método de coleta de dados, utilizaram-se algumas técnicas da etnografia, orientada pela definição de Geertz sobre coleta de dados, como “uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, [...] que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas, e que [o etnógrafo] tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar”. Optamos por entrevistas semi-directivas e em paralelo como complemento aos dados recolhidos, a observação participante.

Para tanto, considerou-se a utilização secundária da observação participante, ainda que esta seja um método de coleta de dados, à partida, das linhas teóricas do construtivismo e da etnometodologia, devido à nossa permanência no terreno por um período prolongado, somado às características do contexto cultural pesquisado.

### **3.2.1 As entrevistas**

Foram realizadas ao todo vinte e três entrevistas, contudo, serão utilizadas neste estudo para análise e discussão apenas onze, dado o limite da dimensão da dissertação final. Optamos por elaborar guiões de entrevista com algumas questões diferentes consoante o entrevistado. Além disso, para todos os entrevistados das comunidades, preenchemos um quadro da composição do agregado doméstico, que se encontra nos anexos desta dissertação. A transcrição das entrevistas procurou ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido. Para cada entrevistado foi construído uma sinopse, disponível no anexo 06 e seguintes (pp. 119-128) deste estudo, em que apresentamos a caracterização do entrevistado, a composição do agregado doméstico e as condições de realização da entrevista.

#### **3.2.1.1 O local das entrevistas**

As entrevistas foram realizadas em dois locais diferentes:

- a) No meio rural, nomeadamente nas comunidades quilombolas de Ivaporunduva e Conceição das Crioulas. Em geral, as entrevistas foram realizadas nas casas dos entrevistados, salvo uma entrevista em Ivaporunduva que aconteceu na praça da comunidade.
- b) Em Brasília, com responsáveis das Secretarias de Estado SEPPIR e SECAD<sup>31</sup>.

### 3.2.2 As observações

Os diários de campo: como produto das observações realizadas, construímos diários de campo para relatar as hesitações, dúvidas e sentimentos com que nos fomos debatendo ao longo da pesquisa, em particular, as dificuldades de preparação da pesquisa no terreno e as limitações geográficas, climáticas e de adaptação cultural durante a realização da pesquisa de campo. Nos anexos deste trabalho, constam fragmentos das anotações feitas durante a pesquisa.

## 3.3 A interpretação dos dados:

*A análise qualitativa das entrevistas:*

Para a interpretação dos dados coletados, a análise de conteúdo foi escolhida como método mais adequado ao tipo de pesquisa em questão. Fundamentamo-nos nas definições de Maroy *et al.* (1997) “as hipóteses de trabalho, as próprias questões-chaves, apoiam-se na investigação de campo. Este trabalho indutivo, o vaivém constante entre as hipóteses de partida, a recolha e o tratamento de dados são particularmente importantes quando se encara a análise qualitativa numa lógica exploratório [...]”.

No campo da análise de conteúdo, optamos por construir categorias analíticas, classificadas em dimensão, categorias e subcategorias. Para Maroy *et al.* (1997) descobrir “categorias” funda-se principalmente na operação intelectual básica de uma análise qualitativa de materiais de entrevistas, ou seja, “classes pertinentes de objetos, de ações, de pessoas ou de acontecimentos”.

Na organização da análise qualitativa, Miles e Huberman (1984) referidos por Maroy *et al.* (1997) afirmam que, nos diferentes momentos de realização da pesquisa,

---

<sup>31</sup> As entrevistas realizadas com os gestores públicos devido ao limite de páginas para o trabalho não serão analisadas pelo método da categorização.

se articulam três fases distintas, as quais, foram tomadas como base para a sistematização do processo de análise do conteúdo coletado no terreno:

1. *Etapa 1: redução dos dados*: define-se pelos “processos de selecção, de focagem, de simplificação, de abstracção e de transformação do material recolhido”. Nesta fase, foram definidas um conjunto de problemáticas a serem estudadas, um guião de entrevistas elaborado com base nas tais problemáticas de estudo e o campo empírico propriamente dito. Instrumentos: dimensões / guião de entrevistas / caracterização / perfil do entrevistado.
2. *Etapa 2: apresentação e organização dos dados*: nesta fase, os autores afirmam ser essencial para a interpretação dos dados. Por isso, buscou-se construir um “quadro sinopse” das mesmas, reunindo excertos das entrevistas, classificando-as consoante às problemáticas e as categorias elegidas.
3. *Etapa 3: interpretação e validação dos resultados*: “anota as regularidades, os modelos, as explicações, as configurações possíveis, os encadeamentos causais e as propostas de interpretação”. Nesta fase, construímos propostas interpretativas para cada dimensão / categoria e incorporamos categorias novas que surgiram a partir da recolha dos dados no terreno.

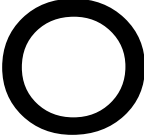
### **3.3.1 A validação dos dados**

Nesta fase, buscou-se validar as hipóteses e as propostas interpretativas construídas. Nestes termos, seguimos o seguinte procedimento: (1) avaliar a existência ou não de enviesamentos entre o investigador e os sujeitos observados; (2) assegurar a validade fatural; (3) testar a robustez das interpretações, (4) testar as hipóteses explicativas. Este procedimento foi elaborado a partir de Maroy *et al.* (1997).

### **3.4 As comunidades participantes**

A breve caracterização das comunidades foi elaborada com base em fragmentos das entrevistas, mas, sobretudo, com base nas observações feitas no terreno no intuito de recolher informações mais específicas sobre a comunidade. Inclui-se no conjunto das observações, conversas informais (etnográficas) realizadas com os moradores das comunidades. Contudo, devido aos limites de dimensão do trabalho, os textos contendo o descritivo histórico e cultural das comunidades constam nos anexos 02 e 03, p. 114.

## Capítulo 4 – DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

 presente capítulo está organizado em duas secções, sendo a primeira, uma apresentação da descrição analítica sobre as categorias e subcategorias identificadas nos dados coletados; e na segunda secção, uma análise dos dados coletados na perspectiva das hipóteses do trabalho.

### 4.1. Organização das categorias analíticas:

A organização das categorias implicou um percurso de trabalho que iniciou com a definição das dimensões e do guião de entrevistas que compuseram a fase da recolha de dados em campo. Num segundo momento, posterior à recolha das informações, transcrevemos as entrevistas realizadas e elaboramos uma síntese do material recolhido, composta essencialmente por excertos das falas dos entrevistados que julgamos serem as mais adequadas e pertinentes às hipóteses deste trabalho<sup>32</sup>. A partir da redução do material recolhido, elaboramos um conjunto de categorias e subcategorias que se situam no campo central das análises dessa dissertação. Para tanto, recorreremos ao método da categorização como elemento integrante da análise do conteúdo.

Tomando por base a escolha de análise empírica, em que a interpretação sócio cultural sobre as crianças quilombolas é feita pelos agentes externos e internos por elas responsáveis, passaremos a descrever, consoante as entrevistas, o conjunto de categorias e subcategorias identificadas. Apresentaremos a análise dos conteúdos das entrevistas realizadas com: a) as mães, b) os professores e c) os líderes das comunidades. Para cada grupo de sujeitos entrevistados, organizamos as entrevistas em: (1) resumo das categorias, e na sequência (2) descrição analítica sobre as categorias identificadas. Cabe ressaltar que, devido ao limite da dimensão do trabalho e os conteúdos abordados, optamos em alguns casos por agrupar mais de uma categoria

---

<sup>32</sup> O quadro da sinopse das entrevistas encontra-se na íntegra no *compact disc* anexado nesta dissertação.

ao longo da descrição das análises elaboradas. E como referido no capítulo metodológico, não analisaremos nesta secção as entrevistas realizadas nos departamentos e ministérios do Governo Federal.

#### 4.1.1 A criança quilombola na perspetiva das mães e líderes

Muitos sociólogos e antropólogos reafirmam a existência de distintos modelos de famílias, colocando em desuso a conceção única da família nuclear tradicional. Segundo o sociólogo Talcott Parsons, as duas grandes funções desempenhadas pela família são a socialização primária, mencionada anteriormente referindo-se ao processo pelo qual a criança apreende as normas culturais na comunidade onde nasce e a estabilização da personalidade. No âmbito de algumas das reflexões acerca da família, optamos neste estudo por reter as perceções maternas sobre as crianças, ao considerarmos as mães importantes intervenientes na vida dos filhos, por um lado, por estarem próximas dos filhos principalmente nos primeiros anos de vida e, por outro, pelo impacto que o desenvolvimento sócio económico das mães tem na vida das crianças.

Diferentemente dos modos de vida em contextos urbanos, as crianças quilombolas do meio rural crescem muito próximas de suas famílias

"[...] E ao contrário de muitas sociedades elas não são separadas da família, se você olhar para a comunidade elas vão pra reunião juntas com os pais, mas nessa linha a reunião, ela já, não é bem o termo, militando, mas assim as famílias quilombolas vão para a reunião na comunidade, elas não deixam os filhos em casa, elas levam todo mundo. [...] As crianças vão sendo envolvidas nas discussões [...]" (Entrevista J. B. Brasília, Fevereiro de 2011).

É apropriado sublinhar que o nosso entendimento de família nas comunidades quilombolas ultrapassa o modelo funcional de pai, mãe e filhos, pois as relações de parentesco na comunidade criam laços culturais simbólicos onde todos os membros da comunidade são parentes, quer seja pela consanguinidade, quer seja pela relação com a identidade cultural, a ancestralidade e a história dos territórios.

#### ▪ **Resumo das categorias:**

Dimensão	Categorias	Subcategorias
Informações sobre agregado doméstico	A situação educacional dos membros da família	Filhos / Relação idade / ano escolar
	A rotina dos filhos	Escola / Brincadeiras e jogos / Trabalho doméstico
Participação das mulheres	Os tipos de funções desempenhadas	Tesoureira / Artesã / Membro pastoral / Coordenadora

<b>Perceções maternas sobre as crianças</b>	As atividades de liderança e outras atividades exercidas na comunidade	Administrativas / Artísticas / De Gestão da produção / Religiosas
	As prioridades na atuação das mulheres	Comunidade / Cultura / Educação diferenciada / Lazer / Saúde preventiva / Participação cidadã
	As brincadeiras das crianças	Futebol / Jogos / Jogos informáticos
	Ser criança negra no meio urbano e criança negra no meio rural	Diferenças / Oportunidades / Resiliência / Flexibilidade
	O trabalho infantil	Trabalho na roça / Trabalho doméstico / Divisão sexual do trabalho / Idade 09 a 16 anos
	O trabalho na roça	Educação familiar / Manutenção da cultura e tradição / Legislação
	O futuro profissional dos filhos	Educação / Felicidade
	As profissões de sucesso	Médicos / Professores / Advogados
	O lugar da criança	Futuro / Manutenção
	As redes de apoio	Família / Parentes / Diálogo / Cuidado / Liberdade
<b>Novas categorias</b>	Os jovens	Falta de atividades / Êxodo da comunidade

### a) Informações sobre o agregado doméstico:

A nível de informações sobre o agregado doméstico, interessava-nos coletar informações sobre a situação educacional e laboral dos membros da família. Ainda que a recolha de dados através de grelha<sup>33</sup> tenha contemplado informações sobre todo o agregado doméstico, concentramo-nos nesta análise a avaliar a situação educacional dos membros da família e a rotina dos filhos. Numa primeira leitura permitiu-nos observar que num cruzamento entre o (ano escolar) X (idade dos filhos) e as orientações da legislação brasileira sobre educação, muitos dos filhos encontram-se em situação de atraso, com idades avançadas para o ano escolar frequentado<sup>34</sup>.

Na categoria “a rotina de vida dos filhos” as crianças dividem seu tempo entre a escola, as brincadeiras/jogos e o trabalho doméstico, sendo que este último compreende também o trabalho na roça, que será abordado a seguir enquanto categoria analítica. O conceito de brincadeira pode mudar consoante os contextos, por isso podem existir variações em relação ao conceito de brincadeira no meio urbano e no meio rural, como notamos quando a entrevistada J.B. contesta o conceito de tempos livres como inadequado para os modos de vida nos quilombos.

A criança quilombola, tem outra temporalidade, outra realidade, mas você observa que elas vão criando brincadeiras, nos seus tempos, ocupação dos tempos livres muito na imaginação, ela vai criando seu espaço, dentro da territorialidade dela. [...] Então essas criações elas vão fazendo

<sup>33</sup> O modelo de grelha utilizado encontra-se nos anexos eletrónicos.

<sup>34</sup> Os quadros com as informações sobre o agregado doméstico estão disponíveis nos anexos desta dissertação.

independente de observar que agora é o meu tempo livre (Entrevista J. B. Brasília, Fevereiro de 2011).

### **b) A participação das mulheres:**

A nível da participação das mulheres, pretendíamos confrontar-nos com a suposição de que as mulheres não participavam do movimento social e a reduzida participação como líderes do movimento contribuía para a ausência de políticas para a infância quilombola. Convém distinguirmos as formas de participação das mulheres e poderemos confrontar essa ideia melhor, quando passarmos a analisar as categorias resultantes das entrevistas com os/as líderes da comunidade. As mulheres participam da comunidade, desempenhando funções de carácter administrativo e de coordenação nas associações locais da comunidade, de carácter artístico com funções no artesanato e atividades culturais ou ainda funções religiosas nas pastorais e igrejas locais. Nota-se claramente um comprometimento das mulheres com as atividades gerais e outras de carácter mais político dentro das comunidades. Entretanto, a liderança representativa das comunidades em instâncias externas, regionais, estaduais e nacionais tem maior incidência no universo masculino.

Ao analisarmos as entrevistas à luz das hipóteses elencadas, confirmamos que as mulheres possuem maior sensibilidade para apresentarem propostas no âmbito do movimento social de que beneficiam as crianças. O total de mulheres entrevistadas revela, como prioridades para a melhoria das condições de vida das comunidades, ações voltadas para a comunidade de modo geral, que incluam a cultura e educação diferenciada para os quilombos, áreas de lazer para as crianças e programas de saúde preventiva. As próprias entrevistadas ainda propõem que é preciso estimular mais a participação das famílias na comunidade. Essa hipótese também pode ser confrontada com a categoria “ principais lutas ” do movimento social.

### **c) As brincadeiras das crianças:**

Na categorização das principais brincadeiras das crianças, nota-se claramente a forte presença do “gosto” pelo futebol. Esta é a brincadeira que as crianças costumam praticar com maior intensidade, identificada na fala de todas as mães entrevistadas. A razão pela qual dividimos os jogos em dois grupos, dá-se pelo facto de que as crianças praticam “jogos” criativos e imaginativos, com recursos da natureza e outros presentes



na comunidade como referido anteriormente, mas também conhecem e praticam outros tipos de jogos informáticos. Notamos a presença de computadores em algumas residências ou nas associações das comunidades. Mas em geral, equipamentos eletrônicos não são recursos acessíveis às famílias, como retratado na Chamada Nutricional Quilombola onde as comunidades quilombolas se incluem no grupo dos 4% mais pobres da sociedade brasileira (MDS, 2008).

Podemos inferir que as brincadeiras das crianças se vinculam a atividades entre os pares e interação com a natureza, como expõe a entrevistada J. B. *“E elas criam sem nunca ter visto computador, sem nunca ter visto TV, porque assim, faz parte da realidade delas. Então essas crianças tem criação, elas imaginam como qualquer outra criança [...]”*. Ou ainda como afirma a mãe N. A. *“Bola, jogar bola, esconde - esconde, correr pra rua com as “crianças”, pega - pega [...] Gostam de ir pro rio nadar, tomar banho no rio”*.

Não obstante a ênfase dada ao facto de as brincadeiras, como o futebol, serem associadas como atividades fundamentalmente masculinas, dá-nos a noção da presença de uma divisão sexual das brincadeiras. Outras brincadeiras associadas ao universo feminino não aparecem nas falas das entrevistadas. Deste modo, percebemos que as políticas públicas podem contribuir efetivamente no desenvolvimento da comunidade e na preservação de sua cultura, saberes e tradição, mas não são factores condicionantes, porque as brincadeiras praticadas pelas crianças são criações livres e espontâneas, imaginativas e criativas, que buscam no passado e no presente maneiras de preservar e manter aspectos culturais que não dependem exclusivamente de mecanismos externos ou institucionalizados na comunidade.

#### **d) Ser criança negra:**

Na categoria que referencia o sentido da identidade negra no meio urbano e no meio rural, ainda que já tenhamos abordado em capítulo anterior, queremos retomar e explorar melhor algumas das subcategorias identificadas. A primeira delas diz respeito às diferenças, e todas as mães entrevistadas afirmam que há diferenças presentes entre crianças do meio urbano e rural. Claro que esta afirmação parece óbvia para uma pesquisa desta envergadura, mas a nossa intenção era verificar as reais motivações que levam as mães a conceber esta ideia de diferença. Nosso intuito foi compreender o que estaria subjacente às afirmações.

A diferença, na ótica das mães entrevistadas, dá-se exatamente pelo facto de que, como afirma a entrevistada: E. P. “[...] *na cidade você tem muitas oportunidades. Os pais podem colocar as crianças em vários tipos de curso, que eles vão desenvolver muito o lado profissional deles. Aqui nós já não temos isso.*” A primeira percepção é de que no meio urbano há um maior acesso a informações, mais oportunidades, em particular oportunidade de acesso a cursos, o que contribuiria em muito na vida profissional dos filhos. Nota-se a presença simultânea de uma concepção mais urbanizada sobre um contexto rural real, quando a mãe associa as oportunidades de curso e à ascensão a vida profissional. Isso poderá ser confrontado com o tipo de profissões indicadas pelas mães a seguir, ou seja, as mães podem desejar percursos profissionais para seus filhos sob a égide de lógicas semelhantes à das mães do meio urbano.

Uma outra noção impressa sobre as distinções nas identidades das crianças negras é a valorização do meio urbano, e *desvalorização* das oportunidades construídas e disponíveis no meio rural. A esta ideia, tem-se a seguinte afirmação da entrevistada E.P. “*As crianças tem dois caminhos a seguir no meu ponto de vista: ou eles seguem o caminho dos pais, que é trabalhar na roça, termina o ensino médio, trabalha na roça e vive a vidinha, casa, constitui-se família. Ou ele vai pra cidade se formar profissional pra depois voltar pra comunidade [...].*” De modo subtil, a expressão “vidinha” na comunidade quilombola dá-nos a ideia dessa desvalorização. A redução das opções de escolhas pode oferecer elementos para essa relação de valorização do meio urbano, muito em função de uma associação do meio rural ao que é atrasado, subdesenvolvido e retrógrado.

Outro aspecto relevante resultante das entrevistas e aqui categorizado como desigualdades cognitivas é a hierarquização das potencialidades intelectuais das crianças, ou seja, as mães podem acreditar que as crianças do meio urbano são inteligentes, enquanto as crianças do meio rural, segundo a entrevistada M. O. o não são “*Eu acho que hoje se as crianças for inteligente, interessada, a diferença é pouca*”. É como se as crianças precisassem de se esforçar muito para alcançarem as mesmas capacidades cognitivas das crianças do meio urbano. Do mesmo modo que a entrevistada N. A. afirma que no meio urbano “[...] *a facilidade é outra facilidade, a pessoa tá no meio de tudo, tudo mais facilitado, tá ali tendo informação toda hora*”. O

acesso à informação neste raciocínio, pode facilitar no aprofundamento das desigualdades cognitivas das crianças.

E, por fim, outras duas subcategorias identificadas são: a capacidade de resiliência e a flexibilidade das crianças quilombolas.

"São não, porque assim, eu não sei explicar bem, mas não são tem muita diferença [...] Eu criei os meus assim " hoje se tem o café com alguma coisa, é com aquilo, mas se não tem vai ser do jeito que dá". O de lá da rua não, ele não vai pensar isso, ele vai querer e arrume lá como bem entender, porque ele não tem noção, e devido os pais de ter condição, eles não vão saber [...]" (Entrevista D. B. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

A primeira noção é de que as crianças dos quilombos estão mais preparadas para as adversidades, as intempéries da vida e podem suportar as condições de falta e escassez de recursos económicos, enquanto as crianças do meio urbano não são tão flexíveis na falta dos mesmos. Pode-se inferir que por vezes as mães constroem um imaginário sobre o meio urbano, composto por famílias de classe média e classe média alta e que há diferenças nas formas de educação primária das crianças, onde as famílias quilombolas, por sua condição de pobreza e em alguns casos, miséria, são capazes de educar seus filhos para condições de desprovisionamento de bens materiais e "desapego".

Se cruzarmos as subcategorias desigualdades cognitivas e a categoria resiliência, percebemos que, por um lado, as diferenças de acesso às informações e oportunidades determinam situações desiguais entre crianças negras do meio urbano e do meio rural. E por outro, muito em função do modo de vida tradicional das famílias quilombolas, a dignidade humana, associada ao carácter e senso de justiça social, no caso da capacidade de resiliência e flexibilidade das crianças, tornam-se elementos de grande importância e valor.

#### **e) Trabalho infantil:**

O trabalho infantil estabelece uma relação paradoxal quando analisado à luz das comunidades. A construção social que se tem sobre o trabalho infantil é de algo que reduz o bem estar social e a qualidade de vida das crianças, além de aumentar o distanciamento destas do meio escolar. Ora, quando tratamos das crianças quilombolas, é preciso considerar as singularidades de comunidades que se constituem no e pelo trabalho na terra. É um contrassenso, mas arriscamos afirmar que, no caso dos quilombolas, é necessário analisar este tema em face da relação existente entre

laços de parentesco e o trabalho, ou seja, uma das características do campesinato é o envolvimento dos familiares no trabalho com a terra e, deste modo, é através da participação das crianças nas atividades laborais que elas constroem seus modos de ver e agir no mundo, apreendem valores e pressupostos ideológicos que darão sentido à sua vida no tempo presente e no tempo futuro.

Não obstante, a legislação internacional (Convenção nº 138 da OIT/ 1973) e brasileira (ECA – Estatuto dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Lei nº8.069 de 13/07/1990) estabelece a idade mínima de 14 anos para o exercício de atividades laborais e, mesmo assim, na condição de aprendizes. Assiste-se a um aumento do trabalho infantil no mundo e, de facto, milhares de crianças, segundo relatórios internacionais como os do UNICEF e da OIT, continuam em situação de trabalho escravo e exploração. Nestes termos, o cenário internacional requer medidas tão rigorosas quanto as legislações mencionadas.

Contudo, o argumento constituído a partir da recolha de dados no campo é que as legislações em vigor são insuficientes para contemplar especificidades da socialização das crianças, isto é, a experiência do trabalho em comunidades tradicionais pode ter representações diferentes das propostas pela legislação. De facto há limites entre o que é uma agenda global e nacional de combate ao trabalho infantil e as reproduções culturais das comunidades no que tange aos modos de reprodução social das famílias do meio rural.

“As crianças quilombolas elas tem [...] tempos muito próprios, elas não ficam soltas assim, porque é uma concepção de aprendizado dos pais, de que para se tornar um homem, mulher, [no sentido] da responsabilidade da ética, [...] Então assim os pais pensam que essas crianças em determinada fase elas precisam aprender os ofícios, [...] Se eu sou da roça eu preciso ensiná-la como cuida da terra, isso não é um trabalho. Isso dá problema na discussão do trabalho infantil é emblemático” (Entrevista J. B. Brasília, Fevereiro de 2011).

As pesquisas sobre o tema do trabalho infantil enquadram a temática em abordagens homogêneas, e o trabalho infantil, apesar de ser um fenómeno social universal, possui variações consoante as sociedades em que se manifesta, portanto está mais vinculado a uma perspectiva plural. Essas pesquisas também camuflam outro aspecto relacionado ao trabalho infantil, como é a responsabilização do Estado. O trabalho infantil é visto na ótica de negligência dos pais, que exploram seus filhos através do trabalho, afastando-os dos espaços educacionais, e neste sentido há uma

correlação direta entre o trabalho infantil e a evasão escolar. Embora poucos se dedicaram a verificar outras razões de correlação, a própria comunidade quilombola tem consciência de que muitos casos de trabalho infantil acontecem justamente pela ausência de escolas e acesso à educação para as crianças. Nestes termos a culpabilização dos pais deveria ser compartilhada com a responsabilização do Estado em garantir o acesso e permanência nas escolas.

Durante a entrevista com J. B., ela contou-nos a história de uma mãe quilombola exposta nos meios de comunicação por ter uma criança de três anos a trabalhar com a mãe no ofício. O que os meios de comunicação não contextualizaram foi que a mãe não tinha outra opção, pois não havia escolas próximas da sua casa e nem alguém que compartilhasse os cuidados da criança. Para pesquisadores como Alda Mazzotti (2002), não só a falta de escolas, mas também os conteúdos escolares distantes da realidade das crianças que vivem em áreas tradicionais, que levam à repetência e descontinuidade dos estudos, o que contribui para a entrada precoce no trabalho.

Há situações singulares, presentes nas comunidades tradicionais, que precisam de ser reconhecidas no âmbito da discussão sobre trabalho infantil, com processos próprios de aprendizagem, transmissão e expressão de conhecimentos concebidos e praticados pelas comunidades, e que utilizam processos cognitivos próprios.

Nas entrevistas com as mães, identificamos dois modos de trabalho infantil presentes na comunidade: o trabalho doméstico, que também incorpora dimensões do trabalho na roça, mas optamos por separá-los, pois há uma divisão sexual do trabalho bem delimitada, onde o trabalho doméstico engloba atividades de cuidado com a casa, e é na larga maioria de responsabilidade das meninas; e o trabalho na roça, que envolve pequenas tarefas como ajuda na colheita, preparo da terra, adubação, podendo ser realizadas por meninas ou meninos, mas com predomínio no grupo masculino.

As entrevistadas demonstraram alguma hesitação em falar do tema, em especial porque, como afirma a entrevistada J. B., *“a legislação ela impõe um terror sobre as pessoas, porque ela enquadró o trabalho infantil e não interessa como é”*.

Ou ainda coloca condições obrigatórias para os pais que se vêem subalternizados pelo próprio Estado, como se nota na fala da entrevistada N.A.: *“Porque os pais são praticamente obrigados a mandar os filhos pra escola [...]”*. Ora, não

queremos defender o trabalho infantil e reiteramos que a educação e o acesso a ela são fundamentais para a vida das crianças quilombolas. Contudo, alertamos para o facto de que a) nem todo o trabalho infantil é insalubre, pesado, humilhante; b) nas comunidades, como os quilombos, o trabalho também é uma partilha de experiência entre os membros dos grupos. E, portanto, o Estado precisa conhecer e reconhecer outras formas de trabalho.

#### **f) Trabalho na roça:**

O trabalho na roça merece algum destaque, pois aparece em quase todas as entrevistas como uma das atividades das crianças. Interessou-nos verificar a existência de outros viezes, a partir da descrição da rotina da vida das crianças, onde as mães apresentaram a “roça” como elemento integrante no dia a dia dos filhos.

"Ah ajudam na roça, e alguns ajudam em casa. Não é todos, que nós assim, nem todos eles ajuda, mas a maioria ajuda um pouco. As meninas ajuda lavar roupa, botar água, cuidar da casa, outras cuidar do irmão pequeno" (Entrevista M. O. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

Deste modo, como já referido, o trabalho tem um valor e um significado diferente na cultura dos povos quilombolas. Pode ser visto por um lado, como a forma de educar os filhos para serem adultos responsáveis, honestos e íntegros; e por outro, como a manutenção da cultura e da tradição dos quilombos, corresponde a um modo de vida imbricado em relações com a terra e o território.

Não obstante, a legislação aparece como uma categoria que aos olhos das famílias “obriga” os pais a determinadas ações que não configuram-se nos modos culturais, mas como uma obrigação e não um exercício da cidadania, como é o caso da educação escolar. Segundo a entrevistada E. P. o Estado “[...] valoriza mais o estudo, porque a lei hoje em dia mais pede pros pais introduz o filho mais no estudo do que no serviço, né. Então, isso aí também, essa lei descaracterizou muito nossa comunidade, por causa disso”.

Assim, os avanços na sociedade moderna e o aumento de situações de exploração no trabalho impulsionaram uma forma de trabalho precário e barato que é o trabalho infantil. Contudo, existe uma pluralidade de formas de trabalho e portanto qualquer homogeneização torna-se arriscada. As famílias quilombolas vivem numa encruzilhada entre a preservação da partilha de experiências através dos costumes

tradicionais e culturais do trabalho e os instrumentos legislativos de controlo e punição para o trabalho infantil. As novas configurações normativas, segundo as falas dos entrevistados, descaracterizou as comunidades que se veem influenciadas por normas não conducentes aos modos de vida da comunidade.

### **g) Profissões:**

Optamos por agrupar as categorias "futuro profissional dos filhos" e "profissões de sucesso" por considerarmos que uma análise do conjunto nos permite conhecer as concepções das mães sobre este tema e tornaria mais consistentes as análises. A primeira subcategoria que surge é a educação e esta é vista pelas mães como o mecanismo necessário ao alcance dos objetivos dos filhos. Segundo as entrevistadas é preciso estudar para ter "boa profissão" e não ser "enganado" pelos outros. Quando perguntamos às mães sobre o que elas esperam do futuro profissional de seus filhos, a entrevistada N. A. afirma:

"[...] Só que eu falo assim, estudem, que o estudo pra gente é tudo, se você estudar, você pode ser lavrador, você pode ser o que você quiser, mas você vai saber o que tá fazendo, saber o que tá querendo, ninguém vai te enrolar [...]" (Entrevista N. A. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

Do total das entrevistas, apenas nesta entrevista registamos a menção à profissões de carácter rural, como é o caso de "lavrador". Por outro lado e com certa ambiguidade, algumas mães não souberam responder, muito em função de considerarem lógicas distintas sobre as profissões do que aquelas presentes no meio urbano.

A entrevistada D. B. sobre isto afirma: "*Aí é meio complicado, eu não sei nem responder. [...] O que eu mais queria mesmo, é que cada filho tivesse o seu, é muito triste a pessoa não ter o ganho da pessoa*". Parece manifestar um desconhecimento das profissões no geral, mas um conhecimento acerca do real significado do trabalho para a vida dos filhos.

Outro significado dado ao trabalho pelas mães é a felicidade, como o que a entrevistada N. A. expressa: "*Olha, eu gostaria que eles fosse o que eles quisessem, que eles fossem feliz*".

Quando perguntamos às mães sobre as profissões de sucesso, novamente surgiu alguma dificuldade em identificar quais seriam essas profissões para os filhos.

Eu nem sei, não entendo quase essas coisas. Que assim, acho que a profissão boa mesmo, pra ter sucesso mesmo é a pessoa dizer, eu vou fazer e ter a boa vontade e querer mesmo [...]." (Entrevista D. B. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

Outras mães referenciaram profissões que estão mais presentes na vida da comunidade como: médicos, professores e advogados. Observamos a ausência de profissões voltadas para o cultivo da terra como pertencentes a categoria "sucesso". As mães reproduzem certos vislumbres muito influenciadas pelo meio urbano, mas no geral a partir do seu local e daquelas profissões com as quais se relacionam.

Sob outro ponto de vista, o movimento social ventila uma crítica acerca de tais referências que é a invisibilidade da categoria identidade nessa construção. Ou seja:

"Nessa discussão toda, são as referências construídas, o posto de saúde da comunidade quilombola, o médico é branco, a enfermeira é branca, a professora é branca. Como que esses elementos que ninguém repara, que impacto esses elementos tem no imaginário das crianças quilombolas. Então vira um endeusamento da professora porque vem de fora" (Entrevista J. B. Brasília, Fevereiro de 2011).

E portanto, a categoria "profissões" gera certa ambiguidade, pois ao mesmo tempo que aproxima as comunidades de concepções mais voltadas para a realidade urbana, enfraquece o interesse por profissões de carácter rural. Em simultâneo, as identidades singulares das comunidades tornam-se invisíveis no conjunto. E por fim, a crítica feita pelos quilombolas de que a presença de profissionais brancos ocupam lugares de referência, impacta no imaginário das crianças que passam a ter em grande consideração o médico e a professora e a compreender como inatingíveis certas profissões. Ou ainda, desvalorizarem sua origem étnico - racial, ao serem ou não estimuladas, e não se reconhecerem nesses profissionais.

#### **h) As redes de apoio:**

No que se refere a novas categorias que surgiram durante a recolha e o tratamento dos dados, temos dois grupos: "redes de apoio" e "jovens". No que tange às redes de apoio, constatamos a presença de formas próprias dos cuidados com as crianças. A primeira característica é a presença constante dos filhos com as mães que, ao contrário do meio urbano, não utilizam espaços de socialização como creches ou escolas de educação infantil. As crianças, acompanham as mães em todas as atividades, "porque, as mães ao ir pra festa, ela não deixa a criança e vão pra festa, elas levam as crianças" (Entrevistada J. B. Brasília, Fevereiro de 2011).



"[...] vai junto, vai junto (pausa) Fica lá brincando, bagunçando, quando ele [filho] tá assim agitadinho, assim não para, eu fico com ele [filho], mas na hora que ele acalma, eu tenho uma capova, que a gente chama assim uma caminha (pausa) dormindo[...], na roça tem pau, tem coisa que machuca, mas eu levava todos os três desde pequenininho." (Entrevista N. A., Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

A família é representada num coletivo amplo, onde todos são parentes, pois como afirma Marc Augé "o parentesco é, pois uma relação social; nunca coincide completamente com a consanguinidade, quer dizer, com o parentesco biológico".

Kalunga que é um território maior do Brasil de extensão geográfica, e as casas estão muito longe, quem é externo fala assim "é difícil trabalhar nesse lugar, pra que tá um aqui e outro acolá, espalhado". Para os Kalungas não, apesar dos conflitos eles são família e eles sabem exactamente onde está a família de tal, o clã tal, o Vão não sei da onde, e todo mundo no final, vira parente Kalunga. [...]( Entrevistada J. B. Brasília, Fevereiro de 2011).

Nos quilombos a relação de parentesco é muito forte; por isso, o cuidado das crianças passa a ser responsabilidade do colectivo: "*no Kalunga eu vi muito isso, todo mundo se muda para aquele lugar, leva a família, faz a festa as crianças vão junto. Depois no mês seguinte a festa do "Vão do Moleque" é o mesmo fluxo, então vocês vão e voltam, vão e voltam [...]*" ( Entrevista J. B. Brasília, Fevereiro de 2011).

Como subcategoria e no âmbito das relações de parentesco, as mães entrevistadas trouxeram a questão do "diálogo", como um elemento presente nas famílias e importante na educação dos filhos, e a "liberdade" que o facto de estarem em comunidade proporciona às mães.

[...] Aqui você tem a liberdade dos seus filhos ficarem brincando pela rua, ir na casa do vizinho, voltar por aí a noite, deixar a porta, a janela da sua casa aberta que ninguém mexe. [...] E aqui na comunidade um olha o filho do outro, se precisar chamar a atenção, um chama a atenção do filho do outro e a gente entende compreende [...]" (Entrevista E. P. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

Outro aspecto observado, é que nas comunidades não existem cercas, muros ou divisas. A dispersão territorial utiliza uma lógica de casas aglomeradas e outras mais dispersas do centro da comunidade, mas todas sem fronteiras visíveis, o que faz-nos perceber o verdadeiro sentido da coletividade entre as famílias que partilham um mesmo território.

### i) Os jovens:

Na categoria “os jovens” percebemos uma associação a população jovem, ainda que estivéssemos a tratar das crianças. Quando se trata de melhorias na comunidade, a categoria juventude está incorporada nas prioridades das mães entrevistadas. À falta de atividades, podemos estender atividades também para a falta de trabalho, que é uma das questões mais levantadas nas entrevistas.

"[...] Então eu acho assim que desenvolveu bastante a comunidade, mas ainda falta muita coisa. Principalmente para os jovens. Os jovens aqui não tem actividades que eles possam desenvolver pra ocupar, então acabam fumando cedo, bebendo cedo, porque terminam os estudos e não tem muito o que fazer[...]" (Entrevista E. P. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

Na decorrência da escassez de atividades, aliada à ausência de trabalho, contribui para a escalada do aumento do êxodo dos jovens para o meio urbano, a procura de melhores oportunidades. A partir das observações que realizamos, percebemos que os jovens têm acesso à informação e tecnologias, o que nos faz crer que é possível encontrar nos territórios quilombolas diferentes modos de relação com a terra e o território, jovens que lutam pela terra e permanência nas comunidades, e outros que, mesmo tendo uma relação de pertença ao quilombo, buscam outras vivências e experiências no meio urbano.

#### 4.1.2 A escola quilombola: um debate atual

Quando utilizamos como subtítulo a denominação “a escola quilombola” queremos enfatizar não a presença de escolas nos quilombos, mas a consolidação de uma categoria de educação quilombola. Este tem sido o tema base de muitas das discussões a nível dos ministérios e do movimento social no Brasil, como a realização do I Seminário de Educação Quilombola, e o texto de referência para elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação – Câmara da Educação Básica.

Os esforços empreendidos pelo Estado e pelo movimento social têm por objetivo consolidar a educação escolar básica quilombola como uma das modalidades de ensino da Educação Básica, segundo as diretrizes emanadas do Conselho Nacional da Educação e dos pareceres CNE/CEB 07/2010 e resolução CNE / CEB 04/2010. Em seu conjunto as directrizes orientam para uma educação básica quilombola

desenvolvida em unidades escolares inscritas no território das comunidades e na sua cultura. Para além da localização geográfica, as escolas devem adotar uma pedagogia específica e adequada à realidade étnico – cultural de cada comunidade.

Ao realizar as entrevistas com os diferentes grupos, nos deparamos com os desafios para o alcance efetivo de uma educação quilombola, não apenas pelas observações no terreno, mas sobretudo, pelas diversas considerações que os entrevistados (as) constroem acerca do tema da educação nas comunidades. A seguir, apresentamos os resultados das entrevistas com os professores, no intuito de dar a conhecer a relação entre a escola e seus beneficiários, na perspetiva dos professores, e, deste modo, reconhecer os entraves para uma educação quilombola e uma política pedagógica anti – racial.

▪ **Resumo das categorias:**

Dimensão	Categorias	Subcategorias
<b>A escola nas comunidades</b>	Número de escolas na comunidade	Educação infantil / Ensino fundamental
	Número de crianças nas escolas	Ivaporunduva (40)
	Número de funcionários	Funcionários do meio urbano / Funcionários do meio rural
	Séries atendidas na comunidade	Educação infantil/Ensino fundamental (1ª a 4ª)
	Factores que levam ao abandono escolar	Adolescência / falta de trabalho / falta de estímulos / falta de oportunidades
<b>O estado e a educação nos quilombos</b>	Qualidade do ensino (Estado)	Conteúdo / formação / reconhecimento /
	O papel do Estado	Marginalização / Homogeneização / jovens e adultos
<b>Instalações das escolas</b>	Educação quilombola	Adequação / Compreensão / Pesquisas
	Infraestrutura e equipamentos	Formação sobre uso de equipamentos / formato das escolas
<b>Relação escola e comunidade</b>	Alimentação escolar	Merenda
	Relação escola e comunidade	Experiências / Vivências / Desconhecimento da história / Modos de vida/ Resgate dos saberes
	Professores e a comunidade	Professores pertencentes à comunidade / professores oriundos da cidade /
<b>Atuação dos professores</b>	Educação e o movimento social	Terra / Educação / Território / Futuros líderes
	Estudar fora da comunidade	Cultura / Qualificação / Apoio na comunidade
	Atuação dos professores	Desenvolvimento cognitivo / Conhecimento do espaço
	Formação / qualificação dos professores	Município
	Melhoria na educação	Centro informático / Quadra desportiva / Burocracia estatal
	Melhoria na comunidade	Educação / Espaços de lazer / Atividades lúdicas
	Disciplinas/conteúdos que as crianças mais gostam	Dança / Futebol / matérias em geral
<b>Novas categorias</b>	Tempo livre das crianças	Brincar / Caminhar no mato / Jogar à bola
	Modelo indígena de educação	Referência educação indígena
	Igualdade na educação	Desigualdades / Ensino superior
	Modelo multiseriado	Multiseriado
	Desafios na educação	Espaço físico da escola / Cultura / Reconhecimento

A escola também corresponde a um espaço sociocultural e é responsável pelas primeiras formas de socialização pedagógica das crianças, assim como as formas de

conhecimento acerca da cultura e da diversidade. Ao passo que também expressa formas de uma violência simbólica ao reproduzir as desigualdades reveladas na sociedade. Em função da implementação da Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003<sup>35</sup>, o debate sobre a necessidade de se criar uma categoria educacional específica para o contexto quilomba, denominada de “Educação Quilombola”, ganhou novos contornos e significados. Para além da centralidade do tema na discussão mais atual, a própria comunidade se apercebeu da necessidade de uma educação diferenciada para as suas crianças<sup>36</sup>.

#### **a) A escola nas comunidades:**

No âmbito da dimensão escola, buscamos identificar a presença ou não de escolas na comunidade bem como os respectivos grupos de ensino. Percebemos que no geral, as escolas atendem as primeiras séries, como na Comunidade de Ivaporunduva a escola presente na comunidade da 1ª até a 4ª série. A Comunidade Conceição das Crioulas é considerada um modelo de educação, pois além da escola que atende da 1ª a 8ªséries, encontra-se em fase de construção a escola que atenderá o Ensino Médio.

Em relação à evasão escolar, os professores entrevistados afirmam existir, mas em relação às crianças o número é pequeno. A maior incidência de evasão escolar recai sobre os adolescentes. Um dos factores de evasão escolar indicados pelos professores é a falta de infra-estrutura, inclusive para atender alunos com deficiência, como afirma a entrevistada L. S. *“não, tem crianças que, tem pessoas que tem crianças com deficiência que não tã na escola e deveria estar. [...] porque não tá adaptada ainda pra isso. [...] tem alunos que tã matriculados, jovens e aí simplesmente não vão pra escola. [...]”*.

Outros factores que conduzem ao abandono escolar são: a falta de “trabalho”, “estímulos” e “oportunidades” na comunidade. Tais condições influenciam para que

---

<sup>35</sup> A Lei 10.639/2003 institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cutlura Afro – brasileira. Em 2004 o Conselho Nacional da Educação aprovou o parecer que regulamenta o processo de aplicação da lei através das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africanas e Afro – Brasileiras.

<sup>36</sup> Ver Carta de princípios da Educação Quilombola – Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco no anexo 17.

adolescentes e jovens optem em viver na comunidade, ou fora dela, apropriando-se de outras formas de trabalho e cultura.

### **b) O Estado e a educação nos quilombos:**

No que toca a categoria qualidade do ensino, os professores indicaram que o conteúdo abordado na sala de aula e a formação dos professores são factores que enfraquecem a qualidade do ensino. Por um lado, o material didático pouco ou nada retrata sobre a história dos afro – brasileiros e dos aspectos culturais da matriz africana; por outro, são escassas as formações para os professores e quase sempre não retratam as singularidades da tradição quilombola, e, portanto, tentam reproduzir nas comunidades os modelos convencionais de educação. No caso dos professores que não vivem na comunidade, o impacto na construção pedagógica da socioculturalidade das crianças é enorme, isso em função do desconhecimento da realidade quilombola, aliado ao absenteísmo e não – reconhecimento dessas crianças ao conteúdo dado. Ademais, alguns materiais didáticos, como abordado em capítulo anterior, retratam os modelos de racismo e violência simbólica presentes na sociedade.

Sobre a categoria "o papel do estado" interessou-nos perceber como os professores avaliam as políticas executadas pelo estado referentes à educação nos quilombos. Neste sentido, os professores apontaram que o estado em certa medida, “marginaliza as necessidades da comunidade, homogeneiza os quilombos e criam um modelo único”.

"Atualmente o estado tem um currículo pronto é é cobrado que esse currículo seja trabalhado, [...] os professores trabalham esses conteúdos e deixam aquilo que é a ânsia das lideranças, das comunidades, das crianças um pouco de lado. [...] Porém a partir dessa proposta, que começou em 2008, com esse currículo, todas as atividades ficaram de fora, [...] como a capoeira, o maculele, as danças, os jogos, tudo dentro desse espaço". (Entrevista E. A. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

Segundo os professores, as mudanças no currículo escolar não contemplam atividades próprias da cultura da comunidade. Nesse sentido, o estado procura criar modos mais universalizantes da educação, em consonância com os direitos previstos na constituição. A questão é: que modo as solidariedades e relações sociais, a história e a cultura, a relação com o ambiente e com a terra podem transformar-se em verdadeiros instrumentos e recursos pedagógicos no ensino para comunidades negras rurais? A pedagogia para quilombos, por vezes não está impressa nos livros didáticos

que podem deturpar a história do povo negro, mas está na oralidade, na história e em todos os espaços simbólicos, visíveis e invisíveis que compõem a comunidade.

Outro ponto abordado pelos professores é de que “o estado gera poucos incentivos para os jovens e adultos”. A Professora L. S. afirma que “[...] o estado a gente tem visto na questão dessa dificuldade de um incentivo pra os jovens e adultos que foi prometido, então a gente luta por conta disso, e muitas vezes não tem sucesso [...]”. Segundo a entrevistada, há diferenças de valores dos subsídios repassados pelo governo federal entre os estudantes de EJA (Educação de Jovens e Adultos) do meio urbano e dos estudantes das comunidades quilombolas.

### c) Instalações das escolas

Em relação às instalações das escolas, concentramo-nos em conhecer a situação de infraestrutura e equipamentos, bem como, ainda que brevemente, as condições de distribuição da merenda escolar para as crianças. A razão pela qual tomamos o item “merenda escolar” como categoria, foi o facto de que em muitas comunidades a merenda é a única refeição diária das crianças e, por isso, cumpre um papel essencial no desenvolvimento nutricional.

Sobre as condições das escolas, os professores avaliam que

"Infra-estrutura, equipamentos, a escola hoje tem o necessário. Então acredito que, nessa parte a escola tá bem suprida, parte de prédio, móveis, recursos áudio-visuais, materiais didáticos, enfim hoje a escola tá bem suprida. [...] Porém muitos professores não sabem usar esses recursos que têm em mãos." (Entrevista E. A. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

As escolas têm os equipamentos necessários para o seu bom funcionamento, segundo afirmam os professores entrevistados nas comunidades. Porém, falta formação e capacitação dos professores para utilização dos equipamentos e, não somente em relação aos materiais complementares, mas sobretudo os materiais didáticos disponibilizados. Os professores também afirmam que a estrutura física das escolas não foram construídas com base nos aspectos culturais da comunidade, e portanto como afirma a entrevistada L. S. *"as escolas, [...] não foi construída pensando numa comunidade quilombola, [...] Então uma das coisas que a gente também sente necessidade é a questão do espaço onde a gente possa fazer actividades que seja da própria comunidade [...]"*

#### **d) Relação escola e comunidade**

Há dois grupos de professores, uns pertencentes à comunidade e outros oriundos da cidade. Na categoria "relação escola e comunidade", os professores entrevistados enfatizaram o desconhecimento por parte dos professores que não pertencem à comunidade, em relação à realidade das comunidades, à história, e aos modos de vida das crianças, como descreve o professor E. A. “ [...] *porém os professores da cidade já vem sem conhecer a comunidade, sem conhecer as crianças, sem conhecer a história, sem falar do próprio conteúdo tradicional mesmo, comete muitas falhas [...].*”

E nessa relação com a comunidade os professores reconhecem o papel que possuem em preservar os aspectos da cultura quilombola, “ [...] *com certeza, tem muitas coisas na comunidade que a gente não pode deixar morrer os saberes e aí dentro da comunidade quem vai discutir isso, se não for as pessoas da comunidade.*”

A terra também aparece como um dos temas no âmbito da educação. Os professores afirmam que há uma relação entre educação, terra e o território. E a educação é fundamental para preparar os futuros líderes, como afirma o entrevistado E. A. “*Educação é um dos temas principais na comunidade, é um dos eixos de uns anos pra cá. Então se tem crianças e jovens analfabetos, quem vai estar substituindo as lideranças? [...].*”

Em relação à categoria “estudar fora da comunidade”, os entrevistados afirmam que há jovens que vão estudar fora da comunidade, mas sem fortalecer o vínculo cultural com a mesma, como ressalta o entrevistado E. A. “*De certa forma, por um ponto atrapalha, porque muitos jovens que saem pra buscar conhecimento fora não foram preparados da base, então, a base que eu falo é a base da comunidade, a base do nosso grupo, do nosso trabalho, da família [...].*”

Outros, que ao alcançarem níveis de qualificação elevados, retornam para apoiar a comunidade no seu desenvolvimento.

#### **e) Atuação dos professores**

Neste eixo, interessou-nos reconhecer a partir dos professores as mudanças necessárias para a melhoria na educação quilombola. Optamos também por conhecer

as disciplinas que as crianças mais gostam na escola e como elas ocupam o seu “tempo livre”, a partir das observações feitas pelos próprios docentes.

No que se refere à categoria "a atuação do professor" de um modo mais amplo, os entrevistados afirmam ser necessário trabalhar atividades pelo desenvolvimento cognitivo, num processo de conhecimento do espaço, e aqui entendemos como o território da comunidade se associa às identidades culturais das comunidades quilombolas na construção de instrumentos pedagógicos.

Em relação às mudanças para melhorar as condições da educação nos quilombos, os professores indicam a necessidade de se ampliar o centro informático, quadra desportiva. Também afirmam que os processos burocráticos para implementação da categoria “escola quilombola” precisam ser alterados, assim como os processos seletivos para contratação de professores, em particular para aqueles que não moram nas comunidades, devido a grande rotatividade dos mesmos.

“[...] A educação quilombola, aí tem que ter a categoria escola quilombola, que depende de uma série de pessoas e de órgãos. Assim, a gente tem muita dificuldade em relação a isso, e tem a questão das pessoas que não são concursadas ainda, [...] mais de sessenta pessoas já passaram aqui nessa comunidade. Aí vem pra comunidade, aí chega aqui não se adapta, quer vir pra cá só pra garantir a sua vaga aí volta pra sua residência [...]” (Entrevista L. S. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

Em relação à melhoria na comunidade, a educação e os espaços de lazer para atividades lúdicas aparecem como prioridades dos professores. As disciplinas e os conteúdos que as crianças mais gostam de aprender em geral relacionam-se com atividades desportivas como dança e futebol. Os professores também afirmam que as crianças ocupam o tempo livre brincando, jogando bola ou atividades no “mato”.

Enquanto novas categorias, os entrevistados indicam a educação indígena como modelo referência para a educação quilombola, como afirma a entrevistada L. S.

“nas escolas indígenas, só quem trabalha é o professor indígena. [...] Na escola quilombola é directora, na escola indígena é coordenadora, [...] como é que se dá e o estado aceita que sejam elas mesmo, sem ser concursada e todo o ano tá aquelas mesmas pessoas fazendo a selecção (Entrevista L.S. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

As políticas públicas para a população indígena não apenas têm uma trajetória histórica maior que as políticas para quilombos, como em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes indígenas o governo brasileiro desde 2011 mantém



interlocução com organismos públicos e privados que atuam na proteção integral das crianças indígenas<sup>37</sup>.

Os professores também questionam os níveis de desigualdade na educação, atrelada substancialmente às questões do racismo e a consequente hierarquização social e restrição das oportunidades a determinados grupos raciais.

" [...] dentro de uma região que possui o maior número de comunidades quilombolas, 51 comunidades quilombolas, você vai puxar quantos negros quilombolas possui uma graduação, você vai achar aí no máximo uns quinze a vinte. Vai numa mesma região de uma comunidade branca, você ver esse mesmo número e vai ver a grande maioria dos jovens cursando ou já formado em algum curso superior. [...] (Entrevistado, E. A. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

O modelo multiseriado para as séries iniciais continua a vigorar nas escolas quilombolas.

#### 4.1.3 O lugar das crianças na comunidade: o papel do movimento social

O movimento social quilombola preocupado com a luta pelo território quilombola, revigora o conceito de terras coletivas. Deste modo, qual o lugar ocupado pelas crianças no âmbito da luta quilombola? De que forma as crianças são vistas, compreendidas e incorporadas na agenda do movimento social? Com base nessas questões, e na constatação da relação de proximidade do movimento com o Estado, é que nos interessou entrevistar alguns dos líderes das comunidades que compuseram o grupo de comunidades investigadas.

##### ▪ Resumo das categorias:

Dimensão	Categorias	Subcategorias
<b>Lideranças locais / lideranças nacionais e o movimento social</b>	Função na comunidade	Liderança interna / Liderança externa
	Atividades de líder	Articulação política / Incidência política / Apoio
	Tempo na liderança	Liderança por vocação / Liderança por herança / Liderança prolongada
<b>A participação das mulheres</b>	Dificuldades e desafios de um líder	Mobilizar / sensibilizar / "conscientizar" / Relações de poder / Dificuldades financeiras / Falta de informações
	Principais temas da luta política	Regularização fundiária / Desenvolvimento / Infra estrutura / Produção econômica
	Participação das mulheres	Mulheres / Participação / História / Fundadoras
<b>Políticas públicas e a</b>	Propostas apresentadas em benefício às crianças	Debate vazio / Tabu / Projetos insuficientes
	Políticas públicas / Equipamentos	Bolsa família / Educação / PETI / Saúde / Agricultura

<sup>37</sup> Relatório Oficina "O Estatuto da Criança e do Adolescente e as Populações Infante – Juvenis Indígenas" Brasília, 22 e 23 de Novembro de 2004.

<b>socialização das crianças</b>	públicos Políticas sociais suficientes	familiar Insuficientes / Falta planeamento / Redução da agricultura familiar
<b>Novas categorias</b>	Jovem	Jovens e o alcoolismo / Jovens e as drogas / Trabalho na roça / Falta de participação dos jovens / Responsabilização do Estado
	Trabalho infantil	Relação com a roça / Dia a dia da família / "Punição"
	A escola / a educação	Conteúdos / Especificidade / Reconhecimento / Emprego
	Brincadeiras das crianças	Jogar bola / Atividades na roça
	Permanência na comunidade	Viver fora / Quebra na cultura / Professores da comunidade

### a) Lideranças locais, lideranças nacionais e o movimento social:

Convém destacarmos que, do total de quatro líderes que entrevistamos para este trabalho, são três homens e uma mulher. Nossa intenção neste eixo de análise foi dar a conhecer particularidades sobre o movimento social quilombola a partir de informações acerca da atuação dos líderes na comunidade. A primeira categoria, refere-se à "função na comunidade" e notamos certa dificuldade dos entrevistados em compreenderem o termo; por isso, concentramo-nos na pergunta seguinte sobre as atividades desenvolvidas. Ainda sobre o item "função na comunidade", fomos confrontados com distintas formas de atuação: uma liderança interna, mais vinculada às estruturas organizativas dentro da comunidade e uma liderança externa, relacionada com funções de representação, articulação externa à comunidade, quer seja a nível estadual, quer seja a nível nacional. Como afirma o entrevistado O. M. *"Eu acho que tem. Eu acho não (pausa), a comunidade tem dois tipos de liderança. Da porteira pra dentro e da porteira pra fora. Eu sou, vamos dizer, uma liderança da porteira pra fora da comunidade [...]"*.

No que concerne às "atividades dos líderes" quer seja na comunidade, quer seja fora dela, estão muito próximas da articulação e representação das comunidades, da incidência política a partir da reivindicação pelo direito à terra e o apoio nas mais variadas ações realizadas dentro das comunidades. Por isso, os líderes, na larga maioria membros das associações das comunidades, lutam pela noção de terras coletivas, que é o modo como as comunidades quilombolas são concebidas.

Na categoria "tempo na liderança", tencionamos perceber o espaço temporal na condição de líder. E deste modo, surgiram três subcategorias mais próximas de uma definição daquilo que está subjacente nas motivações dos líderes: uma *liderança por vocação*, expressa pelo entrevistado B.S. como uma liderança que *"nunca acaba [...]"*, uma *liderança por herança*, como afirma o entrevistado A. M.

“Na realidade isso já vem de meu pai. Meu pai era um líder na comunidade, só que era aquele líder no jeito dele era uma liderança que no início ele nem se desse conta, mas muitas vezes ele carregava a comunidade nas costas [...] (Entrevista A. M. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

É uma *liderança contínua*, que se estende no espaço e no tempo, como refere o entrevistado O. M. “há, faz bastante tempo. Faz mais de vinte e poucos anos. Eu comecei na militância com treze, catorze anos, [...]”.

No que se refere à categoria "desafios enfrentados", os entrevistados apontam como a dificuldade em mobilizar, sensibilizar e tornar conscientes as comunidades, bem como as dificuldades financeiras para a organização do movimento a nível nacional. Também indicam a presença de relações de poder dentro do movimento, como afirma o entrevistado O. M. “isso é indiferente de (pausa) agora acho que tem uma situação de poder, envolvida nisso. Eu nunca me vejo nessa situação de poder”.

## **b) Principais temas da luta política:**

Na categoria "principais temas e pautas" nas propostas reivindicativas do movimento, interessava-nos identificar a presença de propostas referentes à criança quilombola no âmbito do movimento. Procuramos desenvolver uma pergunta neutra, não indutiva, que desse conta de abranger o que é realmente prioritário para o movimento social quilombola. Nestes termos, identificamos subcategorias voltadas para o desenvolvimento económico da comunidade, vinculadas a infraestrutura, com o que afirma o entrevistado B. S. “outra dificuldade, assim nós precisamos melhorar as estradas dentro da comunidade pra colocar transporte colectivo né, pra comunidade. Então, eu vejo isso como um gargalo, nosso prefeito não quer investir em estrada [...]”. E consequentemente, ao melhorar as condições de infraestrutura da comunidade, avançar na produção de alimentos, e melhorar a comercialização dos produtos.

Por meio de diferentes estratégias, a regularização fundiária de facto é a luta pela qual o movimento constitui sua configuração identitária e, portanto, o direito constitutivo e o exercício da dignidade dos quilombos.

“A gente luta por todas as demais políticas públicas tipo educação, saúde e tudo mais, mas gente compreende que tudo isso na comunidade, sem um lugar pras pessoas construir suas casas, fazerem o seu roçado, pra criar seus animais, desenvolver suas actividades, tudo que a gente conseguir não tem muito significado (Entrevistada AP. M. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

Ao confrontarmos a categoria das "prioridades do movimento social", e a referente à "atuação das mulheres", percebemos que, enquanto os líderes se envolvem com as questões relacionadas ao desenvolvimento económico dos territórios e suas categorias derivadas, as mulheres priorizam as políticas educacionais, de saúde, e de lazer para as crianças e comunidade. Nota-se um maior interesse das mulheres em debater as questões referentes a infância, muito em função das construções ideológicas de associação mulheres e crianças.

### **c) A participação das mulheres na perspectiva dos líderes da comunidade:**

Damos a conhecer as variadas perspetivas segundo a comunidade no que se refere a participação das mulheres. Para os líderes entrevistados da comunidade Ivaporunduva de São Paulo, as mulheres têm participado da vida política da comunidade, mas como afirma o entrevistado B. S. “ [...] *tem, eu não diria muitas, tem outras que não, mas tem [...]*”.

Na comunidade Conceição das Crioulas, o entrevistado A. M. resignifica o lugar das mulheres na comunidade ao afirmar que

“Conceição é das crioulas. Então desde de Francisca Ferreira que foi quem doou o património pra Nossa Senhora, aí sempre tem uma, de lá pra cá, sempre tem uma mulher de liderança [...] A gente tá, os homens trabalham, mas geralmente as iniciativas são das mulheres”. (Entrevista A. M. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

Deste modo, e as observações realizadas no terreno comprovam, as mulheres têm efetivamente participado da comunidade nos diferentes espaços coletivos, políticos e culturais dos quilombos. Apesar de todos os entrevistados reconhecerem os desafios de se ampliar a participação das mulheres, como para a líder AP. M. “ [...] *ainda precisa aumentar o número de mulheres participantes, mas já tem um número bem significativo [...]*”.

Ao participarem das esferas de tomada de decisão da comunidade enquanto líderes e cidadãs, as mulheres não apenas reafirmam sua condição de emancipação e autonomia, como, segundo uma das hipóteses desse trabalho, melhoram a condição de vida das crianças, pois estão mais sensíveis às questões da infância, devido aos diferentes factores de associação das mulheres e da infância. Portanto, quase sempre, as mulheres reconfiguram os debates e a agenda política do movimento social ao proporem discussões sobre educação, saúde, infância e juventude.

Para os entrevistados da comunidade de Ivaporunduva, o debate e as discussões sobre infância são iniciais, “vazios”, como afirma o entrevistado B. S. *“a gente sempre conversa, né, de um modo geral sobre isso, mas é vazio”*. Trata-se de um debate visto como um “tabu”

Não, a gente não tem uma discussão sobre crianças e adolescentes. [...] E mesmo as mulheres, por ser mãe, essas coisas, ainda não é um hábito, é um hábito de toda a comunidade. Talvez esse seja (pausa), criar esse ambiente pra que a gente possa discutir (Entrevista O. M. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

Percebemos que as propostas apresentadas pelas mulheres em sua maioria estão direcionadas para a infância como prioridade, mas o debate dentro da comunidade sobre crianças ainda é incipiente. Essa fragilidade das discussões específicas para as crianças pode ocorrer em função da ausência de maior participação feminina nos arranjos políticos e democráticos fora da comunidade, em especial, no âmbito do movimento social regional e nacional.

#### **d) Políticas públicas e a socialização das crianças**

A escola é o equipamento público mais presente nas comunidades. Todas as comunidades entrevistadas possuem escolas com atendimento para a 1ª a 4ª série. E nela as crianças socializam na comunidade e, no caso das séries mais avançadas, passam a integrar grupos de socialização com outras crianças no meio urbano. O programa governamental Bolsa Família, Unidades de saúde e os subsídios para agricultura familiar são os outros programas mencionados pelos entrevistados e com maior cobertura nas comunidades. Contudo, o programa Bolsa Família<sup>38</sup> ainda que se proponha a uma justiça distributiva e a redução das situações de extrema pobreza de algumas famílias e represente a única renda de muitas das famílias nas comunidades, é criticado por afastar as famílias da agricultura e criar uma espécie de “acomodação” entre as pessoas.

“[...] Pra você ter ideia, a maioria das famílias dessa comunidade são beneficiária do bolsa família [...] Mas se ao mesmo tempo se ela dedica o tempo dela na criação de galinhas, na produção de artesanato, numa plantação de produtos agrícolas diversificado pra melhorar a sua segurança alimentar e também melhorar a sua renda. No dia que o governo disser,

<sup>38</sup> Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situações de pobreza ou extrema pobreza. Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

agora acabou o cartão, não tem mais isso se virem, essa família não vai estranhar [...]” (Entrevista AP. M. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

Outras políticas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), tem uma perspectiva de transferência de políticas urbanas para o meio rural, e no que se refere às comunidades quilombolas e como demonstrado anteriormente, o PETI pode desestabilizar os modos culturais desses contextos ao desconsiderar “outras formas” de trabalho na infância.

Sobre a capacidade de cobertura e atendimento das políticas, observou-se nas entrevistas que as políticas específicas para as crianças são insuficientes. E segundo entrevistado, algumas políticas não são planejadas com base naquilo que se espera alcançar para as crianças

“A gente não tem uma acção determinada pra criança, adolescente, nem pra juventude. Então é independente de ter equipamento essas coisas, mas se a gente não tem um planejamento do que a gente imagina de contribuição pra essa juventude, a gente não tem muita coisa. (Entrevista O. M. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

Os entrevistados reafirmam a necessidade de se potencializar a agricultura familiar. E aqui vinculamos a importância da agricultura familiar e a própria continuidade das tradições da comunidade.

“Eu acho assim, quem tá na roça tem que produzir. [...] Agora eu acho o que vai continuar dando sustentabilidade para a comunidade é a agricultura familiar mesmo, é o básico. (Entrevista B. S. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

O movimento social quilombola também é confrontado com as fragilidades identificadas por órgãos do governo federal no que signifique sua organização política. Segundo a entrevistada Vera Gomes, na ocasião da realização das entrevistas ocupava o cargo de gerente de projetos da SEPPIR, é a frágil capacidade de organização do movimento e das comunidades, e isto enfraquece as políticas públicas

“Mas demora pra chegar, [...]. Eu acho que carece de uma organização maior, uma presença maior das lideranças entendeu nas reivindicações, e uma justiça maior na construção dos projectos, por parte da liderança. Porque o PBQ não ele universaliza, ele universaliza o recurso, e quem tem um nível de organização e da própria construção do saber mais elevado, vai atrás e quem não tem fica lá esperando que um dia chegue. O que acontece que aí um vê que ali do lado teve, já estimula, já constrói uma situação semelhante ao dominó, um vai atrás do outro, atrás do outro. Eu acho que falta muita organização, o nível de organização nessa área é baixo. Nas áreas rurais, porque o Brasil é muito grande” (Entrevista, Vera Gomes [SEPPIR] Brasília, Fevereiro de 2011).

A partir das entrevistas realizadas, identificamos dois factores no que signifique a invisibilidade e ausência de políticas: por um lado o desconhecimento por parte do estado de quem são as comunidades e as crianças quilombolas, quantos são e onde estão; por outro a responsabilização do movimento social com baixa capacidade de organização e participação feminina nas esferas de decisão política e consequentemente enfraquecimento da sensibilização do Estado para as demandas da comunidade com recorte específico para as crianças. Deste modo, o estado também apresenta alguma negligência no tocante a falta de estudos e pesquisas que forneçam informações precisas e adequadas sobre as condições sócio, económicas e culturais dos territórios quilombolas. Mantém-se formas de gestão descompassadas com o que seja a dinâmica social dos meios rurais negros.

Ainda em relação ao reconhecimento da população quilombola nas políticas públicas, segundo os gestores públicos dos ministérios federais entrevistados, o gestor público municipal representado pelos prefeitos das cidades, ao negar a existência de comunidades pertencentes ao seu município ou má utilização dos recursos destinados a essa população, amplia as formas de negligência do poder público no que se refere ao reconhecimento das comunidades configurando num racismo institucional. Quando questionamos quais seriam os factores que dificultam a implementação das políticas, a entrevistada afirma *“as gestões municipais! Estaduais e municipais, o descaso de determinados sectores da sociedade por esse problema, ou seja o racismo institucional”* (Entrevista, Vera Gomes [SEPPPIR] Brasília, Fevereiro de 2011).

O que nos leva a concluir que por um lado, a responsabilização do estado deve ser distribuída e compreendida a partir de uma análise das diferentes esferas do poder público, e por outro que os próprios gestores têm consciência das fragilidades e do racismo institucional enraizado nas esferas governamentais locais, regionais e nacionais.

### e) Novas categorias

No que se refere às novas categorias, optamos por agrupá-las em dois grandes grupos: o primeiro diz respeito ao tema dos jovens; o segundo trata do tema da educação e das brincadeiras realizadas pelas crianças<sup>39</sup>.

Deste modo, o tema dos jovens na comunidade é tratado numa aproximação com o tema das drogas e uso de bebidas alcoólicas ou com a falta de oportunidades para o trabalho e a educação. Ainda que esta investigação não se dedique diretamente ao tema da juventude, as subcategorias identificadas chamam a atenção para um fenómeno que pode ser cíclico permanente e afetar as crianças que também serão futuros jovens.

O segundo grupo de categorias, está relacionado com o tema da infância e nele podemos identificar o trabalho infantil visto pelas lideranças como a relação das crianças com a roça em pequenas atividades, como descreve o entrevistado B. S. " [...]  
*Ninguém vai botar o menino pra trabalhar directo, mas por exemplo, tirar o caruá, eles vão arrancar, tirar a fibra da casca, bater, se não sei o que, tem sempre alguma coisa pra criança desse tamanho.*"

Por outro lado, o trabalho infantil, assim como os resultados que obtivemos nas entrevistas com as mães, também é visto como uma transgressão dos pais e por isso, fiscalizados pela legislação vigente. *“O pai com a mãe não deu serviço pra ele, porque a legislação não permitiu, aqui tá assim, o filho não foi pra escola, tem dezasseis, dezessete anos e se ele alegar que “não porque ajudou o pai e mãe”, o pai vai pro fórum”* (Entrevista A. M. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).

A legislação, ao punir tais formas de trabalho infantil segundo os líderes impede a prática da aprendizagem do trabalho, *“Então é difícil, ai que eu vejo, vejo que se a legislação não permitir com pai e com mãe, não digo trabalhar, mas ensinar vai lá [...].”*

Na categoria “escola / educação”, estas estão intercaladas por terem sido apresentadas pelos pais ora como escola, ora abrangendo uma discussão mais ampla com aspectos relativos à educação. Os líderes questionam o modelo adotado pelas escolas que acabam por distanciar as crianças da sua identidade cultural. *“Então o próprio quilombo, os filhos do quilombo não se reconhece como quilombola. [...] a escola*

<sup>39</sup> Importa-nos ressaltar que a categoria brincadeiras das crianças e juventude já fora retratada anteriormente no percurso de análise das entrevistas das mães, e aparece também nas entrevistas realizadas com os líderes comunitários.



*prepara os jovens para o agronegócio, pro emprego, pra vim pra cidade, mas não prepara o jovem pra fazer, pra ficar na terra (Entrevista B. S. Comunidade Ivaporunduva, Janeiro de 2011).*

Um outro ponto de vista abordado pelos entrevistados diz respeito ao conjunto de empregos gerados pela presença das escolas na comunidade. *"Então já melhorou bastante. Então como eu disse, o principal pra nós aqui tá sendo a educação. [...] Eu não sei assim com precisão, mas duas escolas já estão pra pegar uns 30 professores [...]"* (Entrevista A. M. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

A categoria "brincadeiras das crianças" aparece nas entrevistas e, portanto, reforça a presença na comunidade de atividades com bola e as atividades na roça.

*"Olha, uma dos principais hobby deles é um bicho chamado bola. [...] alguns que os pais levam também nas horas vagas pra ajudar na roça, porque não podem deixar com outras porque se não a coisa desanda [...]"* (Entrevista A. M. Comunidade Conceição das Crioulas, Fevereiro de 2011).

Os líderes também retomam a discussão sobre a permanência na comunidade. como afirma a entrevistada AP. M. *" [...] Às vezes tem as pessoas que preferem mesmo tentar lá fora, de repente as dificuldades são menores. Já tem muita gente da comunidade, principalmente no espaço educacional, que foi aluno na escola, e hoje são professores concursados [...]"*

O lugar ocupado pelas crianças no movimento social representa o interesse pela preservação da tradição nas comunidades. A criança é associada pelo movimento social às questões culturais dos quilombos, e à uma condição futura enquanto futuros adultos líderes. O movimento apresenta lacunas no que signifique avanços de uma política para a infância no quilombo, nomeadamente pela escassez de debates e projetos sobre o tema.

## 4.2 Análise dos dados:

Na sequência da apresentação de análise descritiva do material empírico, se conclui com uma verificação da sua adequação às hipóteses inicialmente formuladas. Para tanto, utilizar-se-á como estratégia a descrição analítica sobre as hipóteses e os dados, através da abordagem e retoma das diferentes reflexões feitas ao longo deste trabalho.

### **Secção A: Existe negligencia por parte do Estado no que se refere a aplicação de políticas públicas que atendem às necessidades específicas da criança quilombola**

Ainda que não tenhamos avançado com as análises dos conteúdos das entrevistas realizadas junto aos gestores públicos federais (Janeiro, Brasília 2011), permita-se-nos traçar algumas pistas conclusivas sobre a primeira das hipóteses relativas a esta pesquisa, referente a possível negligência por parte do Estado. Nossas reflexões recaem prioritariamente na perspectiva do conhecimento e nas condições atuais de vida das crianças observadas nas comunidades. Não queremos transformar este primeiro conjunto de reflexões num apanhado de ocorrências denunciativas, mas alertar a uma dada circunstância de descaso, invisibilidade e desconhecimento.

Em primeiro lugar, as crianças quilombolas são pouco ou nada reconhecidas pelo Estado do ponto de vista de informações completas, confiáveis e sólidas. Até 2003, o próprio Estado não reconhecia a totalidade das comunidades quilombolas, e as comunidades desconheciam a efetividade das políticas públicas em seu território. Ainda hoje, não existe um consenso sobre o número de comunidades existentes no país, e as diferenças numéricas em grande parte resultam da variedade de critérios utilizados pelos próprios órgãos do governo, instaurando uma série de divergências entre órgãos no âmbito do governo federal.

Durante a realização das entrevistas com os gestores públicos, tornou-se evidente a relação divergente entre departamentos. A gerente técnica da SEPPIR órgão responsável pela coordenação geral das políticas para quilombos, assumiu um posicionamento de questionamento sobre as medidas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) para a educação quilombola, ao afirmar “há o SECAD, eu tenho

*profundas divergências com aquilo, eu vou até ficar longe pra não gravar (risos) [...]”*. E justifica tal divergência ao expressar opinião sobre a educação quilombola

“ [...] No caso da educação quilombola, eu acho que a gente tá muito aquém da necessidade. Nós tivemos realmente um avanço no que se refere a construção de escolas esse ano, construímos muitas escolas nos quilombolos, mas a própria educação em si ela anda muito distante do ideal. Continuamos com as escolas multiseriadas, o financiamento público da educação no Brasil, ele anda razoável”.

A falta de informações reproduz um desconhecimento por parte dos gestores públicos sobre esse grupo social. A única pesquisa voltada para as crianças quilombolas (MDS 2008) evidencia o cenário de que tanto as crianças quanto as mulheres não têm sido alvo da ênfase merecida nas pesquisas e estudos sobre quilombos e que no geral as pesquisas sobre crianças afro – brasileiras são essencialmente urbanas.

Não obstante, a negligência por parte do Estado deve ser analisada numa perspectiva mais ampla do que a reflexão sobre a conjuntura do governo federal. Esta foi uma das primeiras lacunas encontradas neste estudo, pois verificamos no terreno a necessidade de também entrevistar gestores públicos municipais. Os próprios gestores do governo federal afirmam que em muitos dos casos é o gestor público dos municípios que impede, negligencia e dificulta o acesso às políticas públicas por parte das comunidades, “[...] o problema do financiamento é a ponta, é onde ele chega, onde ele chega que são os municípios, as prefeituras, aí você passa a ter um mistério, que é a aplicação. A consequência disso é a qualidade de ensino. [...] (Entrevistada SEPPIR, Fevereiro 2011).

Numa outra perspectiva, a escassez de políticas públicas deve ser compreendida também em face aos factores que estimulam a implementação de tais políticas, como a participação das mulheres, a reivindicação dos movimentos sociais, e a organização política das comunidades.

Eu fui ao Vão de Almas, já fui em festas e tudo mais, e a criança bem pequenina da primeira série, vai ter uma escola, e como é que você tá pensando, como você quer a escola? “ eu quero uma escola com telhas”. Agora a escola é coberta de palha, o chão é poeira pura, não tem carteira, não tem nada, aí um bando de jovens 14 e 15 16 anos, o que é que tem, o que a Secretaria de Juventude faz? O que o ministério da saúde faz especificamente pra esses jovens? Então eu vejo que a necessidade de alguém que coordene essas acções e que torne elas o mais abrangente possível. Está previsto isto, está, mas pelas comunidades que eu ando, não tenho visto isso acontecer. (Maria Auxiliadora, SECAD/MEC, Janeiro de 2011).

## **Secção B - A definição de políticas públicas tem em conta o conhecimento das condições de vida das crianças e adolescentes**

A pesquisa de campo realizada em Brasília com gestores e técnicos dos ministérios ocorreu num período conturbado de transição política. Por vezes, os gestores apresentavam resistência para falar sobre infância quilombola. Há duas razões pertinentes para este entrave: o momento de transição de governo que inaugura certa instabilidade a nível dos cargos ocupados pelos gestores, e ou o desconhecimento do assunto e falta de informações sobre a situação dessa população. Contudo, conseguimos alcançar o número de entrevistas planeadas, salvo a Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças (SNDCA) devido ao cancelamento por parte do órgão.

Sendo o conhecimento a primeira ação para assegurar os direitos das crianças nos quilombos, o Estado brasileiro até então não demonstrou interesse em coletar e organizar informações adequadas sobre a vida da população quilombola. Isto pode ser percebido, por exemplo, quando nos referimos ao trabalho infantil e ao modo como a legislação brasileira ainda não abrange outras formas de trabalho com base nos modos de vida coletiva e culturais dos quilombos. Pode-se encontrar uma lógica adotada pelo Estado de transferência de políticas universais, de modelo urbano moderno, para os territórios das comunidades tradicionais. Por exemplo, a implantação de equipamentos públicos dentro das comunidades.

Durante as entrevistas, alguns gestores afirmavam não existir no âmbito do departamento uma política específica para a criança quilombola. Mas, referendavam as políticas específicas para a população indígena como exemplo de boas práticas. As crianças indígenas possuem departamentos específicos, bem como asseguradas, ao menos do ponto de vista legal, políticas de atendimento e proteção dos direitos.

Por outro lado, pouco se tem debatido sobre a criança quilombola entre o movimento social e os departamentos do Estado, e portanto, vigora uma quase ausência do tema da infância nas demandas políticas apresentadas pelo movimento. O próprio Conselho Nacional dos Direitos das Crianças (CONANDA) afirma existir uma ausência de debate e diálogo interno sobre a população quilombola infantil. Entretanto, no Plano Decenal do conselho, o tema da infância quilombola não é tomado como prioridade. Ademais, os dados disponíveis nos ministérios são escassos

e desarticulados. Até mesmo para o alcance dos objetivos propostos por este estudo, encontramos dificuldades em mapear dados sobre a população infantil. No geral não há recortes sobre esta população, e quando existe, estão dispersos nos diferentes departamentos, e áreas temáticas.

O desconhecimento e não reconhecimento por parte do estado sobre o grupo social das crianças quilombolas dá-se em grande medida, e segundo alguns entrevistados, pelo enfraquecimento da organização do movimento social. O que pode configurar uma falta de domínio por parte do movimento sobre os processos e linguagens burocráticos estatais.

### **Secção C - A participação das mulheres como líderes do movimento social é reduzida**

As mulheres são a figura central na organização das comunidades e na resistência aos modelos dominantes de subjugação das populações marcadas socialmente por sua cor, raça, situação económica e localização geográfica. Elas são as herdeiras da terra, que de geração em geração consolidaram os espaços territoriais de uma coletividade negra organizada. Como é o caso da afirmação, “Conceição é das Crioulas”, expressa pelo entrevistado A. M. resignificando o lugar histórico ocupado pelas mulheres.

Em face a preservação da identidade étnica dos quilombos, as mulheres são pilares fundamentais, pois os mecanismos de preservação estão intrinsecamente associados às relações de parentesco e família, perpetuada ao longo da história na memória coletiva das comunidades. Deste modo, as mulheres exprimem e recodificam os modos culturais da vida nos quilombos ao marcarem o símbolo da família e da continuidade das comunidades.

No caso particular da comunidade de Conceição, foram elas, as crioulas de Conceição, que geraram no “ventre” aquele povoado. Em Ivaporunduva, durante o trabalho de campo, as mulheres não apenas marcaram o início da organização da comunidade, como hoje são elas as responsáveis pela produção e distribuição dos produtos da comunidade. Consoante ao desenvolvimento económico, percebe-se nas comunidades uma inversão da lógica moderna de afastamento das mulheres de temas

ligados a política e economia, elas conseguiram conquistar um espaço que historicamente foram excluídas nas sociedades modernas e urbanas.

Na interação com a realidade no terreno, observamos que a participação das mulheres é um fenómeno em crescimento e que as mulheres têm participado dos espaços predominantemente masculinos muito em função das inúmeras atividades na produção económica da família e na condição natural de mediadora entre os seus pares e parentes. As mulheres protagonizam boa parte das actividades económicas das comunidades, quer seja no artesanato, na produção agrícola ou no beneficiamento de alimentos, quer seja na coordenação das associações, de grupos de trabalhos e comissões de desenvolvimento.

Não obstante, há outros factores de reprodução da desigualdade entre homens e mulheres, os quais a organização das mulheres em associações tem por objectivo combater. Durante a permanência no campo, notamos que as funções relativas ao movimento social a nível nacional, é quase em sua totalidade de domínio masculino. Ou seja, encontramos uma acentuada divisão sexual das ações de incidência política, cabendo às mulheres a participação em atividades mais localizadas na comunidade e região. As mulheres enfrentam dificuldades para assumir uma intervenção política mais sistemática ao serem sobrecarregadas com duplas ou até triplas jornadas de trabalho distribuídas entre os cuidados com os filhos e atividades domésticas; a existência de atividades laborais não reconhecidas pela comunidade; a resistência por parte dos cônjuges no que se refere a saída das mulheres para participação em encontros fora do seu estado de origem e portanto, muitas delas dependem do consentimento dos companheiros.

No encontro realizado pelo UNIFEM<sup>40</sup> para debater o tema do género, políticas públicas e desenvolvimento sustentável, as participantes puderam expressar a realidade social que convivem com as marcas de uma sociedade fundamentada numa educação “machista”.

Assim, a reduzida participação das mulheres nas instâncias de decisão estratégica e política das comunidades, pode condicionar as políticas públicas para a infância. A exemplo, o único projeto a nível do governo federal (Projeto Zanauandê),

---

<sup>40</sup> Encontro “Mulheres Quilombolas: género e políticas públicas para o etnodesenvolvimento”, realizado pelo Unifem em 2005. Reuniu mulheres representantes de vinte comunidades quilombolas.

específico para crianças quilombolas, foi proposto e coordenado por mulheres quilombolas. Elas conseguiram a partir de articulações políticas colocar na agenda do movimento o tema da infância. Contudo por falta de controlo social sobre o projeto, desde 2008 suas atividades foram encerradas tornando-se assim mais próximo de uma política de governo e do que de uma política de Estado.

#### **Secção D - A reduzida participação das mulheres como líderes do movimento social contribui para a ausência de políticas para a infância quilombola**

Em continuidade ao tema da participação das mulheres, o que nos interessou verificar nessa hipótese é a existência de relação direta entre as propostas de políticas públicas para as crianças e a participação das mulheres. Procuramos explorar por um lado quais são as prioridades das mulheres em termos de políticas públicas e por outro reconhecer no conjunto das prioridades, aquelas que beneficiam as crianças diretamente.

Um dos factores para o avanço e desenvolvimento da sociologia da infância enquanto área temática foi o avanço de estudos sobre grupos sociais não necessariamente minoritários, mas subordinados como as mulheres. A associação irrefletida das mulheres à maternidade, o que não acontece na mesma intensidade no caso dos pais e a paternidade, sinalizou uma lacuna nos estudos sobre as crianças e inaugurou a redescoberta das crianças nos estudos sociais.

Esta construção ideológica também reafirma a importância das mulheres na definição das políticas públicas para a infância. Por um lado as mães transportam maior sensibilidade para os temas da infância, e por outro conseguem perceber a importância de se proteger as futuras gerações em benefício da própria preservação e manutenção das comunidades. Há de se enquadrar numa perspetiva mais vasta que a própria existência da comunidade, depende da maneira como as crianças crescem e se desenvolvem em suas famílias.

As mulheres são as mediadoras das comunidades, na medida que estão imbricadas nos problemas sociais de suas famílias e da comunidade como um todo. Possuem maior interesse nas políticas para as crianças, pois são elas as responsáveis pelo cuidado diário da família e dos filhos. A baixa participação política das mulheres nos espaços de decisão política do movimento social, abre espaços para que os

homens assumam a representação da comunidade e a articulação política no que se refere às políticas públicas.

Ao participarem menos do movimento social a nível nacional, a tendência é que o tema da infância quilombola seja invisibilizado no conjunto de propostas políticas. No geral as propostas por eles apresentadas vinculam-se aos temas do acesso a terra, financiamento público, produção agrícola, desenvolvimento económico. Enquanto as mulheres apresentam propostas fundamentadas no direito a terra, mas que a partir desse direito possam oferecer melhores condições de vida e bem-estar às famílias e às crianças de modo particular.

A reduzida participação das mulheres de modo mais sistemático na política, requer mecanismos mais contundentes de emancipação social feminina nos quilombos. Pois elas enfrentam os desafios de uma sociedade mercantil que subjuga-as por serem negras, mas também por serem mulheres e camponesas.

### **Secção E - A existência de percepções distintas entre o que é ser "criança negra do meio urbano" e "criança negra do meio rural"**

Para abordar a presente hipótese tomamos os conceitos de reconhecimento e singularidade. Singularidade é o campo no qual a identidade quilombola assenta parte da justificação pelo direito a ter direitos. São as singularidades, o que Du Bois pensava ser "não as diferenças físicas mais grosseiras da cor dos cabelos e dos olhos, mas as diferenças – por mais subtis, delicadas e elusivas que sejam – que de maneira silenciosa mas definitiva, separaram os homens em grupos" ( Appiah, 1997).

As singularidades transitam entre visíveis e invisíveis e orientam os signos e significados das comunidades. Os aspectos visíveis e invisíveis tornam as crianças negras do meio urbano e do meio rural grupos distintos integradas em espaços e lugares conformadores de uma identidade diferente consoante o lugar que se vive. Portanto, ser criança negra no meio rural e no meio urbano apresenta diferenças subtis onde a própria sociedade não enxerga.

Nas teorias mais recente, o reconhecimento evoca perspectivas de libertação, e está vinculado ao conhecimento sobre o outro, as visibilidades das singularidades e ao respeito às diferenças. No conjunto configura-se como a base para o reconhecimento de grupos sociais impingidos para as margens da sociedade. Nestes termos, a



complementaridade da diferença, distribuição e reconhecimento, seria a resposta a essa invisibilidade da criança quilombola em face às crianças negras.

Essa marginalização da criança quilombola não é identificada apenas a partir do olhar externo sobre as comunidades, mas pode ser percebida na construção social do pensamento das mulheres e mães quando confrontadas com as questões sobre as diferenças das crianças negras de contextos urbanos e rurais. A subjugação da criança negra quilombola, pode ser um fenómeno de reprodução do que seja o pensamento social do meio urbano imbricado no consciente social das mães quilombolas.

Embora as comunidades realizem inúmeras atividades culturais como as festas locais, os grupos de dança e música tradicional, a prática do artesanato e de elementos da estética africana como as tranças, cumpre-nos mencionar que distinguimos certa ausência de mecanismos que revigorassem a identidade cultural dos quilombos, e deste modo fortalecesse o sentido do ser criança negra quilombola. Quando mencionamos mecanismos de fortalecimento da identidade, referimos aos conteúdos abordados em sala de aula, a grupos de discussão permanente, a projetos específicos para debater sobre a identidade cultural com as famílias da comunidade; enfim, ações que tenham como premissa a compreensão do espaço e lugar dos quilombos e entendam que os territórios são parte dos saberes e aprendizagens constituídos.

A promoção de ações interdisciplinares em que a história dos quilombos sejam referência para uma relação de valorização do ser criança quilombola. Com estas ações é possível olhar para as relações étnico – raciais de modo que a diferença e a igualdade coexistam numa mesma circunstância.

Nesta perspectiva, ao conhecer as singularidades da cultura da infância quilombola e reconhecê-la quer seja na comunidade, quer seja no Estado, é possível construir novas formas de interação dos saberes produzidos por elas. Significa pôr em relação e em interação, no quadro de práticas socialmente organizadas, materiais, instrumentos, maneiras de fazer, competências, de modo a criar algo que não existia antes, com propriedades novas e que não pode ser reduzido a soma dos elementos heterogêneos mobilizados para a sua criação (Santos, 2004).

Também é o mecanismo para revalorizar os elementos da cultura dos quilombos. Ou seja, sensibilizar as pessoas, nomeadamente as crianças que não há juízo de valor sobre as diferenças culturais entre seus pares, e que saberes diferentes não

significa desigualdades cognitivas, e sim outras formas de construir o mundo social a que pertencem.

Nestes termos, somente uma ação conjunta entre famílias, movimento social e o Estado permite resignificar o lugar das crianças negras do meio rural e urbano, aproximando-as a partir dos elementos que as unem, e diferenciando-as a partir dos elementos que as desigualam. Um reconhecer que evoca para além das perspectivas de conhecimento e libertação, as relações sociais vinculadas a solidariedade, ao respeito e à diferença.

### **Secção F - As mães de crianças e adolescentes quilombolas utilizam lógicas de socialização distintas das usadas pelas mães de meio urbano (baseadas no sucesso profissional)**

Ao confrontarmos-nos com esta hipótese, tivemos alguma dificuldade em desenvolver conclusões acerca da compreensão das mães sobre as lógicas de socialização, neste caso a vida profissional futura dos filhos, pois algumas mães apresentaram dificuldades para entender a questão apresentada. Por um lado notamos que as mães mantêm lógicas distintas de socialização dos filhos quando comparado às mães do meio urbano, por outro, identificamos a presença de expectativas futuras de vida, muito fundamentadas no sucesso profissional.

O conceito de sucesso profissional é entendido de diferentes formas pelas mães entrevistadas. Dentre as profissões mencionadas pelas mães, identificamos: advogados, médicos e professores. As mães podem reproduzir profissões marcadamente urbanas, mesmo que encontrem dificuldades em definir e compreender o que seja o próprio conceito de “profissão”.

Destacamos duas causas possíveis para esta associação: o vislumbre sobre os recursos oriundos do meio urbano, e neste conjunto enquadram-se as profissões; a irrelevância das profissões de carácter agrícola pouco mencionadas pelas entrevistadas. O desinteresse pelas profissões voltadas para o cultivo da terra, sinalizam o trabalho com e na terra como um tema a ser considerado em face ao futuro das comunidades, haja vista a relação estabelecida com a terra, e é essa relação que supera qualquer compreensão uniforme sobre as comunidades rurais.

Durante a pesquisa de campo, também percebemos que a população mais jovem possui expectativas de vida diferentes a lógica de vida do quilombo e a permanência na terra. Ao buscarem outros níveis de qualificação educacional, os jovens optam em permanecer nas comunidades participando dos aspectos culturais daquele meio, mas em simultâneo dialogam com as mudanças societárias atuais. Assim, as atividades de carácter tradicional de cultivo, produção pela e na terra, tendem a enfraquecer-se caso não haja uma preocupação com o futuro das crianças nas comunidades.

É possível ser quilombola, viver na comunidade sem necessariamente desapropriar-se dos valores e modos de vida urbano. Contudo, tem-se de estar atento à relação das comunidades com seu passado histórico, que define seu presente e futuro. Sabemos que o futuro profissional dos filhos não é o único elemento sobre o qual define-se o futuro das comunidades, porém, pode ser aquele pelo qual, a comunidade fortalece sua herança cultural, adaptada e transformada pelas diferentes gerações, mas sempre baseada num trabalho coletivo organizado.



### Considerações finais:

A colonização foi um fenômeno insaciável, que além da escravidão em que submeteu povos e nações, ela “se volta para o passado dos povos oprimidos e o distorce, desfigura e destrói”, (Hall, 1994). Assistimos no tempo presente a disposição das sociedades capitalistas em (in) visibilizar povos e raças e cristalizar identidades, tendência marcada pelas relações de poder e dominação assentes na história da humanidade.

Quando iniciamos esta investigação, interessava-nos conhecer a forma pela qual a visibilidade da criança quilomba tem sido construída, por um lado, pelo movimento social; e, por outro, pelo Estado. No início deste estudo, definimos o entendimento que temos sobre o conceito de visibilidade, a partir de dois domínios: a singularidade das identidades e o reconhecimento dessas singularidades nas estruturas de ação.

Esta investigação assume proposições resultantes da pesquisa, que *fornece* elementos para se pensar a infância no Brasil, e desta forma compreender como se constrói a visibilidade dos direitos das crianças quilombolas; que *entende* que a justiça social nos quilombos deve pautar-se pela interação entre diferença, distribuição e reconhecimento; que *compreende* o papel da criança como elemento de sociabilização da comunidade com outros meios, ao passo que reconhecem sua identidade cultural e coletiva na comunidade; e que *propõe novos paradigmas* para compreender o papel das crianças quilombolas na manutenção de sua cultura, saberes e tradição.

Ao longo do trabalho, sentimo-nos provocado pelas estudos realizados sobre o lugar ocupado pelos povos e pelas transformações nos contextos pós - coloniais. Optamos por um sujeito que carrega as características de uma essência racial herdada, que ainda constrói suas ideologias e convicções, mas já transporta os desafios subjetivos de ser uma criança negra do meio rural.

Embora numa perspectiva de acesso aos direitos existam significativos avanços em relação aos direitos das comunidades quilombolas desde o artigo 68 da Constituição Federal (1988), ainda há muito o que fazer para alcançar políticas sociais e culturais sob os princípios da diversidade, da justiça, da cidadania e da igualdade para as crianças dos quilombos.

A trajetória de investigação no terreno, aos poucos foi-se-nos interpolando com uma variedade de questões que compõe o que seria essa “invisibilidade da criança

quilombola” ao mesmo tempo que confirmava o quadro de análise proposto. Essa variedade pode ser constantemente verificada quando a pesquisa ora parece ser um debate demasiado genérico, ora um debate demasiado focalizado.

Notamos que a criança ao mesmo tempo que é analisada pelo olhar dos agentes por elas responsáveis, também é sujeito ativo no processo de tomada de decisão sobre os seus direitos.

Compreendemos que a criança quilombola embora invisibilizada pelo Estado em face a adoção de políticas públicas específicas, encontra proteção social na família e nas redes de apoio local. Tais redes sociais baseiam-se nos modos de vida cultural dos quilombos, em que não há fronteiras para as relações de parentesco. As mães, por sua vez, ao representarem a centralidade da continuidade das comunidades como mediadoras das famílias, tornaram-se interlocutoras privilegiadas nessa investigação sobre crianças.

Percebemos que as mães adotam entre si lógicas distintas de educação das crianças e podem reproduzir modos de socialização semelhantes àqueles praticados no meio urbano. De igual modo, apresentam formas de percepção sobre o que é ser criança quilombola carentes de reforço sobre a valorização das singularidades identitárias da criança negra do meio rural. Verificamos que somente uma maior sensibilização das comunidades para valorização de sua identidade permitirá que as crianças construam sólidas relações de sociabilização dentro e fora da comunidade.

No âmbito do movimento social, as mães participam dos processos de produção e distribuição económica da comunidade, mas com pouca articulação no âmbito externo, nomeadamente no movimento social a nível regional e nacional. A falta de uma participação política mais sistemática das mulheres pode reduzir as propostas de atenção às crianças, pois as mulheres e mães durante as entrevistas apresentaram maior interesse em definir políticas de bem-estar da família.

O Estado por sua vez, ao negar os códigos culturais partilhados pelas comunidades (e no caso das crianças quilombolas, verificamos tal negação na temática da educação quilombola e do trabalho infantil), contribui para o rompimento e descontinuidades da herança cultural emanada.

A educação e o trabalho infantil converteram-se em temas transversais às análises aqui propostas. Em primeiro lugar, pela educação ser o modo pelo qual a

comunidade pode preservar sua herança cultural, desde que a proposta pedagógica de uma educação quilombola considere o território e os modos de vida presentes como recursos educativos. Em segundo lugar, pelo trabalho infantil ser uma política e uma prática social muito presente nas comunidades. Ao mesmo tempo que se pune e denuncia qualquer prática abusiva de trabalho infantil, as comunidades mantêm processos de aprendizagem compartilhada com base no trabalho na terra e que aparentemente são desconsiderados nas discussões mais globais sobre trabalho.

Quando questionamos os gestores públicos sobre os entraves para uma política de infância quilombola, constatamos o fenômeno da negligência de recursos, projetos e benefícios direcionados para as comunidades. O que vigora quer a nível federal, quer a nível estadual é um racismo institucional, marcado pela falta de conhecimento e informações rigorosas sobre o grupo social das crianças. Além da desarticulação resultante de uma capacidade administrativa frágil de resposta aos problemas sociais dos quilombos.

Os jovens da comunidade igualmente integraram o conjunto de novas categorias analíticas trazidas ao longo do trabalho no terreno e representam um dos grupos sociais mais vulneráveis aos problemas da falta de trabalho nos quilombos, utilização de drogas ilícitas e lícitas, e a evasão escolar. O tema merece particular atenção, não apenas pelas condições atuais da juventude quilombola, mas sobretudo pela necessidade de ações preventivas ao considerarmos o futuro das crianças.

Ainda que o êxodo dos jovens das comunidades provoque algum desequilíbrio sobre aqueles contextos, é preciso entender que as identidades culturais são cíclicas, estão sempre em processo em um determinado contexto. Ao mesmo tempo, que esses jovens podem partilhar de outros modos culturais, sem desprezarem a tradição, a cultura e os valores apreendidos na comunidade. É o que Du Bois questionava, “o que é isso entre nós que constitui um laço que sou mais capaz de sentir do que de explicar?” (Appiah, 1997). Esse laço é sentido, transportado e move gerações a manterem suas relações intrínsecas com suas comunidades de origem independente do lugar onde se vive.

As crianças serão futuros jovens quilombolas, mas devem ser protagonistas pela sua condição presente. Embora confrontados em diversas entrevistas no terreno pela concordância da comunidade em olhar a criança no futuro, somos veementes e

convictos de que é na condição presente o melhor tempo - espaço de se garantir os direitos das crianças quilombolas.

Assim, uma política baseada em direitos humanos requer cooperação entre os diferentes níveis de desenvolvimento da política, mas sobretudo uma estrutura holística e integrada para enfrentar as disparidades na realização dos direitos da criança. A diversidade dos contextos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais dos países pressupõe, para garantir o acesso aos serviços básicos dos direitos fundamentais, que é preciso um amplo e profundo conhecimento destes contextos, e quiçá o que se propõe é o reconhecimento e redistribuição, em determinadas culturas “invisíveis” nas políticas sociais e no acesso aos direitos.

Arrisca-se afirmar que é preciso oferecer às crianças que convivem em contextos “diferentes” e multiculturais, nomeadamente comunidades tradicionalmente constituídas e quase sempre em situação de exclusão social, a oportunidade de desfrutarem de sua herança cultural e nela crescerem, podendo escolher entre permanecer nela ou não. Mas isto se torna impossível se não lhe forem dadas as condições necessárias de crescimento e desenvolvimento saudável.

No que concerne a criança quilombola, o facto de ser criança, ser criança negra e ser criança do meio rural é a oportunidade de desenvolvimento de políticas transgressoras, inovadoras e que busquem nas diferenças, os elementos necessários para a sua consolidação. Não queremos que a visibilidade da criança quilombola seja uma dimensão meramente processual, burocrática ou académica. Queremos instrumentos de transformação das relações hegemónicas raciais na sociedade e que essa criança deixe de ser uma “qualquer criança negra” para o ocupar o lugar que por direito lhe é assegurado.



## Referências Bibliográficas

- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux J. P., Maroy, C., Ruguoy, D., Georges, P. S. (1997). A análise qualitativa de entrevistas. In *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. (L. Baptista, trad.). Lisboa, Portugal: Gradiva (obra original publicada em 1995).
- Almeida, A. W. B. (2008). Os movimentos sociais. In *Terras tradicionalmente ocupadas* (2ª ed). Manaus: PGSCA - UFAM, pp. 80-96.
- Alves-Mazzoti, A. J. (2002) Repensando algumas questões sobre o trabalho infante – juvenil. In *Revista Brasileira de Educação*, 19, pp. 87-98.
- Anjos, R. S. (2009). *Quilombos: geografia africana – cartografia Étnica Territórios Nacionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. pp. 87- 105.
- Appiah, K. A. (1997). *Na casa de meu pai – a África na filosofia da cultura*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, Brasil: Contraponto. p. 25.
- Àries, P. (1988). *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. (M. Serras Pereira e Ana Luísa Faria, trad.) Lisboa: Relógio d'Água (obra original publicada em 1949) pp. 170-198.
- Arruti, M. (2009). Políticas Públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In M. Paula & R. Heringer( Org.). *Caminhos Convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, Action Aid, pp. 75-110.
- Augé, M. (1975). *Os domínios do parentesco*. Lisboa: Edições 70. p.15
- Ayres, G. M. J. & Souza, E. M. (não publicado) *Elaboração de Relatório Preliminar sobre a Situação da Infância e Adolescência Quilombola no Brasil*.
- Ballestrin, L. (2010). Associativismo transnacional: uma proposta analítico – conceitual. *Revista de Sociologia Política*, 35 (1), 41-54.
- Bell, J. (2005). *Doing your research project: A guide for first-time researchers in education, health and social science*. Inglaterra: Open University Press. (4ª edição) p.10.
- Belloni, M. L. (2009). *O que é sociologia da infância*. São Paulo: Editora Autores Associados. pp. 1-32.
- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1986). *Dicionário de Política*. (VIII, 2ªed.). Brasília: Editora Universitária de Brasília.
- Bourdieu, P. & Passeron, J. C. (1978). *A reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino*. (C. Perdião Gomes da Silva, trad.). Lisboa: Editorial Vega.

- Brighenti, A. (2007). Visibility: A category for the social sciences. *Current Sociology*, Vol. 55(3), 323-342.
- Castells, M. (2003). O poder da identidade. In *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 2. (A. Lemos, trad.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Cohn, C. (2003). *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Corsaro, W. (2011). *Sociologia da Infância* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Costa, A. (2007). *O preço da sombra – sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo*. Coleção: Primitivos e Modernos. Lisboa, Portugal: Livros Horizontes.
- Couto, C. F. (2010). *Incerteza, adaptabilidade e inovação na sociedade rural da Ilha de Santiago de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: FCT. pp. 250-264.
- Elias, N. (1993). *A sociedade dos indivíduos*. (M. Matos trad., 1ª ed.) Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Fazzi, R. C. (2004). *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 89-134.
- Fernandes, N. (2009). *Infância, direitos e participação: representações, práticas e poderes*. Lisboa: Edições Afrontamento, pp. 26-90.
- Flick, U. (2009) *Introdução à pesquisa qualitativa*. (J. E. Costa trad.). (3ªed.). Porto Alegre, Brasil: Artmed Editora.
- Florêncio, F. & Dias, A. M. et al. (2010). *Vozes do universo rural: reescrevendo o estado em África*. Lisboa: Gerpress, pp. 6-32.
- Fredrickson, G. (2002). *Racismo – uma breve história*. (M. Ramalheite trad.) Porto: Campo das Letras, p. 158.
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas* (1ª ed.). Rio de Janeiro: LTC editora S.A., pp.4-12 (obra original publicada em 1926).
- Giddens, A. (2009). *Sociologia*. (A. Figueiredo, A. D. Baltazar, C. L. Silva, P. Matos & V. Gil, trad.). (7ªed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gilroy, P. (1999). *The black Atlantic: modernity and double consciousness*. London: Verso
- Gomes, N. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In *Educação Anti – Racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03*. Brasília: SECAD.

- Gomes, L. C. B. (2009). *Justiça seja feita: Direito quilombola ao território*. Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Gusmão, N. M. (1994). *Terra de mulheres: identidade e Género em um bairro rural negro*. Rev. Hist. São Paulo, nº 129-131. Recuperado em 20 Setembro, 2011, de <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83091994000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091994000100007&lng=pt&nrm=iso)>.
- Gusmão, N. M. (1999). *Da antropologia e do direito: impasses da questão negra no campo*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, pp. 145.
- Hall, S. (1994). *Identidade cultural e diáspora*. (R. Fróes & L. Fróes, Trad.). Revista do Património Histórico e Artístico Nacional nº25. Brasília: IPHAN, pp. 68–75. (obra original publicada em Colonial Discourse and Post-colonial Theory). Nova York: Columbia University Press.
- Hasenbalg, C. (2005). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. (P. Burglin trad). (2ª ed.) Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Henriques, R. (2001). *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Hespanha, P. (1996). *Sociologia rural e urbana: temas e problemas*. Coimbra: FEUC,
- Rizzini, I. (2002). *A criança e a lei no Brasil – Revisitando a história (1822-2000)*. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária.
- Rocha, A. S. & Kriegel, B. (2001). *Justiça e Direitos Humanos*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho.
- Rosemberg, F. (1985). *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global Editora, p.84
- Iturra, R. (1990). *Fugirás à escola para trabalhar a terra: ensaios de Antropologia Social sobre o insucesso escolar*. Lisboa: Escher, publicações. pp.43-50.
- Macedo, D. J. S. (2008). *O currículo escolar e a construção da Identidade Étnico – racial da criança e do adolescente quilombola: um olhar reflexivo sobre a auto – estima*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia, Bahia.
- Mayos, G. (1995). *Hegel – Vida, pensamento e obra* (Vol. II, pp. 116-123). (Coleção Grandes Pensadores). Lisboa: Agostini.
- Ministério do Desenvolvimento Social (2008). *Políticas sociais e Chamada Nutricional Quilombola: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

- Moura, C. (1993). *Quilombos: Resistência ao escravismo*. (3ªed.) São Paulo: Ática, pp. 05-61.
- Munanga, K. (2005). *Superando o Racismo na escola*. (org). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (2ª edição revisada). p.15.
- Nunes, A. (1999). *A sociedade das crianças A'uwe-Xavante. Por uma antropologia da criança*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Nunes, B. F. (2003). *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília: Editora UNB.
- OSCIP Imagem da Vida (2009). *Kalunga Casamance: olhares cruzados - regards croisés*. São Paulo: Basaglia.
- Priore, M. (1999). O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In M. Priore (Org.) *História das Crianças no Brasil* (6ªed., pp. 84-106). São Paulo: Contexto.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 37 (1) pp. 37-38.
- Qvortrup, J. (1998). *A infância na Europa: novo campo de pesquisa social*. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, pp.1-15.
- Ramirez, F. O. (1993) Reconstrucción de la infancia: Extensión de la condición de persona y ciudadano [Versão eletrónica], *Revista Iberoamericana de Educación* (1), pp.197-220. Recuperado em 04 de Junho, 2011, de <http://www.oei.es/oeivirt/rie01a07.htm>
- Santos, B. S. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-31.
- Santos, B. S. (2004). Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In B. S. Santos (org.) *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 19-51.
- Santos, B. S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática,]. (Volume IV, pp. 13-43. Porto: Edições Afrontamento.
- Sarmiento, M. J. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In M. J. Sarmiento & A. B. Cerisara (Orgs.). *Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*. (pp. 9-34). Porto: edições Asa.
- Sarmiento, M. J., Fernandes, N. & Tomás, C. (2007). Políticas Públicas e participação infantil. *Revista Educação, Sociedade & Culturas* (nº 25, pp. 183-206).

Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2010a). *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico – Raciais*. Brasília: SECAD, pp.215-225.

Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2010b). *Yoté: O jogo da nossa história – Livro do professor*. Brasília: SECAD.

Soares, E. G. (2008). *Do quilombo à escola: os efeitos nefastos das violências sociais silenciadas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Tomás, C. & Soares, N. (2004). O cosmopolitismo infantil: uma causa (sociológica) justa. *Anais do V Congresso Português de Sociologia*, Braga, Portugal.

Wieviorka, M. (2002). *A diferença*. (M. S. Pereira trad.). Lisboa: Fenda (obra original publicada em 2001).

### Sites eletrônicos:

Conselho Nacional de Justiça (2010). *Relatório preliminar sobre a situação dos conflitos fundiários Rurais no Brasil*. Recuperado em 20 Setembro, 2011, de <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/7618:cnj-faz-mapeamento-de-conflitos-fundiarios-no-brasil-para-dar-suporte-a-politicas-publicas>.

### Legislação

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1998). Brasília. Recuperado em 20 Setembro 2011, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm).

*Lei nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003*. Dispõe sobre os procedimentos de titulação das terras quilombolas. Recuperado em 10 de Setembro, 2011, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)

*Lei nº 10.639, de 2003*. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro – brasileira. Recuperado em 20 de Setembro, 2011, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)

*Lei nº 8.069, de 13 de Junho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Recuperado em 10 de Setembro, 2011, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

### Documentos internacionais

Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (1973). Recuperado em 20 Setembro 2011, de [http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10231.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10231.htm)

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (1989). Convenção sobre Povo Indígenas e Tribais. Recuperado em 20 Setembro, 2011, de <http://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>

Declaração de Genebra de 1924 (1959). Recuperado em 15 de Setembro 2011, de <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html>

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Recuperado em 10 de Setembro 2011, de [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)

# ANEXOS

**Índice - Anexos**

<b>Anexo – 01</b> O lugar da infância na organização social numa perspectiva histórica:.....	121
<b>Anexo – 02</b> Caracterização da Comunidade Ivaporunduva .....	125
<b>Anexo – 03</b> Caracterização da Comunidade Conceição das Crioulas .....	127
<b>Anexo – 04</b> Modelo de análise (guião das entrevistas).....	128
<b>Anexo – 05</b> Roteiro e localização - pesquisa de campo .....	131
<b>Anexo – 06</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistada N. A.....	132
<b>Anexo – 07</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistada E. P.....	133
<b>Anexo – 08</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistada D. B. ....	134
<b>Anexo – 09</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistada M. O. ....	135
<b>Anexo – 10</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistado B. S. ....	136
<b>Anexo – 11</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistado O. M. ....	137
<b>Anexo – 12</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistado A. M. ....	138
<b>Anexo – 13</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistada AP. M. ....	139
<b>Anexo – 14</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistado E. A. ....	140
<b>Anexo – 15</b> Sinopse descritiva das entrevistas / entrevistada L. S. ....	141
<b>Anexo – 16</b> Descrição da pesquisa de campo .....	142
<b>Anexo – 17</b> Carta de Princípios da Educação Escolar Quilombola .....	148
<b>Anexo – 18</b> Carta das Crianças, Adolescentes e Jovens Quilombolas .....	150
<b>Anexo – 19</b>	
Gráfico A: Perfil da comunidade / Chamada Nutricional Quilombola .....	155
Gráfico B: Perfil da comunidade / Chamada Nutricional Quilombola.....	155
Gráfico C: Perfil da comunidade / Chamada Nutricional Quilombola .....	156
Gráfico D: Déficits nutricionais quilomboas e outras populações infantis / Chamada Nutricional Quilombola.....	156
Gráfico E: Cobertura serviços públicos / Chamada Nutricional Quilombola.....	157
Gráfico F: Frequência e percentuais do número de refeições/ Chamada Nutricional Quilombola.....	157
<b>Anexo – 20</b> Imagens do livro infantil: “Banzo, Tronco e Senzala” (1999).....	158
<b>Anexo – 21</b> Anexos eletrônicos <sup>41</sup> .....	

<sup>41</sup> Os anexos eletrônicos estão disponíveis em CD (*Compact Disc*), e correspondem ao quadro sinopse das entrevistas e imagens da pesquisa de campo.



## **Anexo 01:**

### **O lugar da infância na organização social numa perspetiva histórica**

Embora sempre exista o perigo de não se conseguir abordar o tema com rigor e profundidade, arrisca-se nesta secção uma incursão na história social ocidental da criança, nomeadamente na idade medieval e na modernidade, épocas fulcrais na compreensão da (in) visibilidade da infância na sociedade. A presente secção buscou abranger uma análise essencialmente histórica, baseada na descrição do percurso da construção da conceção de infância, e, posteriormente, nas consequências das mudanças na modernidade ocidental, em especial no campo do direito internacional, que alterou radicalmente o lugar ocupado pelas crianças na sociedade.

As conceções sobre a infância e o seu papel variam muito com o tempo e o espaço, uma característica própria da história da humanidade. Por isso, falar da criança enquanto sujeito de direitos, torna-se despropositado, sem antes contextualizar e assinalar, ainda que brevemente, o percurso pelo qual a criança foi sendo considerada enquanto ser humano.

Para tanto, numa apresentação breve e mesmo antes de apresentar alguns dos instrumentos normativos dos direitos humanos relativos aos direitos da infância numa perspetiva de justiça global, aborda-se o tema das conceções de infância no antigo regime, nomeadamente entre os séculos X e XVII, com base na obra de *Philippe Áries* “*A criança e a vida familiar no Antigo Regime*”. Embora esta obra se refira ao modo da vida familiar europeia, tais conceções serão essenciais no entendimento das violações dos direitos da criança no passado e no presente e, conseqüentemente, na explicação da necessidade de um instrumento normativo universal na idade contemporânea.

A história social da infância desde os finais do século X ao início do século XVII mostra que não existia uma conceção da infância tal como hoje partilhamos, nem um papel específico para esse grupo etário. A sociedade enxergava os “infantes”<sup>42</sup> como mini adultos (*homúnculos*<sup>43</sup>), parte de uma construção histórica social do olhar dos adultos sobre as crianças, que eram concebidas como um instrumento de distração e

---

<sup>42</sup> “Meúdos”, “ingênuos”, “infantes”, são expressões comumente utilizados nos documentos históricos sobre a vida social na América portuguesa. Ver também: Mary Del Priore (2008).

<sup>43</sup> Seres humanos minituarizados, que precisavam de cuidados e protecção por sua condição imperfeita ver também (Áries, 1973; Pollock, 1983; Becchi e Julia, 1998; Heywood, 2002).

divertimento para os adultos que passavam a ocupar-se delas e observá-las, o que lhes dava prazer e alegria (sentimento da criança – brinquedo). Parte também da origem do próprio termo “infância”, proveniente do latim “Infante”, que significa sem fala “ (...) *Por não falar, a infância não se fala e não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. (...) Por isso é sempre definida por fora*” (Lajolo, 1997, p. 226)<sup>44</sup>.

A partir dos sete anos de idade, as crianças eram vistas como úteis à sociedade e, por isso, poderiam exercer funções “produtivas”, como o trabalho a par dos pais, a participação em guerras e até de reprodução. Para além disso, assiste-se ao aumento da prática de crimes contra as crianças, como o infanticídio, severamente punido mas tolerado e praticado frequentemente pelas famílias.

O surgimento do Renascimento e do Iluminismo na Europa vem acompanhado de um modo particular de como a infância passou a ser percebida, denominado como o “Modo Pedagógico” de encarar a infância (Mota, 2004). Com a repugnância por parte de educadores e moralistas do século XVII da concepção da criança como brinquedo, vê-se nascer uma nova perspetiva sobre a infância no interesse psicológico e a preocupação moral (ARIÈS, 1988).<sup>45</sup>

Deste modo, emergem instâncias públicas de socialização das crianças, nomeadamente, a partir do alargamento e democratização da educação, com Pestalozzi (1746-1827), da transformação da “pedagogia” como “política” em Rousseau (1712 – 1778) e, posteriormente, da escolarização obrigatória e da institucionalização educativa da infância. Assim, é dado lugar a um conjunto de novos saberes sobre as crianças, originando novos elementos de estudos, como a preocupação com a higiene e saúde física, a psicologia (Piaget, Freud, Erikson, Jung), a educação (Montessori, Pestalozzi) e os cuidados médicos especializados (pediatria). Os aspectos fundamentais que balizam o material de Montessori, envolvem a liberdade e respeito pela criança, a

---

<sup>44</sup> Na obra de *Philippe Ariès*, são apresentados aspectos fundamentais de uma sociedade medieval, marcada pela indiferença sobre o que é *ser criança* e o que é *ser adulto*. O que resultava na dominação tirana dos pais sobre as crianças, que mesmo sem as condições biológicas e psíquicas necessárias, exerciam actividades laborais.

<sup>45</sup> Os pedagogos, a partir dos textos produzidos no século XVI e XVII, repletos de observações psicológicas sobre a criança, passam então a reconhecer na infância um período normal do desenvolvimento humano. É a partir deste período que se iniciam as primeiras mudanças significativas no campo da infância, retirando as crianças parcialmente do lugar invisível que até então ocupavam.

construção de ambientes atrativos e esteticamente belos e a promoção da auto educação.

O aparecimento de novos saberes sobre a infância, atenuou sua condição de invisibilidade, fortemente estabelecida ao longo dos séculos, e ofereceu-lhes a oportunidade de ocupar um lugar próprio na sociedade. Contudo, isso não foi suficiente para refutar o estado de “objecto” dos “infantes”, aprisionados em sua própria condição etária e por isso, até então, “naturalmente” excluídos do exercício dos direitos públicos por não terem idade adequada para os exercer.

Ao longo dos séculos, as concepções sobre as crianças foram sofrendo as transformações societárias, decorrentes do processo de mudança no modo como essa fase específica passou a ser concebida. No entanto, o modo como se construiu a história social da criança, feita essencialmente por adultos, negou-lhes possibilidade de autonomia sobre sua existência histórica. Exclusivamente na idade contemporânea, com o contributo das ciências e o advento dos direitos humanos, é que este quadro situacional começa a apresentar sinais de mudança. Não obstante, os adultos continuam a construir uma imagem da criança e do adolescente que corresponde, em muitos casos, às concepções das sociedades tradicionais.

#### *a) A criança na Idade Contemporânea*

No início da idade contemporânea, a sociedade conviveu com a revolução industrial que mudou radicalmente os modos de produção no mundo. Com a eclosão da Revolução Francesa (1789) e a génese do capitalismo global, assiste-se à expansão dos conflitos armados, aos avanços da técnica e da tecnologia e ao alargamento dos sistemas de globalização.

Nesta conjuntura, e a partir do acúmulo de saberes<sup>46</sup> produzidos acerca das crianças, é possível identificar um espaço social concreto destinado a reconhecer nos infantes sua condição de pessoa humana, salvaguardar um conjunto de necessidades das crianças e aliar educação e proteção na garantia de sobrevivência da infância. No

---

<sup>46</sup> Se na Idade Moderna, Rousseau propõe um modo mais pedagógico de encarar a infância, e Pestalozzi democratiza a educação e amplia as oportunidades de acesso às escolas, na Idade Contemporânea surge o “Modo Higienista ou Médico” de atender as crianças a partir de Maria Montessori, ( 1870 – 1952) (MOTA, 2004), médica, pedagoga e psicóloga. Durante o século XX, um conjunto de teóricos da psicologia fundamentaram análises sobre crianças e adultos, vinculadas aos temas do desenvolvimento cognitivo (Piaget), desenvolvimento afetivo (Freud), desenvolvimento psicossocial (Erikson) e Jung que considera dois estágios da vida “natura” e “ cultura”.

século XIX, com os contributos das ciências, em particular da pedagogia, da psicologia e da medicina infantil, nota-se claramente o surgimento de uma consciência colectiva sobre a realidade e o valor da infância (Fernandes, 2009). Estes aspectos compreendem o que viria mais tarde a resultar nas primeiras concepções de uma infância como sujeitos de direitos, em fase de desenvolvimento e, portanto, carentes de protecção social, multidisciplinar e integral<sup>47</sup>.

Não obstante, a inexistência do sentimento da infância no período anterior contribuiu para a continuidade da exploração física das crianças, executada em muitas das vezes pelos próprios pais. Nesta conjuntura, o Estado percebeu que os direitos dos pais sobre as crianças não são absolutos e que o Estado teria o direito de intervir para proteger as crianças (LANDSDOWN, 1944), sobretudo, em cenários de extrema vulnerabilidade social como é o caso das guerras e conflitos armados. A sociedade natural baseada na família, clã e tribo, para Rousseau não era violenta, mas as suas instituições eram frágeis. Ainda que a família seja reconhecida pelo direito, ao longo do tempo, apresenta-se de grande fragilidade na capacidade de protecção para seus membros.

Os impactos causados pelas guerras<sup>48</sup> violam todos os direitos da pessoa humana, aumentam significativamente a condição de vulnerabilidade da infância e deixam efeitos devastadores em suas vidas, como situações de escravidão, solidão, desnutrição, exploração, abandono. Isto, porque a guerra atinge as crianças, seja pela morte<sup>49</sup> de milhares delas nos campos de batalha, seja pela desestruturação das famílias refugiadas. Em ambas as circunstâncias, as crianças tornam-se “vítimas, e ao mesmo tempo, protagonistas da guerra, envolvidas no ódio dos adultos”.

---

<sup>47</sup> As dimensões da protecção integral serão exploradas com rigor e propriedade na segunda parte desta secção.

<sup>48</sup> Numa base de dados da internet, indica-se que no mundo exista entre 200.000 e 300.000 crianças soldados, sendo a Colombia é um dos países que ainda mantém sistemas de utilização das crianças em guerras civis até aos dias atuais.

<sup>49</sup> Segundo a ONU, nos últimos dez anos morreram em guerra dois milhões de crianças e quatro milhões ficaram gravemente incapacitadas.

**Anexo 02:****Caracterização da Comunidade Ivaporunduva (São Paulo):**

A comunidade quilombola de Ivaporunduva encontra-se situada no Vale do Ribeira<sup>50</sup>, no município de Eldorado, Estado de São Paulo. É uma comunidade de pequena dimensão, composta por cerca de 400 moradores, numa média de 80 famílias.

As comunidades do Vale do Ribeira formaram-se a partir da permanência dos escravizados libertos, que trabalhavam na mineração durante o século XVIII. Segundo relatos orais da comunidade, a região do município de Eldorado possuía muito ouro e, por isso, no século XVII intensificou-se o povoamento da região. Segundo Alves (2011), a região era tão rica que, durante as festas tradicionais, as escravas apareciam com os cabelos dourados devido ao pó de ouro. No início do século XVIII a produção de ouro diminuiu e, com o declínio da actividade de mineração, os escravos foram libertos mesmo antes da abolição da escravatura. Alguns registos no Livro do Tombo, da paróquia local, dão conta da existência de uma senhora chamada Joana, portuguesa, que vindo de Minas Gerais, trouxe para o Vale do Ribeira um grupo de escravos para trabalhar na mineração e mandou que construíssem uma igreja e uma casa para a sua moradia. A comunidade do vale do Ribeira mantém elementos de sua cultura tradicional, incluindo festa típica para padroeiro, à qual tivemos a oportunidade de participar.

Do ponto de vista económico, a renda das famílias origina-se prioritariamente da agricultura de subsistência, por meio do plantio da mandioca, milho, arroz, feijão, verduras, legumes. Contudo, o processamento da banana é uma das fontes de renda mais importantes da comunidade. Na época da realização desta pesquisa de campo, a comunidade encontrava-se em fase de implementação de uma fábrica de processamento da banana. A partir do cultivo da banana, a comunidade produz

<sup>50</sup> Ao todo, 51 comunidades quilombolas estão situadas no Vale do Ribeira. Mas nem 20% deste total, possuem titulação de suas terras. As principais comunidades são:

variedades alimentícias e produtos artesanais. Outra atividade econômica bastante presente é o turismo, por se situarem na região da Mata Atlântica, no território do Parque Estadual de Jurupará, Intervales e Carlos Botelho.

Em relação aos equipamentos públicos identificados, a comunidade possui uma escola primária, que atende crianças da Educação Infantil e Ensino fundamental, compreendendo a pré - escola até à 4ª série. Algumas turmas ainda mantêm sistema multiseriado. Outro equipamento de atendimento público presente é a Unidade de Saúde, com atendimentos uma vez por semana. E por fim, desde 2010, Ivaporunduva beneficiou-se da construção de uma ponte de acesso à comunidade, dadas as dificuldades de acesso situadas na beira do Rio Iguape.

## **Anexo 03**

### **Caracterização da comunidade Conceição das Crioulas (Pernambuco):**



A comunidade Conceição das Crioulas está situada no município de Salgueiro, no estado de Pernambuco, na região nordeste brasileira. Através de relatos orais das pessoas mais velhas da comunidade, conta-se que em meados do século XVIII, seis negras livres chegaram à região e arrendaram uma área de três léguas em quadra (1 légua = 6km). Com a produção e fiação do algodão que vendiam na cidade de Flores (PE), elas conseguiram pagar a renda e conquistaram o direito à posse das terras. Mais tarde, os homens chegaram a comunidade. O primeiro foi um fugitivo de guerra, por nome de Francisco José. Ele trouxe consigo a imagem de Nossa Senhora da Conceição e, ao encontrar-se com as crioulas, todos juntos, resolveram construir uma capela para a imagem e torná-la padroeira. Portanto, o nome da comunidade tem origem na padroeira e protetora dos primeiros moradores.

Conceição é uma comunidade de grande porte, constituída por pequenas vilas, que somadas representam cerca de 2.000 pessoas. Do ponto de vista da economia da comunidade, nota-se a presença da agricultura de subsistência, mas em menor escala se comparada à comunidade de Ivaporunduva. Isso é devido às condições geográficas e ao clima da região, tendo em vista que Conceição está localizada numa zona agreste. As famílias mantêm formas de cultivo com base na agricultura biológica e formas tradicionais de cultivo do solo, com a ajuda de agrônomos e especialistas. Contudo, ainda que não tenhamos dados, mas por relato dos moradores, boa parte da população, principalmente os mais jovens, trabalha na cidade, embora outros tenham migrado, para outras regiões principalmente o estado de São Paulo.

Em relação aos equipamentos públicos presentes na comunidade, tem-se uma escola primária, que atende alunos do Ensino Fundamental, da 1ª série até a 8ª série. E como modelo e inédito no Brasil, Conceição será futuramente a primeira comunidade a ter uma escola de ensino médio nesse território. Além da escola, identificamos a presença do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) voltado para crianças e adolescentes até aos 14 anos, e um posto de saúde para atendimentos de consulta.

<b>Grelha de análise – entrevistas mães</b>				
<b>Dimensão subjectiva para a compreensão da invisibilidade da infância quilombola</b>				
	<b>Dimensão</b>	<b>Conceitos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Questões</b>
<b>A.</b>	Informações sobre o agregado doméstico:		a.1 Situação educacional dos membros da família, (dimensão objectiva, categoria particular).	a1) A senhora tem filhos? Com que idade? Seus filhos estão na escola? Em que série? Quadro agregado doméstico: grau de instrução,
		Família (reprodução / produção)	a.2 Situação laboral dos membros da família,	a2) Quadro agregado doméstico: parentesco, sexo, idade, estado civil, profissão/ocupação, outros dados.
		Tempos livres	a.3 Rotina da vida quotidiana dos/as filhos/as,	a3) Que tipo de actividades seus filhos costumam fazer durante o dia?
<b>B.</b>	Participação das mulheres / liderança feminina (movimento social)	Liderança feminina	b.1 Tipologia das funções desempenhadas na comunidade,	b1) Exerces algum papel/função de liderança na comunidade? Qual?
		Movimento social	b.2 Caracterização das actividades de liderança e outras actividades exercidas na comunidade,	b2) Que tipo de actividades costuma realizar na comunidade?
		Protagonismo	b.3 Prioridades no protagonismo das mulheres,	b3) Se pudesses mudar alguma coisa, que aspectos melhoraria na comunidade?
<b>C.</b>	Perspectivas maternas sobre a Infância quilombola	Brincadeiras / tempos livres	c.1 Descrição das brincadeiras das crianças,	c1) Quais são as brincadeiras que eles mais gostam?
			c.2 Panorama situacional das crianças quilombolas, (foco na educação),	c2) O que pensas sobre a situação da educação, saúde, das crianças da comunidade hoje em dia? Achas que as crianças tem boas condições de crescerem de maneira saudável na comunidade?
		Identidade	c.3 Percepções sobre ser criança negra no meio urbano e criança negra no meio rural,	c3) Achas necessário as crianças saírem da comunidade para estudar? Teriam melhores condições de vida? Por quê? Acreditas que as crianças que vivem em quilombos são iguais as crianças negras que vivem na cidade? Por quê?
		Trabalho Família (produção)	c.4 Trabalho infantil,	c4) As crianças na comunidade exercem algum tipo de actividade laboral? Qual? Como? Com quantos anos em média uma pessoa começa a trabalhar?
		Profissão	c.5 Futuro “profissional” das crianças,	c5) A senhora se preocupa com o futuro profissional dos seus filhos? O que gostaria que eles fossem no futuro?
		Sucesso	c.6 Profissões de “sucesso”,	c6) Quais as referências, o modelo de profissional de sucessos que pensas existir?
		Lugar	c.7 O lugar da criança na comunidade,	c7) Qual a importância das crianças para a comunidade? Porquê?

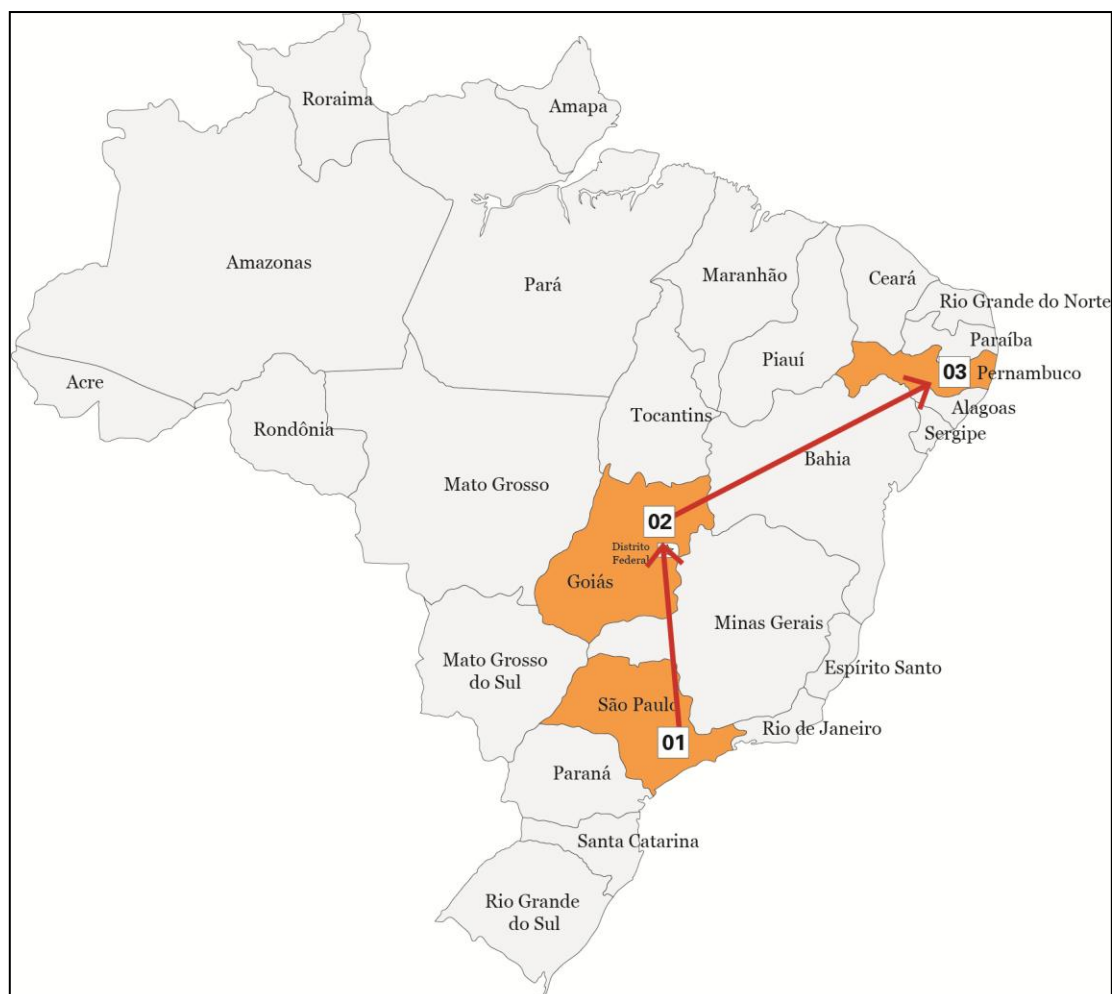


<b>Grelha de análise – entrevistas professores</b>			
<b>Dimensão subjectiva para a compreensão da invisibilidade da infância quilombola</b>			
	<b>Dimensão</b>	<b>Categorias</b>	<b>Questões</b>
<b>A.</b>	A escola	a.1 Dados quantitativos	a1) Quantas escolas existem na comunidade? Quantas crianças estudam na escola actualmente? Quantos funcionários trabalham na escola actualmente? Quais as séries presentes na escola? As crianças que já terminaram o ensino primário têm oportunidade de estudar na comunidade?
<b>B.</b>	O estado e a educação	b.1 Qualidade do ensino	b1) Como avalias a qualidade do ensino das escolas da comunidade?
		b.2 O Papel do estado	b2) Acreditas que o Estado, oferece o suporte necessário para a formação e melhoria da educação nos quilombos?
<b>C.</b>	Relação escola e comunidade	c.1 Professores e a comunidade	c1) Os professores pertencem a comunidade? Têm formações
		c.2 Educação e o movimento social	c2) Acreditas que o tema da educação tem importância no movimento quilombola e nas associações?
		c.3 Estudar fora da comunidade	c3) Acreditas que estudar fora da comunidade ajuda ou atrapalha no crescimento da comunidade?
<b>D.</b>	Infra Estrutura e equipamentos	d. 1 Infra estrutura	d1) Como avalias as condições das escolas? Têm equipamentos, materiais?
		d.2 Merenda escolar	d2) Tem merenda todos os dias para as crianças?
<b>E.</b>	Actuação dos professores	e.1 Formação dos professores	e1) O que mudarias hoje sobre a educação para as crianças e adolescentes quilombolas?
		e.2 Melhoria na educação	e2) Se pudesse o que farias para melhorar a vida da comunidade?
		e.3 Disciplinas e conteúdos	e3) O que as crianças mais gostam de aprender na escola?
			Porque a educação é um tema importante?
e.4 Tempo livre das crianças	Que tipo de actividades as crianças e adolescentes da comunidade costumam fazer? Como ocupam seu tempo livre?		

<b>Grelha de análise – entrevistas representantes do movimento social</b>			
<b>Dimensão subjectiva para a compreensão da invisibilidade da infância quilombola</b>			
	<b>Dimensão</b>	<b>Categorias</b>	<b>Questões</b>
<b>A.</b>	Lideranças locais e nacionais no movimento social	a.1 Líder na comunidade / líder fora da comunidade	
		a.2 Função na comunidade	a2) Qual a sua função na comunidade como líder?
		a.3 Actividades como líder	a3) Que tipo de actividades costuma realizar como líder na comunidade?
		a.4 Tempo na liderança	a4) Há quanto tempo participas na comunidade como uma liderança?
		a.5 Dificuldades e desafios de um líder	a5) Hoje em dia é fácil actuar com líder?
<b>B.</b>	O lugar das crianças no movimento social	b.1 Principais temas / bandeiras / pautas / lutas políticas	b1) Como líder, que problemas são mais urgentes para serem resolvidos na comunidade? Por quê? b1) Quais são as principais pautas reivindicativas do movimento quilombola hoje?
		b.2 Situação das crianças	b2) Qual a sua opinião sobre a situação das crianças na comunidade hoje?
<b>C.</b>	Participação das mulheres	c.1 Participação das mulheres	c1) As mulheres costumam participar como líderes na comunidade?
		c.2 Propostas apresentadas em benefício às crianças	c2) As mulheres costumam apresentar propostas de políticas públicas para crianças?
<b>D.</b>	Políticas públicas e a socialização das crianças	d.1 Políticas públicas / equipamentos públicos	d1) Que tipo de equipamentos de serviços públicos, como postos de saúde, escolas etc. existem na comunidade?
		d.2 Políticas públicas	d2) Acreditas que as políticas públicas existentes na comunidade hoje são suficientes?

## Anexo 5:

### Roteiro e localização - pesquisa de campo - 2011



#### Legenda (locais das entrevistas):

01 – Comunidade Ivaporunduva  
Localização: Estado de São Paulo  
Período: Janeiro de 2011

02 – Ministérios (governo federal)  
Localização: Brasília – DF  
Período: Janeiro de 2011

03 – Comunidade Conceição das Crioulas  
Localização: Salgueiro / PE  
Período: Fevereiro de 2011

**Anexo 06:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Ivaporunduva****Entrevistada: N. A.**

**I Caracterização do entrevistado:** a entrevistada N. A. reside na comunidade quilombola Ivaporunduva, no município de Eldorado no Estado de São Paulo / Brasil. A entrevistada tem 30 anos, possui o ensino superior completo e trabalha na lavoura. É mãe de três filhos com idades de um, nove e catorze anos respectivamente. É casada, sendo o marido o responsável pelo transporte por canoa na comunidade. O marido possui o ensino fundamental incompleto. A entrevistada também participa como líder na associação da comunidade, desempenhando funções na secretaria da associação. A entrevistada também é cozinheira na pousada da comunidade, sendo responsável pela alimentação dos hóspedes uma vez por semana. Anteriormente, a entrevistada participou do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Composição do agregado doméstico – entrevistada A							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Mãe entrevistada	F	30	Casada	Ensino superior completo	Agricultora / lavoura e roça	
b)	Esposo	M	41	Casado	Ensino Fundamental incompleto	Funcionário público / canoeiro	
c)	Filho a.1	M	14	Solteiro	1ª Série Ensino Médio	Estudante	
d)	Filho a.2	M	09	Solteiro	4ª Série Ensino Fundamental	Estudante	
e)	Filho a.3	M	01	Solteiro			

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada na casa da mãe da entrevistada, em Fevereiro de 2011 e teve duração de cerca de uma hora. A entrevistada N. A., estava a cuidar do filho mais novo que brincava no chão e no final da entrevista, amamentou-o. A entrevista foi interrompida duas vezes, por pessoas da comunidade que circulavam na rua ou chegavam na casa para conversar com a entrevistada. No início a entrevistada estava um pouco nervosa, tímida e apreensiva em relação ao que seria perguntado, mas aos poucos ao ser esclarecida sobre os conteúdos da entrevista, sentiu-se mais a vontade. A entrevista foi gravada com o consentimento da entrevistada. A transcrição da entrevista realizada procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido.

**Anexo 07:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Ivaporunduva****Entrevistado: E.P.**

**I Caracterização do entrevistado:** a entrevistada E.P. reside na comunidade quilombola Ivaporunduva, no município de Eldorado no Estado de São Paulo / Brasil. A entrevistada tem 29 anos, possui o ensino superior completo e trabalha como artesã. É mãe de três filhos com idades de seis, oito e onze anos respectivamente. É casada, o marido é servidor público e trabalha na manutenção das ruas na comunidade. O marido possui o ensino médio completo. A entrevistada também participa na comunidade, desempenhando funções com venda do artesanato produzido. A entrevistada também trabalha com venda de roupas.

Composição do agregado doméstico – entrevistada B							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Mãe entrevistada	F	29	Casada	Ensino superior completo	Agricultora / lavoura e roça	
b)	Esposo	M	32	Casado	Ensino Fundamental incompleto	Funcionário público / canoieiro	
c)	Filho a.1	F	11	Solteiro	5ª Série Ensino Médio	Estudante/ artesão	Limpa a casa da vó
d)	Filho a.2	F	08	Solteiro	3ª Série Ensino Fundamental	Estudante/ artesão	Ocupação: limpeza da casa
e)	Filho a.3	M	06	Solteiro	1ª Série Ensino Fundamental	Estudante/ artesão	Trabalha na roça com o tio

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada na casa de um dos entrevistados em Fevereiro de 2011 e teve duração de cerca de uma hora. A entrevistada E. P., estava acompanhada dos filhos passaram o tempo a brincar com as crianças da vizinhança. A entrevista foi de muita cooperação por parte da entrevistada, haja vista que esta demonstrou ser uma pessoa com um nível de qualificação e conhecimento elevado, e muito expansiva nas respostas ofertadas. Desde do início da entrevista, a entrevistada esteve atenta as perguntas elaboradas e com grande entusiasmo para respondê-las. Embora em alguns momentos, a entrevistada tenha dispersado um pouco em relação às respostas oferecidas. A entrevista foi gravada com o consentimento da entrevistada. A transcrição da entrevista realizada procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido.

**Anexo 08:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas****Entrevistado: D. B.**

**I Caracterização do entrevistado:** a entrevistada D. B. reside na Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, no estado de Pernambuco / Brasil. A entrevistada tem 40 anos, possui a 8ª série completa e trabalha na roça e como artesã. É mãe de onze filhos com idades de vinte e quatro, dezanove, dezasseis, doze, nove, sete e quatro anos respectivamente e outros 04 filhos que vivem fora de casa. É casada, o marido é lavrador, trabalha na roça. O marido não possui escolaridade. A entrevistada também participa na comunidade, desempenhando funções na produção do artesanato.

Composição do agregado doméstico – entrevistada C							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Mãe entrevistada	F	40	Casada	8ª série Ensino Fundamental	Roça / artesã	
b)	Esposo	M	45	Casado	Analfabeto	Lavrador / roça	
c)	Filho c.1	M	24	Solteiro	Ensino médio	Desempregado	
d)	Filho c.2	M	19	Solteiro	Proj. Saberes da Terra	Roça / trabalho informal	
e)	Filho c.3	M	16	Solteiro	6ª Série Ensino Fundamental	Estudante / Roça / participa do PETI	
f)	Filho c.4	M	12	Solteiro	4ª Série Ensino Fundamental	Estudante / Roça / participa PETI	
g)	Filho c.5	M	09	Solteiro	2ª Série Ensino Fundamental	Estudante / Ajuda na roça	
h)	Filho c.6	M	07	Solteiro	2ª Série Ensino Fundamental		
i)	Filho c.4	M	04	Solteiro	Alfabetização		

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada na Associação Quilombola Conceição das Crioulas em Fevereiro de 2011 e teve duração de cerca de uma hora. A entrevistada D. B., demonstrou ser uma pessoa muito disponível e com vontade em contribuir com a pesquisa. Desde do início da entrevista, a entrevistada esteve atenta as perguntas elaboradas e com grande entusiasmo para respondê-las. Em alguns momentos, houve alguma dificuldade em compreender as respostas dadas pela entrevistada. A entrevista foi gravada com o consentimento da entrevistada. A transcrição da entrevista realizada procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido.

**Anexo 09:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas****Entrevistado: M. O.**

**I Caracterização do entrevistado:** a entrevistada M. E. reside na Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, no estado de Pernambuco / Brasil. A entrevistada tem 38 anos, possui o 2º ano Ensino Médio e trabalha como agente comunitária de saúde. É mãe de três filhos com idades de dezassete, quinze e onze anos respectivamente. É casada, o marido é agricultor, trabalha na roça. O marido não possui escolaridade. A entrevistada também já participou da Pastoral da Criança.

Composição do agregado doméstico – entrevistada D							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Mãe entrevistada	F	38	Casada	2º ano do Ensino médio	Agente comunitária de saúde	
b)	Esposo	M	49	Casado	Analfabeto	Agricultor	
c)	Filho d.1	M	17	Solteiro	Ensino Médio	Ajuda na roça	Vai estudar edificação civil
d)	Filho d.2	M	15	Solteiro	1º ano do Ensino Médio	Estudante / artesão	Percussionista
e)	Filho d.3	F	11	Solteira	5ª Série Ensino Fundamental	Estudante / serviço doméstico	

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada numa residência na própria comunidade em Fevereiro de 2011 e teve duração de cerca de uma hora. A entrevistada M. O. estava acompanhada de uma amiga, que faz alguns comentários ao longo da entrevista e estão destacados na transcrição. Percebe-se que a entrevistada tem grande entusiasmo em falar dos filhos. Uma das características das áreas rurais é a facilidade de encontros entre os moradores, por isso durante as entrevistas a entrevistada fez questão em apresentar os filhos que estavam circulando próximo do local da entrevista. Outras pessoas participaram como observadores da entrevista, nomeadamente moradores da comunidade, que com muito entusiasmo receberam a entrevistadora na residência. A entrevista foi gravada com o consentimento da entrevistada. A transcrição da entrevista realizada procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido.

**Anexo 10:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Ivaporunduva****Entrevistado: B. S.**

**I Caracterização do entrevistado:** o entrevistado B. S. reside na Comunidade Quilombola Ivaporunduva, no município de Eldorado, no estado de São Paulo / Brasil. O entrevistado tem 55 anos, possui o 1º ano do Ensino Médio e trabalha como monitor ambiental. É líder na comunidade, e realiza palestras sobre o Vale do Ribeira na comunidade. Ademais, consegue através de narrativas orais, contextualizar a história da comunidade. Também exerce actividades na agricultura como lavrador. E a única filha que ainda vive com o casal é adoptiva.

Composição do agregado doméstico – entrevistado E							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Líder entrevistada	M	55	Casado	1º ano do Ensino Médio	Lavrador	
b)	Esposa	F	50	Casada	Sem escolaridade	Lavradora	
c)	Filho e.l	F	13	Solteira	7º ano Ensino Fundamental	Estudante	

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada na residência do entrevistado em Janeiro de 2011 e teve duração uma hora e alguns minutos. O entrevistado B. S. estava acompanhada da esposa e da filha. O entrevistado tem um conhecimento histórico sobre a comunidade bastante amplo e preciso, muito em função de ter sido um dos primeiros moradores da comunidade. Toda a família do entrevistado vive na comunidade, o que possibilitou a criação de um forte laço de parentesco e rede de apoio entre os membros da família. O entrevistado também desempenha actividades de liderança, dentro e fora da comunidade, e está envolvido com outros movimentos sociais que lutam por causas semelhantes às causas do movimento quilombola, como o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Ao longo da entrevista, nota-se o envolvimento político do entrevistado com as necessidades dos quilombos. A entrevista foi gravada com o consentimento do entrevistado. A transcrição da entrevista realizada procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido.



**Anexo II:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Ivaporunduva****Entrevistado: O. M.**

**I Caracterização do entrevistado:** o entrevistado O. M. reside na Comunidade Quilombola Ivaporunduva, no município de Eldorado, no estado de São Paulo / Brasil. O entrevistado tem 39 anos, possui o Ensino Médio completo e trabalha como agricultor familiar. É líder na comunidade, e coordena no âmbito do movimento nacional quilombola o programa de Etnodesenvolvimento. Ademais, possui um vasto conhecimento sobre a actuação política do movimento.

Composição do agregado doméstico – entrevistado F							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Líder – entrevistado	M	39	Casado	Ensino superior incompleto	Agricultor familiar	Coordenador programa Etnodesenvolvimento
b)	Esposa	F	33	Casada	2º anos Ensino Médio	Agricultora familiar	
c)	Filho f.1	M	01	Solteiro			
d)	Irmão f.2	M	26	Solteiro	Ensino superior incompleto	Agricultor / monitor ambiental	

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada numa residência em Janeiro de 2011 e teve duração de cerca de uma hora. O entrevistado O. M. tem um vasto conhecimento sobre a actuação política do movimento quilombola, estando actualmente na coordenação de programas no âmbito do movimento nacional quilombola. O entrevistado também desempenha actividades de liderança, nomeadamente externa a comunidade, e está envolvido com outros movimentos sociais que lutam por causas semelhantes às causas do movimento quilombola, como o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Ao longo da entrevista, nota-se o forte envolvimento político do entrevistado com as necessidades dos quilombos. A entrevista foi gravada com o consentimento do entrevistado. A transcrição da entrevista realizada procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido.

**Anexo 12:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas****Entrevistado: A. M.**

**I Caracterização do entrevistado:** o entrevistado A. M. reside na Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, no estado de Pernambuco / Brasil. O entrevistado tem 58 anos, possui o Ensino Médio incompleto e trabalha como agricultor e soldador. É líder na comunidade, e participa do Sindicato dos Trabalhadores. É o actual e único candidato a assumir a coordenação da associação quilombola da comunidade de Conceição das Crioulas.

Composição do agregado doméstico – entrevistado F							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Líder – entrevistado	M	58	Casado	Ensino médio incompleto	Agricultor / soldador	Membro do sindicato dos trabalhadores
b)	Esposa	F		Casada	Pró mobral	Agricultora	Estuda no projecto Paulo Freire
c)	Filho f.1	M	17	Solteiro	6ª Série do Ensino Fundamental	Estudante / agricultura / roça	
d)	Filho f.2	M	13	Solteiro	3ª Série do Ensino Fundamental	Estudante / agricultura / roça	
e)	Filha (enteada) f.3	F	10	Solteira	3ª Série do Ensino Fundamental	Estudante	Ajuda na roça
f)	Filha f.4	F	06	Solteira	Alfabetização	Estudante	Ajuda a mãe

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada na residência do entrevistado em Fevereiro de 2011 e teve duração de cerca de uma hora. O entrevistado A. M. além de actuar como líder na comunidade, é membro e ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. O entrevistado também desempenha actividades de liderança, nomeadamente externa a comunidade, e está envolvido com outros movimentos sociais. Ao longo da entrevista, nota-se o forte envolvimento político do entrevistado com as necessidades dos quilombos e a referência familiar no trabalho desempenhado como liderança comunitária, haja vista que seu pai foi o primeiro líder na comunidade. A entrevista foi gravada com o consentimento do entrevistado. A transcrição da entrevista realizada, procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido. Não obstante, foi omitido as referências a nomes de pessoas, sendo em alguns casos, substituídos por nomes fictícios.

**Anexo 13:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas****Entrevistada: AP. M.**

**I Caracterização do entrevistado:** a entrevistada reside na Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, no estado de Pernambuco / Brasil. A entrevistada tem 40 anos, possui o Ensino Médio e trabalha como coordenadora de projectos na associação da comunidade. É líder na comunidade, responsável pelos projectos realizados na comunidade e na representação da comunidade no movimento nacional.

Composição do agregado doméstico – entrevistado F							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Líder – entrevistada	F	40	Divorciada	Ensino médio completo	Coordenadora de projectos	Coordenadora na Associação Quilombola
b)	Filha g.I	F	20	Solteira	Ensino médio completo	Estudante - história	Participa projectos de juventude na comunidade

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada na sede da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, em Fevereiro de 2011 e teve duração de cerca de uma hora. A entrevistada AP. M. actua como líder na comunidade, desempenha actividades de liderança dentro da comunidade e na esfera externa em articulação com o movimento social nacional. Ao longo da entrevista, nota-se o forte envolvimento político da entrevistada com as necessidades dos quilombos e articulação com outras entidades do movimento quilombola. A entrevista foi gravada com o consentimento da entrevistada. A transcrição da entrevista realizada procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido. Não obstante, foi omitido as referências a nomes de pessoas, sendo em alguns casos, substituídos por nomes fictícios.

**Anexo 14:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Ivaporanduva****Entrevistado: E. A.**

**I Caracterização do entrevistado:** o entrevistado E. A. reside na Comunidade Quilombola Ivaporanduva, no município de Eldorado, no estado de São Paulo / Brasil. O entrevistado tem 28 anos, possui o ensino superior completo e trabalhou como professor na comunidade. Actualmente é estudante de mestrado em educação em São Paulo e membro da diretoria da associação. Sua área de investigação recai sobre a educação quilombola, nomeadamente a construção de uma educação diferenciada como fortalecimento da identidade quilombola.

Composição do agregado doméstico – entrevistado F							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Professor – entrevistado	M	28	Casado	Ensino superior completo	Professor / estudante	
b)	Esposa	F	25	Casada	Ensino superior completo	Actividades domésticas	
c)	Filho f.I	M	01				

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada na residência do entrevistado em Janeiro de 2011 e teve duração de cerca de uma hora. O entrevistado E. A. tem um vasto conhecimento sobre educação quilombola, estando actualmente a desenvolver investigação sobre o tema. O entrevistado também desempenha actividades de liderança, como membro da direcção da associação na comunidade. A entrevista foi gravada com o consentimento do entrevistado. A transcrição da entrevista realizada procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido.

**Anexo 15:****Sinopse descritiva das entrevistas****Local: Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas****Entrevistado: L. S.**

**I Caracterização do entrevistado:** a entrevistada L. S. reside na Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, no estado de Pernambuco / Brasil. A entrevistada tem 43 anos, possui grau de especialização e trabalha como professora no projecto “ Saberes da Terra”. É mãe de três filhos com idades de vinte e um, dezanove, quinze anos respectivamente. É separada, o marido é trabalha como mecânico na comunidade.

Composição do agregado doméstico – entrevistada I							
	Parentesco	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de instrução	Profissão/ocupação	Outros dados
a)	Professora - entrevistada	F	43	Separada	Especialização	Professora	
b)	Esposo	M	60	Separado	Proj. Saberes da Terra	Lavrador / roça	
c)	Filho I.1	M	21	Solteiro	Ensino médio	Trabalho informal / roça	
d)	Filho I.2	M	19	Solteiro	Ensino médio	Trabalho informal	
e)	Filho c.3	F	15	Solteiro	2º Ano Ensino Médio	Estudante	Participa curso de informática

**II Condições de realização da entrevista:** a entrevista foi realizada na casa da entrevistada em Fevereiro de 2011 e teve duração de uma hora. A entrevistada L. S., demonstrou ser uma pessoa muito disponível e com vontade em contribuir com a pesquisa. Desde do início da entrevista, a entrevistada esteve atenta as perguntas elaboradas e com grande entusiasmo para respondê-las. A entrevistada tem uma formação avançada na área do ensino e da pedagogia, com um acúmulo de conhecimento sobre educação quilombola bastante diversificado, desde do campo da política e legislação até o campo prático. A entrevista foi gravada com o consentimento da entrevistada. A transcrição da entrevista realizada procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido.

## **Anexo 16:**

### **Anotações – pesquisa de campo**

#### ***O início da pesquisa:***

Inspirada em relatos de pesquisas de terreno utilizando métodos de observação participante de diferentes autores, em particular, a experiência de Estanque (2000) numa fábrica de calçados, resolvi iniciar este diário de campo, também expondo as hesitações, dúvidas e sentimentos com que fui debatendo ao longo desta experiência de preparação e de actividade no terreno



Conceição das Crioulas / Foto: Beatriz

propriamente dita. Inicialmente, gostaria de ressaltar os motivos pessoais e académico – profissionais, os quais justificam as opções tomadas nesta pesquisa. Embora esta seja a minha primeira experiência de pesquisa académica em e com comunidades quilombolas, anterior a esta investigação, tive a oportunidade de conhecer parcialmente algumas das centenas de comunidades no Brasil, bem como seus anseios, histórias e aspectos do seu modo de vida, sobretudo a sua condição de vulnerabilidade social. Meu interesse pessoal com o objecto de estudo e a relação afectiva estabelecida surge exactamente num momento de inquietação e indagação sobre o futuro das comunidades. Nestes termos, comprometi-me em olhar para as crianças e adolescentes quilombolas, pois são eles a realidade presente da comunidade capazes de produzir a linguagem e cultura, e assegurar no futuro alguma condição de sustentabilidade para os remanescentes de quilombos.

A dificuldade de contacto inicial com a comunidade identificada para participação na pesquisa, o quilombo Conceição das Crioulas, levou-me a momentos de incerteza sobre os resultados deste estudo. De imediato, conclui que este descaso poderia originar de uma saturação de pesquisas académicas realizadas na comunidade ou uma desconfiança para com o universo académico, nomeadamente o facto de se ter agentes externos dentro das comunidades, exactamente num momento de fragilidade e transição política pelo qual passava-se o Brasil.

Não obstante, foi ao organizar os roteiros de viagem, o momento de maior hesitação durante a fase de pesquisa de campo, haja vista que a situação climática não era a mais favorável, sequer as condições de segurança das estradas de acesso aos quilombos e dos alimentos e líquidos a serem consumidos nas comunidades. E portanto, somente o forte desejo de pensar e analisar as comunidades remanescentes de quilombos a partir da perspectiva sociológica, me fez permanecer confiante nos resultados deste trabalho

e seguir para regiões remotas do país, numa árdua e ousada viagem, aprovacionada do intuito de verificar e denunciar situações de injustiças sociais existentes.

- **Etapa 1:** *contacto telefónico com os órgãos de governo, instituições e associações para identificação dos entrevistados*

No caso dos ministérios e órgãos de governo, buscou-se nos ministérios as pessoas responsáveis pelo desenvolvimento de programas específicos para comunidades de quilombos, de acordo com os departamentos públicos anteriormente identificados pelo projecto de pesquisa. Desta forma, foram seleccionados departamentos dos seguintes ministérios: Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em seguida, solicitou-se que cada departamento público indicasse o gestor responsável pelo programa e disponibilizasse informações relativas ao nome, telefone, correio electrónico e cargo ocupado.

Ingressar numa comunidade quilombola, não é assim tão simples. Para obter o acesso às comunidades, foi preciso uma autorização das associações e consentimento para realização da pesquisa. Logo, para se ter acesso aos entrevistados, tornou-se imprescindível aceder às associações presentes nas comunidades. Em relação as comunidades, contactou – se representantes das associações quilombolas. Inicialmente, a pesquisa seria realizada apenas na comunidade Conceição das Crioulas. Entretanto, com a falta de retorno por parte da associação aos emails encaminhados, buscou-se identificar outra comunidade como alternativa, neste caso, a comunidade Ivaporunduva no Estado de São Paulo. Todavia, alguns dias antes do início da pesquisa de terreno, a associação pertencente a comunidade Conceição das Crioulas, encaminhou correio electrónico informando estar interessada em participar da pesquisa. Assim, fez-se necessário um ajustamento para realização da pesquisa não em uma, mais em duas comunidades quilombolas.

- **Etapa 2:** *envio de carta de solicitação, indicando os objectivos da pesquisa, instituição de ensino a que pertence a investigadora, as necessidades para este estudo, a finalidade da investigação e os contactos telefónicos e correio electrónico para confirmação de participação na pesquisa.*
- **Etapa 3:** *elaboração de quadro com o perfil e o número de entrevistados confirmados na etapa 2 desta pesquisa.*
- **Etapa 4:** *construção da agenda de entrevistas, utilizada posteriormente na organização do plano de viagem elaborado de acordo com as rotas indicadas neste anexo:*

### **As atitudes dos entrevistados/as**

Durante as entrevistas, notei certa ansiedade dos entrevistado/as em responder questões relacionadas com ocupação e as actividades exercidas pelas crianças, em grande medida, devido a legislação brasileira sobre formas de exploração e trabalho infantil. A legislação não permite que crianças e adolescentes exerçam quaisquer actividades laborais, salvo em situações de menor aprendiz



Festa de São Sebastião – Quilombo Ivaporunduva / Foto: Beatriz

(aprendizagem). Não obstante, também não oferece as condições necessárias para áreas de lazer, práticas do desporto, e outras actividades de ocupação do tempo livre das crianças e adolescentes. Neste sentido, o trabalho na “roça” em que as crianças e adolescentes participam, passa a ocupar lugar central na discussão dos aspectos do modo de vida comunitário nos quilombos, nomeadamente a necessidade da agricultura de subsistência, a tradição na educação familiar e a preservação da cultura.

### **Abordagem nas entrevistas**

A aceitação e a relação de confiança que estabeleci com a comunidade podem ser explicadas a partir das seguintes razões: a minha estadia na casa de um líder da comunidade e pessoa de referência para os moradores; a forma como me aproximei das pessoas, buscando trazer em todos os momentos uma linguagem de fácil compreensão; conversando com todos os moradores da comunidade de forma cortês e numa perspectiva relacional horizontal, utilizando roupas adequadas para aquele contexto, e sobretudo, a minha condição étnico – racial, em que ao ser jovem negra, criou-se laços e imaginário de pertença a comunidade.

Desde as primeiras entrevistas, apreendi em algumas das falas dos entrevistados o medo em mencionar algo que pudesse transmitir alguma imagem pejorativa sobre a associação, ou comprometer a si próprio ao expor situações de negligência ou irregularidades perante o Estado. Para tanto, busquei compor um ambiente no qual, o entrevistado pudesse expressar livremente sua opinião, sem sentir-se coagido, avaliado, oprimido ou pressionado. Em vários momentos, certifiquei-me de que o entrevistado estivesse ciente da utilização do material colectado, em particular do destino a ser dado para as entrevistas gravadas em áudio. Outra medida adoptada, foi buscar apresentar previamente, neste caso, no início de cada entrevista, o conjunto de temas a serem abordados durante a entrevista, sem apresentar especificidades das perguntas, mas buscando criar familiaridades entre o entrevistado e o conjunto de questões semi – estruturadas.



### ***Os cuidados com as crianças***

Os cuidados das crianças são exercidos pelas mães e pelas redes sociais estabelecidas na comunidade. O modo de vida é utilizado como recurso teórico e metodológico no entendimento sobre a formação da identidade territorial quilombola. Um dos aspectos que se sublinha é a semelhança com o modo de vida campesina e as relações de parentesco, em que a terra é partilhada por grupos de parentes, na sua maioria descendentes. Assim sendo, o cuidado das crianças envolve outros parentes que auxiliam na protecção da família. Expressam formas semelhantes àquelas vividas no período colonial, a exemplo disto, numa situação de morte de um escravo, seus filhos eram deixados sob os cuidados das redes sociais mais próximas.



Simone e Aki – Ivaporunduva / Foto: Beatriz

Por outro lado, o facto de predominar nas comunidades fortes relações de parentesco, permite um certo “relaxamento” por parte dos cuidadores das crianças, no que se refere a atenção aos filhos. Muito embora os perigos para as crianças sejam mínimos, observei em várias circunstâncias que as crianças menores alcançavam “autonomia” e “liberdade” muito cedo, mesmo antes de conseguirem balbuciar algumas palavras, caminhavam sozinhas pelas ruas da comunidade sem a presença de adultos. Este tipo de comportamento, muito provavelmente seja sustentada pela relação de parentesco entre todos os membros da comunidade, onde todos os membros ao conhecerem as crianças da comunidade ocupam e preocupam-se em as observar quando estiverem ao alcance de sua atenção.

### ***Uma infância reduzida***



Crianças brincando em bar - Ivaporunduva / Foto: Beatriz

Durante o período de observação, registei momentos os quais, as crianças estavam a brincar numa mesa de bilhar. Enquanto as observava, notei que aquele tipo de brincadeira despertava o interesse dos meninos, mas não das meninas. Ao chegar um adulto, as crianças imediatamente buscavam outras actividades para fazer, ou seja, tinham consciência de aquele tipo de jogo não fazia parte do universo infantil, mas que naquele momento era a actividade de distracção que tinham disponível. Ademais, o próprio ambiente do bar não me parecia

propício, pois mantinha equipamentos, objectos e produtos para o uso preferencial de adultos.

Muitas crianças, entre 10 e 15 anos, caminham pelas ruas da comunidade, quase sempre em grupos. Nota-se que andavam sem um rumo exacto, como se caminhar fosse a verdadeira brincadeira. Para tanto, carregavam nas mãos pedaços de madeira, coisas velhas que iam encontrando pelas ruas e transformavam tais objectos em instrumentos de diversão. Na quadra desportiva, a falta de infra - estrutura e materiais para a prática de actividades, afastavam as crianças daquele espaço, quase sempre abandonado, excepto nos finais de semana em que os adultos utilizavam para “jogar futebol”.

Durante um dos jogos de futebol que assisti, conversei com uma moradora da comunidade que contou-me de sua vida conjugal, filhos e desafios de ser mulher. Observei que as mulheres conversam sobre estes assuntos comigo, por também ser jovem e mulher. A tarde ao fotografar lugares e pessoas da comunidade, as crianças chamavam-me pelo nome.

Conclui, previamente, que foram poucos os momentos em que verifiquei crianças brincando. Quer seja pela falta de espaços apropriados, quer seja pelo esquecimento de algumas brincadeiras tradicionais da cultura quilombola e propícias para o contexto de comunidades negras rurais. Observei que pouco a pouco, a tradição cultural pode estar perdendo lugar no imaginário das crianças.

### ***Experiência de viver no meio urbano***

Há em Ivaporunduva um número significativo de pessoas que retornaram para a comunidade depois de viverem na cidade. Pelos relatos informais, a grande maioria viveu em São Paulo, umas das hipóteses seja pelas oportunidades de trabalho existentes na capital. Um fenómeno encontrado também na população jovem, sempre desejava pela aventura na cidade grande e oportunidades de emprego. O trabalho na roça, já não alcança a mesma adesão que antigamente, e concorre com outras actividades mais atractivas oriundas do meio urbano.

### ***Primeiros sinais de cansaço***

Acordava todos os dias às 5h 30min da manhã, tentava voltar a dormir, mas é impossível, a comunidade está habituada a levantar-se cedo. Provavelmente por conta do trabalho na agricultura, e a saída das crianças para a escola. Além do horário, o calor e a alimentação inadequada, também contribuíram para o aumento do cansaço logo nos primeiros dias de pesquisa.

### ***Certificação e titulação das terras:***

A comunidade de Ivaporunduva possui titulação de suas terras. Mas se o professor Anjos (2009) estiver certo quando afirma existir 5.000 comunidades, e se a Palmares certificou apenas 1.000, e se a certificação da comunidade é critério fundamental para o acesso a políticas públicas, então 4.000 comunidades não estão sendo beneficiadas, e encontram-se esquecidas, invisibilizadas, quiçá inexistentes perante o Estado brasileiro.

Optei por não discutir os conteúdos das entrevistas, as descobertas e as comprovações com a família que vivi durante os dias da pesquisa, para não ser influenciada nem expor os entrevistados.

## **Anexo 17**

### **Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco**

#### **CARTA DE PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA**

Este documento retrata o entendimento da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas em Pernambuco sobre a educação escolar que queremos.

É resultado de uma consulta em várias de nossas comunidades e encontros de educadores e educadoras quilombolas durante os anos de 2007 e 2008, quando juntos discutimos a escola que temos e a escola que queremos.

Entendemos que somos comunidades étnicas, com modos de vida, costumes, tradições, lutas e saberes diferentes da sociedade envolvente. Nossa principal luta é pela conquista de nossos territórios tradicionais.

Por isso a nossa escola deve ser pensada do nosso jeito, como instrumento de nossa luta pelo território, na valorização da nossa identidade étnica e dos saberes e histórias transmitidas pelas pessoas mais velhas, buscando a melhoria de vida para cada quilombo.

Deste modo segue abaixo nossas primeiras reflexões sobre a escola que queremos, para ser amplamente discutida, aprofundada e ampliada por todas as comunidades quilombolas de Pernambuco e com o movimento quilombola.

A educação escolar que queremos:

1. Uma educação escolar que fortaleça e participe da luta pela regularização dos nossos territórios tradicionais;
2. Que seja presente e participativa na vida da comunidade, reconhecendo e respeitando todos os espaços onde nossas crianças e jovens aprendem e se educam, como na roça, na pescaria, nas festas tradicionais, nas reuniões comunitárias, nos terreiros das casas das pessoas mais velhas;
3. Que reafirme nossa história de resistência, nossa identidade étnica, nossos saberes e nosso jeito próprio de ensinar e aprender;
4. Que os professores e as professoras sejam quilombolas da própria comunidade, engajados na luta e pesquisadores da sua história;
5. Que seja garantida formação específica e diferenciada para os professores e as professoras quilombolas;
6. Que o currículo seja elaborado pela própria comunidade garantindo os conteúdos específicos de cada quilombo e a interculturalidade.
7. Que eduque para o cuidado com o meio ambiente e com o patrimônio cultural presente em nossos territórios;

8. Que esteja voltada para o desenvolvimento sustentável de nossas comunidades, para que nossa juventude permaneça em seu território tradicional garantindo a continuidade da nossa existência e das nossas lutas;
9. Que o modelo de gestão e funcionamento seja de acordo com o jeito de ser e de organizar de cada quilombo;
10. Que a merenda seja de acordo com a cultura alimentar de cada quilombo;
11. Que tenha material didático escrito e ilustrado pelo povo quilombola.
12. Estrutura física adequada ao jeito de ser e a geografia de cada quilombo, observando o cuidado com o meio ambiente;
13. Que seja garantida uma legislação específica para educação escolar quilombola, que nos assegure esse direito e principalmente que seja elaborada com a participação do movimento quilombola;
14. Que seja garantida a participação dos quilombolas através de suas representações próprias em todos os espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento da política pública e de demais temas que nos interessa diretamente, conforme reza a legislação em vigor Convenção 169 da OIT;
15. Que qualquer organização seja governamental ou não governamental respeite a nossa autonomia e nos consulte sobre qualquer projeto, ação, evento que afete diretamente a nossa vida.

Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco, Núcleo de Educação, março de 2008.

## **Anexo 18**

### **CARTA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUILOMBOLAS** **I QUILOMBINHO -** **ENCONTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** **QUILOMBOLAS**

**Carta das Crianças, Adolescentes e Jovens das Comunidades Quilombolas**  
**I Quilombinho - Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes**  
**Quilombolas**  
**Brasília, 3 de julho de 2007**

Nós, a equipe de articulação e mobilização de crianças, adolescentes e jovens das Comunidades Remanescentes de Quilombos, nos reunimos na data de 03 de julho de 2007, para elaborarmos as nossas prioridades, representando todas as comunidades que participaram do 1º Quilombinho - Encontro Nacional de Crianças e Adolescente Quilombolas.

O encontro visou a integração das comunidades quilombolas e contou com a participação decisiva de todos e todas na elaboração de propostas de políticas públicas voltadas para as necessidades das comunidades. Nós adolescentes e jovens guerreiros e guerreiras temos como principal objetivo dar continuidade a estes projetos, assim como construtores de idéias e saberes, buscar nossa identidade e o resgate de nossa história e a consolidação de políticas públicas.

Aqui estão as nossas propostas e reivindicações de crianças, adolescentes e jovens para a melhoria da vida das pessoas das comunidades quilombolas.

#### **Cidadania:**

Desenvolvimento de parcerias entre governo municipal e comunidades para solução de problemas nas áreas de:

- Saúde, implementando postos médicos;
- Educação, criando escolas bem equipadas e garantindo assistência estudantil;

- Saneamento básico, promovendo soluções simples para a água de consumo, como o uso de filtros, e fomentando programas de pesquisa junto às universidades a fim de baratear o tratamento da água encanada;
- Apoio a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial;
- Garantia pelo poder público da apuração dos crimes contra crianças, adolescentes e famílias quilombolas;
- Criar mecanismos em níveis municipais e estaduais que assegurem o registro civil de nascimento a cada criança quilombola antes de completar um ano de idade;
- Instrumentalizar os agentes do poder público nos níveis federal e estadual para o cumprimento da Lei Anti-racismo;

#### **Desenvolvimento Social:**

- Capacitação dos professores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), priorizado a qualificação de membros da comunidade, com o objetivo de promover atividades sócio-educativas e culturais voltadas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes;
- Fiscalização e controle da implantação de programas de transferência de renda, da aplicação dos recursos financeiros pelos municípios e da implantação das políticas propostas pelo Governo Federal, verificando se as diretrizes dos programas e projetos estão sendo obedecidas;
- Fomento de atividades culturais, de proteção ao meio ambiente e de uso sustentável da terra e dos recursos naturais;
- Criação e divulgação de um órgão central na esfera federal para ouvir denúncias, sugestões e dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas;
- Implantação por parte do governo de políticas criadas nas comunidades, com espaço para participação de seus membros na definição das prioridades e garantia de sua presença nas decisões;
- Fomentar a cultura local buscando desenvolver o conhecimento e o senso crítico de crianças e adolescentes como forma de prevenir problemas com uso e abuso de drogas e afins e violência. Que os professores sejam da própria comunidade como meio efetivo de garantir a transmissão dos saberes tradicionais;

- Elaboração de material didático que tome em consideração a história a cultura e a religião das populações quilombolas;
- Que o governo acelere o processo de regularização das terras quilombolas cumprindo o Decreto 4887;
- Políticas públicas de juventude;
- Regularização fundiária;
- Ter o direito de trabalhar na terra para benefício da própria comunidade e não de grandes empresários ou fazendeiros;
- Permanecer na terra e manter a relação familiar;
- Atividades de esportes e lazer;
- Menos burocracia das políticas públicas que já existem para que tenhamos acesso;
- Mais apoio do governo, especialmente para o esporte e a cultura;
- Estimular o protagonismo juvenil quilombola;
- Fazer chegar as informações nos quilombos;
- Via CONAQ ou associações, por exemplo;
- Descentralizar as ações;
- Qualificar a educação e ampliar o acesso;

**Saúde:**

- Desenvolvimento de parcerias entre governos e comunidades;
- Valorização de grêmios juvenis e apoio governamental a esses grupos;
- Formação de jovens voluntários promotores de saúde;
- Visitas de agentes comunitários;
- Promoção de palestras informativas;
- Implantação de rádios e jornais comunitários;
- Instituição de políticas de prevenção ao alcoolismo e outras drogas;
- Acesso a medicamentos e preservativos;
- Acessibilidade garantida por uma boa infra-estrutura de transporte;
- Construção de postos médicos e hospitais;
- Resgate e preservação da cultura quilombola;
- Reconhecimento pelos profissionais de saúde das praticas do uso das ervas medicinais, historicamente adotadas pelas comunidades quilombolas;



### **Esporte e lazer:**

- Melhoria das condições de vida em geral;
- Melhor distribuição de terra;
- Acesso à máquinas e equipamentos;
- Mais recursos para a área do esporte;
- Resgate da cultura esportiva africana;
- Ampliação do acesso às atividades esportivas afro-brasileiras;
- Garantia do esporte e do lazer;
- Melhor gestão dos recursos da área esportiva;
- Recursos certos para os locais certos;
- Ampliação das parcerias;
- Especialmente dentro dos ministérios e órgãos do governo;

### **Meio Ambiente:**

- Solução para os problemas de água potável nas comunidades;
- Encontrar soluções para a situação do lixo;
- Organizar as questões do aproveitamento das matérias primas para o artesanato;
- Legislação sobre reflorestamento e os problemas de poluição;
- Incorporação da contribuição e da história das comunidades quilombolas nos conteúdos da educação ambiental;

### **Convivência Familiar e Comunitária:**

- Participação de membros das comunidades quilombolas nos Conselhos Municipais Tutelar e da Criança e Adolescente, com garantia de assento;
- Incentivar o acesso à cultura, esporte e lazer;
- O Poder Público por meio dos Conselhos deve buscar o diálogo com os pais contra a aplicação dos castigos físicos e de como utilizar novas formas de educar e orientar seus filhos;
- Apoio financeiro do governo para as famílias que adotam/ acolhem crianças e adolescentes;
- Assistência psicológica para tratar de questões como drogas, prostituição, gravidez na adolescência, baixa auto-estima, violência física e moral, atentando para as especificidades e demandas das comunidades quilombolas;

- Tratamento mais digno por parte do Poder Público e seus agentes;
- Orientar e acompanhar crianças e adolescentes, mostrando a importância da educação, cultura e outras atividades no seu desenvolvimento como ser humano e cidadão;
- Implantação de praças de lazer nas escolas;
- Criação de universidades mais próximas às comunidades;
- Facilitar o acesso e a locomoção a hospitais e às escolas.

**Religiosidade:**

- Construção de um espaço cultural;
- Garantia de liberdade de escolha religiosa e não discriminação;
- Respeito às regras da comunidade por evangelizadores externos.

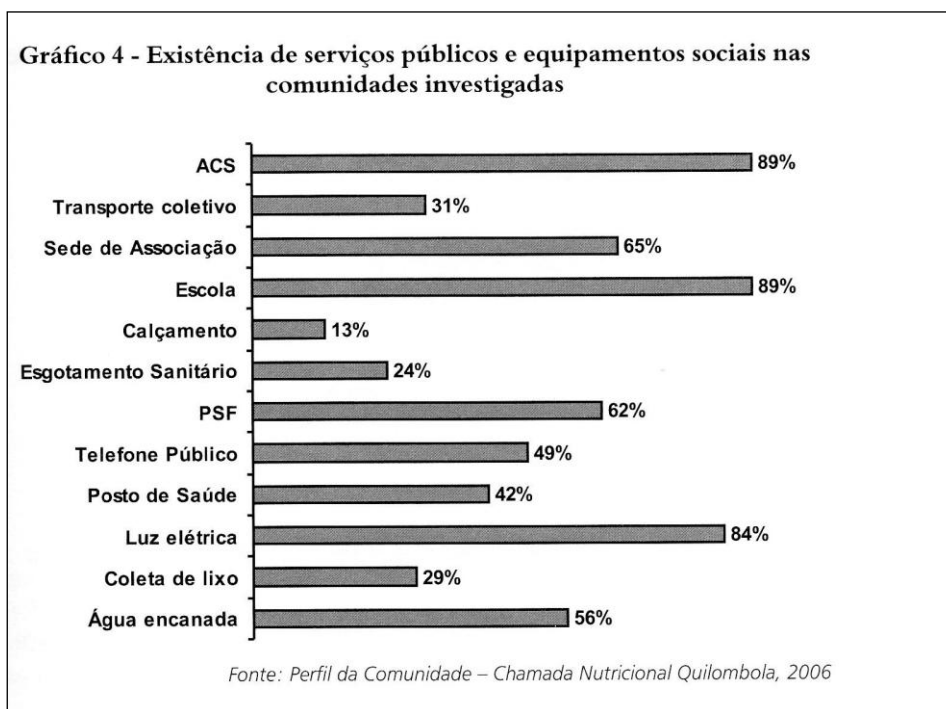
**Crianças, adolescentes e jovens quilombolas.**

**I Quilombinho – Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes**

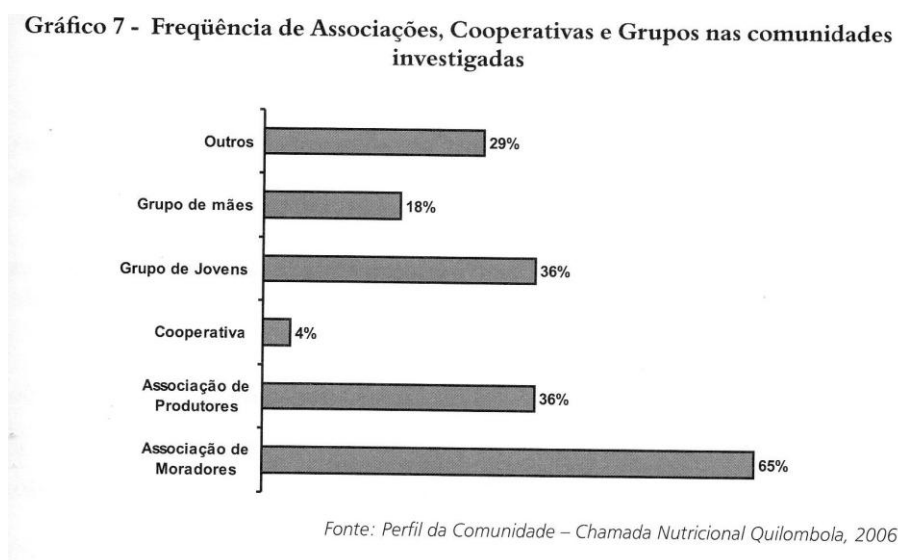
**Quilombolas/Brasília 2007.**

## Anexo 19

### Gráfico A: Perfil da comunidade / Chamada Nutricional Quilombola

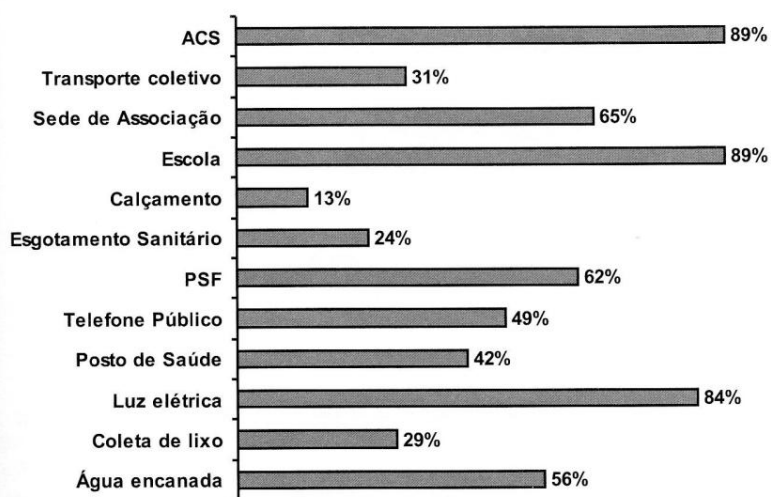


### Gráfico B: Perfil da comunidade / Chamada Nutricional Quilombola



### Gráfico C: Perfil da comunidade / Chamada Nutricional Quilombola

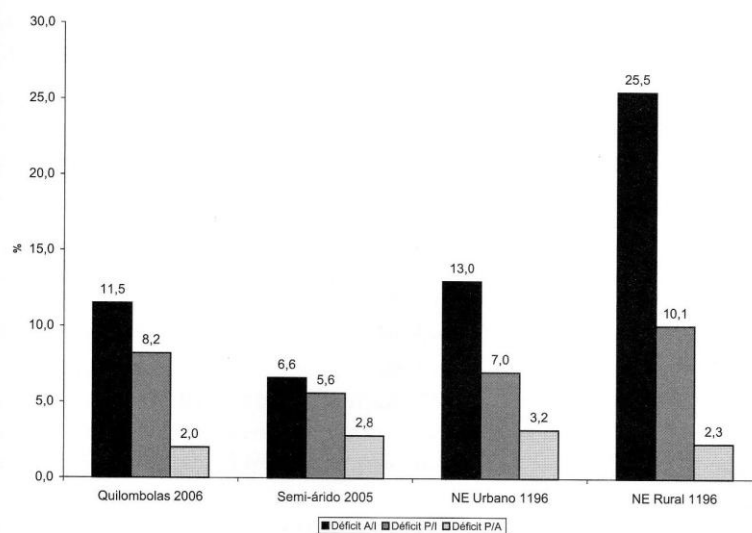
Gráfico 4 - Existência de serviços públicos e equipamentos sociais nas comunidades investigadas



Fonte: Perfil da Comunidade – Chamada Nutricional Quilombola, 2006

### Gráfico D: Déficits nutricionais quilomboas e outras populações infantis / Chamada Nutricional Quilombola

Figura 3 – Prevalências estimadas dos déficits nutricionais entre populações quilombolas e outras populações infantis em situação de insegurança alimentar segundo o padrão NCHS



Fonte: Chamada Nutricional Quilombola, 2006, BEMFAM 1996, BRASIL 2006

## Gráfico E: Cobertura serviços públicos / Chamada Nutricional Quilombola

Tabela 6 – Indicadores de cobertura de serviços públicos de assistência à saúde e de programas sociais nas comunidades componentes da amostra. Crianças menores de cinco anos

Acesso a serviços públicos e programas sociais	Amostra	%
<i>Porcentagem com:</i>		
	2.941	
Registro de nascimento (declarado)		93,9
Cartão da criança (declarado)		4,0
Cartão da criança (em mãos)		95,6
Registro de peso no cartão marcado pelo menos 2 vezes nos últimos 6 meses		57,6
<i>Porcentagem cuja mãe:</i>		
	2.941	
Recebeu assistência pré-natal		93,0
Fez 5 ou mais consultas no pré-natal		74,0
Iniciou pré-natal no primeiro trimestre		69,0
<i>Porcentagem cuja família recebe benefícios sociais:<sup>a</sup></i>		
	2.155	
Bolsa Família/Escola ou Alimentação		51,7
Cesta de alimentos		6,5
Ações estruturantes / instalação de equipamentos		1,6
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)		3,8
Benefício de Prestação Continuada - BPC (LOAS)		2,3
Projeto Cisternas		3,2
Programa de Aquisição de Alimentos – Leite		8,0
Outros		5,0
Famílias que recebem visita do ACS <sup>b</sup> em casa		84,7
Periodicidade da visita do ACS na casa mensalmente		84,6
Famílias que são atendidas por equipe da Saúde da Família - PSF		66,7
Periodicidade mensal de atendimento da equipe do PSF		78,5

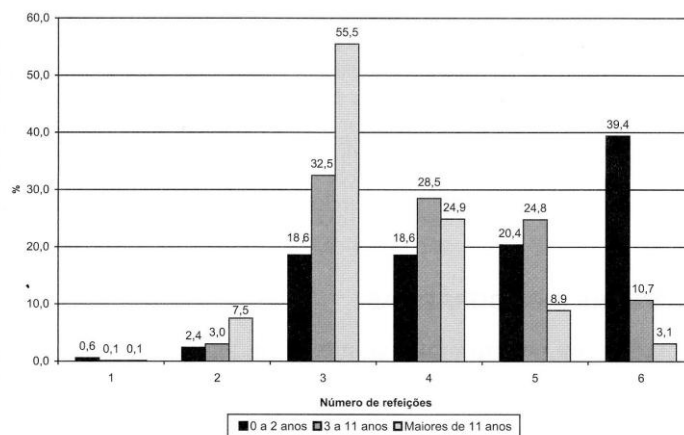
<sup>a</sup> Considerou-se como coberta pelos programas, famílias com pelo menos um membro recebendo os benefícios.

<sup>b</sup> ACS – Agente Comunitário de Saúde

Fonte: Chamada Nutricional Quilombola, 2006

## Gráfico F: Frequência e percentuais do número de refeições/ Chamada Nutricional Quilombola

Figura 1 – Distribuição das frequências e percentuais do número de refeições diárias para diferentes grupos etários nas famílias com crianças menores de cinco anos nas comunidades componentes da amostra



Fonte: Chamada Nutricional Quilombola, 2006



**ANEXO 20:**

Reprodução das ilustrações do livro da educação infantil: Banzo, Tronco e Senzala – 1999

Editora: Harbra

